

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA

Ecologia e Arqueologia da Paisagem: um estudo dos  
Sítios Pré-Coloniais da Zona da Mata Mineira

José Carlos Loures de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Fábio Roland

Juiz de Fora - MG

Setembro de 2007

# Ecologia e Arqueologia da Paisagem: um estudo dos Sítios Pré-Coloniais da Zona da Mata Mineira.

José Carlos Loures de Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ecologia Aplicada ao Manejo e Conservação de Recursos Naturais.

---

Profª Drª Fátima Regina Gonçalves SALIMENA

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

---

Profª Drª Luciane MONTEIRO OLIVEIRA

Museu de Arqueologia e Etnologia Americana – MAEA/UFJF

---

Prof. Dr. Fabio ROLAND

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Juiz de Fora - MG

Setembro de 2007

Oliveira, Jose Carlos Loures de

Ecologia e arqueologia da paisagem: um estudo dos sítios Pré-Coloniais da Zona da Mata mineira / Jose Carlos Loures de Oliveira; orientador: Prof. Dr. Fabio Roland. - - 2007.

148 f. il.

Dissertação (Mestrado em Ecologia aplicada ao manejo e conservação de recursos naturais) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Juiz de Fora.

1. Ecologia. 2. Arqueologia. I. Roland, Fabio. II. Título.

CDU 574:902

*À minha esposa Ana Paula pelo  
amor incondicional e serenidade,  
conduzindo-me nas sendas da  
pesquisa científica*

*Dedico este trabalho*

# Agradecimentos

Inicialmente agradeço a minha esposa Ana Paula de Paula Loures de Oliveira pelo apoio e estímulo incontestes em todos os momentos de meu mestrado, amparando-me nos momentos de dúvidas e angústias e celebrando as pequenas e preciosas conquistas obtidas nesse processo. Aos amigos, Fabrício Cassaro Furtado de Azevedo, Felipe Rodrigues de Souza e Wesley Oliveira que compartilharam as atividades de pesquisa de campo, com o apoio técnico instrumental e pela sistematização dos dados em laboratório e execução das plantas e mapas. Sem mencionar os momentos fundamentais de descontração ética. Ao amigo Verlan Valle Gaspar Netto pela leitura acurada e pela atenta cooperação em deslindar a complexa teia antropológica de cunho teórico tornando-a clara e de fácil compreensão, o que possibilitou a sistematização do capítulo de revisão teórica. A Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciane Monteiro Oliveira pela atenção dedicada durante as discussões e trocas de experiências, em especial no que tange ao trabalho com os povos indígenas, com indicação de leituras específicas, além dos incentivos ao longo da pesquisa. Ao Prof. Dr. César Henrique Barra Rocha pela contribuição com o empréstimo dos equipamentos necessários para a realização da topografia e pela colaboração no geoprocessamento dos dados. À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fátima Regina Gonçalves Salimena pela disposição em compartilhar seu trabalho e conhecimento. Ao colega Arthur Mouço Valente pela parceria no Programa de Pós-graduação e auxílio oferecido no processo de análise dos solos. À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia de Aguiar Barros pelas sugestões e recomendações durante o exame de qualificação que foram vitais para o desenvolvimento desta dissertação. À equipe de estagiários do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana pelo companheirismo estabelecido durante a fase de pesquisa bibliográfica e trabalho de campo. Por fim, agradeço ao Prof. Dr. Fábio Roland, orientador dessa dissertação, pela oportunidade oferecida em realizar minha pesquisa de mestrado e pela autonomia conferida nesse processo o que consistiu grande desafio.

# Sumário

Introdução .....	01
------------------	----

## Capítulo 1

Da Ecologia Cultural à Arqueologia da Paisagem .....	07
1- Ecologia realmente cultural .....	13
2- Por uma análise ecossistêmica .....	16
3- A Arqueologia da paisagem .....	23

## Capítulo 2

Caracterização ambiental da Zona da Mata mineira .....	30
Aspectos Físicos .....	30
1- Delimitação .....	31
2- Relevo e Estrutura .....	33
3- Clima .....	37
4- Hidrografia .....	38
5- Mata Atlântica .....	41

## Capítulo 3

Aspectos históricos da ocupação da Zona da Mata mineira .....	46
---	----

## Capítulo 4

Arqueologia da Zona da Mata mineira .....	59
Antecedentes .....	59
Sítios pré-coloniais da Zona da Mata mineira .....	62
1- Santa Rosa (ZM-RN-01) .....	62
2- Mata dos Bentes (ZM-RN-02) .....	63
3- Primavera (ZM-JN-01) .....	64
4- Poca (ZM-JN-02) .....	65
5- Goiabeiras (ZM-JN-05) .....	65

6- Teixeira Lopes (ZM-JF-01) .....	66
7- Emílio Barão (ZM-JF-02) .....	67
8- Córrego do Maranhão (ZM-CG-01) .....	68
9- Córrego da Areia (ZM-ME-01) .....	69
10- Vista Alegre (ZM-ME-04) .....	70
11- Verônica (ZM-CD-02) .....	70
12- Coqueiros (ZM-LD-01) .....	71
13- Estiva (ZM-GU-01) .....	72
14- Novo Horizonte (ZM-GU-02) .....	72
15- Capela (ZM-GU-03) .....	73
16- Cemitério (ZM-GD-01) .....	74
17- São Felipe (ZM-BB-01) .....	74
18- Vargem Linda (ZM-LE-01) .....	75
Síntese dos dados .....	76
Feições doliniformes e pontões gnáissicos .....	84
Considerações Finais .....	90
Referencias Bibliográficas.....	94
Fotografias e Mapas .....	101

# Índice Remissivo

## **Fotografias**

Santa Rosa (ZM-RN-01) - (1 a 3) .....	101
Mata dos Bentes (ZM-RN-02) – (4 a 8) .....	102
Primavera (ZM-JN-01) - (9 a 13) .....	104
Poca (ZM-JN-02) – (14 a 17) .....	107
Goiabeiras (ZM-JN-05) – (18 a 19) .....	109
Teixeira Lopes (ZM-JF-01) – (20 a 22) .....	110
Emílio Barão (ZM-JF-02) – (23 a 26) .....	111
Córrego do Maranhão (ZM-CG-01) – (27 a 32) .....	113
Córrego de Areia (ZM-ME-01) – (33 a 35) .....	116
Vista Alegre (ZM-ME-04) – (36 a 38) .....	117
Verônica (ZM-CH-01) – (39 a 42) .....	118
Coqueiros (ZM-LD-01) – (43 a 44) .....	120
Estiva (ZM-GU-01) – (45 a 47) .....	121
Novo Horizonte (ZM-GU-02) – (48 a 49) .....	122
Capela (ZM-GU-03) – (50 a 52) .....	123
Cemitério (ZM-GD-01) – (53 a 56) .....	124
São Felipe (ZM-BB-01) – (57 a 59) .....	126
Vargem Linda (ZM-LE-01) – (60 a 61) .....	127

## **Plantas**

01 - Sítio Santa Rosa (ZM-RN-01) .....	128
02 - Mata dos Bentes (ZM-RN-02) .....	129
03 - Primavera (ZM-JN-01) .....	130
04 - Poca (ZM-JN-02) .....	131
05 - Goiabeiras (ZM-JN-05) .....	132
06 - Teixeira Lopes (ZM-JF-01) .....	133
07 - Emílio Barão (ZM-JF-02) .....	134
08 - Córrego do Maranhão (ZM-CG-01) .....	135
09 - Córrego de Areia (ZM-ME-01) .....	136
10 - Vista Alegre (ZM-ME-04) .....	137
11 - Estiva (ZM-GU-01) .....	138

12 - Novo Horizonte (ZM-GU-02) .....	139
13 - Cemitério (ZM-GD-01) .....	141

### **Cartas Topográficas**

Sítio Santa Rosa (ZM-RN-01) .....	141
Mata dos Bentes (ZM-RN-02) .....	141
Primavera (ZM-JN-01) .....	142
Poca (ZM-JN-02) .....	142
Goiabeiras (ZM-JN-05) .....	143
Teixeira Lopes (ZM-JF-01) .....	143
Emílio Barão (ZM-JF-02) .....	143
Córrego do Maranhão (ZM-CG-01) .....	144
Córrego de Areia (ZM-ME-01) .....	144
Vista Alegre (ZM-ME-04) .....	145
Verônica (ZM-CH-01) .....	145
Coqueiros (ZM-LD-01) .....	146
Estiva (ZM-GU-01) .....	146
Novo Horizonte (ZM-GU-02) .....	146
Capela (ZM-GU-03) .....	147
Cemitério (ZM-GD-01) .....	147
São Felipe (ZM-BB-01) .....	148
Vargem Linda (ZM-LE-01) .....	148

# Resumo

A presente dissertação tem como intento o estudo da relação homem/meio ambiente na Zona da Mata mineira no período pré-colonial e colonial, tendo como foco de análise os sítios arqueológicos registrados na região. Foram realizados estudos sobre a etno-história, o meio-ambiente e o processo de colonização.

Para tanto, foram sistematizados todos os dados obtidos até o momento sobre o ambiente, os sítios arqueológicos e as possíveis classificações da cultura material, refletindo sobre as proposições da Ecologia Cultural e da Arqueologia da Paisagem

Em suma, nosso objetivo centrou-se nas possibilidades da relação Ecologia, Cultura e Sociedade, tomando como referência a implantação na paisagem dos sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira, visando uma síntese do tratamento dado pela Ecologia Cultural e a Arqueologia da Paisagem às questões ambientais por meio da aplicação dos conceitos desenvolvidos por essas correntes teóricas.

Palavras-Chave: Ecologia, Arqueologia da Paisagem, Zona da Mata mineira

# Abstract

A presente dissertação tem como intento o estudo da relação homem/meio ambiente na Zona da Mata mineira no período pré-colonial e colonial, tendo como foco de análise os sítios arqueológicos registrados na região. Foram realizados estudos sobre a etno-história, o meio-ambiente e o processo de colonização.

Para tanto, foram sistematizados todos os dados obtidos até o momento sobre o ambiente, os sítios arqueológicos e as possíveis classificações da cultura material, refletindo sobre as proposições da Ecologia Cultural e da Arqueologia da Paisagem

Em suma, nosso objetivo centrou-se nas possibilidades da relação Ecologia, Cultura e Sociedade, tomando como referência a implantação na paisagem dos sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira, visando uma síntese do tratamento dado pela Ecologia Cultural e a Arqueologia da Paisagem às questões ambientais por meio da aplicação dos conceitos desenvolvidos por essas correntes teóricas.

Palavras-Chave: Ecologia, Arqueologia da Paisagem, Zona da Mata mineira

# Introdução

Na presente dissertação nosso objetivo se centra no estudo da relação homem/meio ambiente na Zona da Mata mineira no período pré-colonial e colonial, tendo como foco de análise os sítios arqueológicos registrados na região. Este recorte espaço-temporal se prende ao fato de atuarmos juntamente com a equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana – MAEA/UFJF no desenvolvimento do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira<sup>1</sup> que tem em seu escopo a localização, registro e estudo dos sítios arqueológicos, numa perspectiva interdisciplinar, integrando profissionais de diversas áreas, como a Biologia, Palinologia, Ecologia, Geologia, História e Etnologia.

As relações históricas entre a Arqueologia e a Ecologia, áreas que nos interessam mais especificamente, não são recentes. Elas reportam ao início do século XX, principalmente com os resultados de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores estadunidenses, se estendendo até os dias de hoje com perspectivas cada vez maiores de interfaces. Enquanto disciplina a Ecologia é jovem no Brasil. Segundo MARTINS (2000) os primeiros cursos de pós-graduação se iniciaram na década de setenta no INPA (Ecologia e Biologia de água doce e pesca interior) na UNB, na UFSCAR e na UNICAMP. Antes disso, as pesquisas ecológicas eram desenvolvidas por especialistas outros como zoólogos e botânicos, que, no entanto, não possuíam formação teórica específica em Ecologia. Do mesmo modo, a Arqueologia também se consolidará a partir da década de setenta com a pós-graduação na USP, UFPE e UNISINOS. Nos dois últimos casos, ela se dará enquanto área de concentração dos cursos de História. Como atestam muitos especialistas que traçaram a trajetória da disciplina (PROUS, 1992; OLIVEIRA, 2002; FUNARI, 1994, 2000 entre outros), apesar de sua recente institucionalização nos centros de pesquisa acadêmica, a Arqueologia brasileira está finalmente aprendendo a andar com as próprias pernas. E se a mesma ainda aprende a andar, podemos dizer que a Arqueologia da Zona da Mata mineira ainda se encontra em fase de gestação.

---

<sup>1</sup> O Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira tem por objetivo a identificação, o cadastramento e o estudo dos sítios arqueológicos, bem como o desenvolvimento de um programa de conscientização, valorização e preservação do patrimônio cultural e arqueológico em parceria com a população. Iniciado em 2000, o projeto já possibilitou o registro de vinte sítios, dos quais quinze são pré-históricos e cinco históricos (Loures de Oliveira e Monteiro de Oliveira, 2001). Este projeto conta com o apoio da FAPEMIG, CNPQ e Prefeituras locais.

Ao apresentar a proposta ao IPHAN no ano de 2000 a equipe do MAEA-UFJF objetivava uma pesquisa exploratória das áreas potencialmente arqueológicas com vistas ao conhecimento do contexto em questão. Partia-se de informações oferecidas pela população local após esclarecimentos sobre os objetivos do projeto e a importância da Arqueologia para a recuperação de informações sobre um passado até então desconhecido de todos. Pautados nessa premissa, estudos sobre a etno-história, o meio-ambiente atual e pretérito, bem como sobre o processo de colonização, entre outros, foram levados a cabo com a inegável estratégia de informar a sociedade e a comunidade científica sobre as possibilidades e limites da investigação arqueológica da Zona da Mata mineira.

Não obstante os muitos trabalhos publicados, fruto das pesquisas desenvolvidas nos últimos sete anos de proteção, esta é a primeira dissertação de mestrado, que teve como objetivo uma sistematização dos resultados sob o enfoque da Ecologia. Uma abertura do programa de Pós-graduação em Ecologia da Universidade Federal de Juiz de Fora que permitiu um exercício de pesquisa, que demonstra o quanto a Arqueologia da região tem potencial, merecendo maior atenção dos especialistas.

Envolto neste cenário, nosso trabalho não tem a pretensão de trazer grandes novidades ou revolucionar o entendimento da Arqueologia. Visa apenas sistematizar os dados obtidos até o momento sobre o ambiente, os sítios arqueológicos e as possíveis classificações da cultura material, refletindo sobre as proposições e abordagens ecológicas e da Arqueologia da Paisagem, que podem ser aplicadas em nosso contexto de trabalho.

Diga-se de passagem, a perspectiva ecológica foi utilizada em estudos de diversas áreas do país como a região central (OLIVEIRA, 2002), a amazônica capitaneada pelas investidas de MEGGERS e EVANS (1973), Roosevelt e mais recentemente com HECKENBERGER *et al.* (2001) entre outros (VIVEIROS DE CASTRO, 1996). No nordeste também são inúmeras as pesquisas sob este enfoque (GUIDON e PESSIS, 1995); no sudeste as abordagens se centraram fundamentalmente em alguns sítios do Rio de Janeiro (BELTRÃO, 1995 e SEDA, 2002) e de São Paulo (MORAIS, 1999 e 2000), sendo que neste último Estado, os estudos ambientais se pautaram sobre dinâmicas outras, que não a da adaptabilidade ambiental. Neste locus, as análises se centraram nos estudos da paisagem e da geoarqueologia (ARAUJO, 2001).

Embora Minas Gerais seja um Estado mundialmente conhecido pelos estudos de Paleontologia de Peter Lund em Lagoa Santa, somente depois da segunda metade do

século XX, com as missões francesas e norte-americanas é que pesquisas arqueológicas sistemáticas começaram a ser desenvolvidas nas demais regiões do Estado (PROUS, 1977). Além dessas missões, não poderíamos olvidar a profícua atuação da equipe do Instituto de Arqueologia Brasileira, que desde a década de setenta, sob os auspícios do PRONAPA, desenvolveu e ainda desenvolve pesquisas em algumas regiões do Estado (DIAS, 2007 e SEDA, 2007). Contudo, o enfoque ecológico deve-se limitar às recentes investigações levadas a cabo pela equipe de pesquisadores da USP na mesma região em que Peter Lund fez suas primeiras descobertas (NEVES *et al.*, 2007).

No caso da Zona da Mata mineira, poucas foram as equipes que se interessaram por seus sítios superficiais e parcialmente destruídos pela intensa exploração agrícola. Entre as equipes que se debruçaram sobre os vestígios de nosso passado estão a do Setor de Arqueologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro (BELTRÃO e LIMA, 1986) na Gruta da Babilônia no município de Goianá; a equipe do Instituto de Arqueologia Brasileira em Carangola e Muriaé (DIAS, 1974); os trabalhos de LUFT (1999) em Visconde do Rio Branco; os de KNEIP e CRANCIO (2000) no sítio de Vargem Linda em Leopoldina na década de noventa e outros empreendimentos de Arqueologia de contrato, que infelizmente não têm seus resultados publicados. (vide JUNQUEIRA, 2007; BAETA, 2007.) De qualquer modo, nenhuma dessas equipes se propôs a um estudo mais sistemático do ambiente e suas apropriações pelas sociedades pretéritas estudadas.

Como podemos notar, são trabalhos pontuais que não tiveram a preocupação de fornecer um quadro do povoamento da região, o que se enseja como um dos objetivos do projeto que ora apresentamos. Partindo das propostas interdisciplinares do projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira, várias questões foram levantadas e discutidas acerca dos nossos antepassados pré-coloniais. Quem eram? Como chegaram até aqui? Como viviam? Como travavam relações econômicas, sociais e político/religiosas? Como produziam seus utensílios? Por que escolheram determinados locais para se estabelecerem? Como se relacionavam com a natureza e se apropriavam dos recursos disponíveis? Por que desapareceram? Vários são os pontos a serem investigados e alguns deles podem nem ser solucionados.

Os resultados dos últimos sete anos de pesquisas já possibilitaram responder algumas dessas questões. Como por exemplo, informações sobre o padrão de assentamento dos sítios, que em sua maioria se assemelha quanto ao seu posicionamento em topos de colinas, com altitudes entre 400 e 800m e declives variáveis, classificados como sítios a

céu aberto colinares, lito-cerâmicos e unicomponenciais, ou seja, com um único nível de habitação. Eles são ainda congruentes na sua inserção em relação à rede hidrográfica, com declividades mais suaves, muitas vezes voltadas para cursos d'água navegáveis<sup>2</sup>. Além disso, são ricos em material cerâmico com predominância de elementos típicos da Tradição arqueológica Tupiguarani<sup>3</sup>. O material lítico é composto, fundamentalmente, por pequenos fragmentos de quartzo e a proximidade de abundante fonte de matéria prima, como afloramentos rochosos e depósito de argila, caracteriza o em torno de praticamente todos os sítios. Quanto aos vestígios, os mesmos estão localizados a pequenas profundidades e com estratigrafia perturbada pelo uso do arado (LOURES OLIVEIRA, 2004).

Focando o que nos interessa mais especificamente neste trabalho, consideramos as informações oriundas do meio ambiente fundamentais para os estudos da Arqueologia, seja no fornecimento de dados sobre os processos de formação dos sítios arqueológicos, seja na reconstituição de suas condições paleo-ambientais. Recentes pesquisas têm demonstrado quão relevantes tais informações têm sido para as análises espaciais em macroescala, permitindo, pelo menos em parte, conhecer os aspectos envolvidos no processo de “tomada de decisão” dos grupos pré-históricos, quando da definição de suas estratégias de assentamento e subsistência.

De fato, toda essa problemática se insere no rol das discussões relativas à adaptabilidade humana e à utilização dos recursos naturais relacionados aos aspectos sociais, históricos culturais, econômicos, políticos e simbólicos, entendidos enquanto fatores fundamentais nas relações intra e inter-grupos humanos. Problemas como, baixa produtividade biológica, alta concentração demográfica, falta de água, enfrentamentos políticos, sociais e religiosos, dentre outros, exigem artifícios de adaptação e negociação simbólica por parte de grupos humanos, o que ficou durante muito tempo alheio às discussões sobre adaptação ambiental na Arqueologia.

Não é de hoje que o conceito de adaptação se encontra no cerne das discussões sobre a relação homem/meio. De considerável poder explicativo, a adaptação esteve sempre presente nas análises dos processos pelos quais uma população interage com o seu ambiente. Contudo seu uso indiscriminado conduziu muitos pesquisadores a defender

---

<sup>2</sup> Nunca é demais salientar que os rios navegáveis poderiam se constituir numa importante via de dispersão, comunicação, transporte e recursos alimentares.

<sup>3</sup> Tupiguarani é uma tradição arqueológica caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelha e ou preto sobre engobo branco e ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida, e, pelo uso de tembetás (SOUZA, 1997).

determinismos insustentáveis, tendo como base o poder controlador do meio sobre o homem ou vice versa. (VIVEIROS DE CASTRO, 1996)

Nosso objetivo é, pois, discutir essas possibilidades, atentando para os limites da relação Ecologia, Cultura e Sociedade, partindo do estudo da implantação na paisagem dos sítios arqueológicos da Zona da Mata Mineira. Para tanto, optamos por não nos estendermos a uma revisão teórica que abarcaria conceitos infundáveis da Ecologia cultural, Ecologia humana, Ecologia da paisagem entre outros, mas por uma síntese do tratamento dado pela Antropologia e Arqueologia às questões ambientais por meio da aplicação dos conceitos desenvolvidos por essas correntes teóricas. O que nos interessa apresentar no primeiro capítulo deste trabalho são as possibilidades de apropriação dos processos para a obtenção de resultados que se distanciem dos reducionismos típicos de análises tradicionais da Ecologia cultural. Além disso, buscamos entender um pouco mais sobre as escolhas ecológicas e culturais dos antigos habitantes da Zona da Mata mineira.

Adentrando especificamente à temática de nossas discussões, é uma contextualização ambiental e histórica da Zona da Mata mineira que compõe o segundo e terceiro capítulos da dissertação. Estes dados fundamentais a respeito do meio biótico atual e pretérito fornecerão ao leitor o pano de fundo necessário às proposições que se sucederão. A revisão das principais informações etno-históricas e históricas sobre os indígenas que aqui habitaram antes da chegada dos colonizadores e a forma de ocupação intensificada a partir do século XIX são essenciais ao entendimento do processo de destruição do bioma da Mata Atlântica na região. De fato, são as políticas de desocupação e integração dos indígenas à sociedade e a má utilização de estratégias agrícolas nativas, os principais fatores responsáveis pelo panorama apresentado.

No quarto e último capítulo, centramos nossas atenções nos sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira e sua inserção na paisagem. Elencamos os principais aspectos morfológicos dos sítios e as características ambientais que possibilitaram tomadas de decisões sobre as possíveis escolhas dos locais de implantação dos sítios. Neste momento, além dos aspectos já mencionados pela Arqueologia tradicional, acrescentamos duas características típicas dos sítios da região: os monadnocks e as feições doliniformes. Acreditamos que tais formações geológicas exerceram papel fundamental nas opções pelas áreas de assentamento. Contudo, se funcionais ou simbólicos, estas são algumas questões que procuraremos discutir nesse capítulo.

Por fim, as explicações tecidas ao longo da dissertação concernentes ao entendimento da relação homem/meio ambiente na Zona da Mata mineira no período pré-colonial e colonial, são sistematizadas dando feições ao que optamos por denominar de considerações finais. A correlação dos dados permitiu-nos evidenciar as conjecturas suscitadas no projeto de pesquisa que delineou nosso trabalho. Ressaltamos, porém, que os resultados não são conclusivos, pois muitas são as variáveis arqueológicas e ecológicas que não tivemos oportunidade de verificar, dadas as contingências específicas desta ciência. Outrossim, não podemos olvidar que a relação homem/meio ambiente é constante, fluida e dinâmica, sustentada muitas vezes por aspectos intrínsecos à cultura própria de cada grupo, como por exemplo, a cosmologia.

# Capítulo 1

## Da Ecologia Cultural à Arqueologia da Paisagem

Ao focarmos a questão da relação homem e meio ambiente, faz-se necessário um traçado histórico das teorias que tiveram como preocupação essa temática. Neste contexto duas considerações são importantes. A primeira delas é de ordem epistemológica e reflexiva, principalmente para aqueles que se detêm sobre este assunto, tendo por base as ciências humanas. Desde a repartição do saber, operada a partir do final do século XIX e que ainda permanece, em parte, entre nós no século XXI, que determinados objetos de estudos vieram a ser mais “apropriados” para esta ou aquela disciplina. O problema todo com a criação dos “domínios” disciplinares e investigativos foi justamente o sentimento de desconfiança que esta cisão gerou entre as ciências. E no caso das ciências humanas e biológicas, ela foi extremamente pontual.

Pontual porque assinalou uma divisão entre dois aspectos básicos no que concerne ao estudo do gênero humano: a natureza e a cultura. Como veremos um pouco mais adiante, a resposta da Antropologia Cultural, por exemplo, às ambições etnocêntricas do evolucionismo biológico e antropológico do século XIX, levou a um aumento da crença exacerbada do conceito de cultura enquanto explicativo das diferenças entre as sociedades. Por outro lado, tanto a Antropologia Física, ao menos num primeiro momento, quanto a Biologia, vindicaram para si o reinado sobre a natureza. Nesta última ciência, a busca pelo caráter universal do homem enquanto ser vivo e passível às mesmas regras evolutivas que regem toda a natureza levou-a a acreditar na supremacia dos fundamentos biológicos sobre os caracteres culturais. Desse modo, a repartição de objetos entre as disciplinas, sobretudo, as emergentes no final do século XIX, fez com que, em não raros casos de disputa teórica e epistemológica (e até mesmo filosófica), as ciências humanas descreditassem totalmente do papel da natureza por sobre a cultura, sendo o raciocínio contrário válido para as ciências biológicas no que compete ao papel da cultura.

Esta é a primeira reflexão imediata a que nos leva um passeio histórico pelas teorias que intentaram conjugar os dois lados da moeda, perscrutando sobre o que ocorre na interação

homem *versus* natureza, seja no presente (Biologia, Antropologia), seja no passado (Arqueologia). Para muitas das correntes que veremos aqui, especificamente na Antropologia e na Arqueologia, o caminho do meio pareceu ser o mais viável. Mas, como todo projeto científico é passível de críticas e superações, muitas vezes as balanças com as quais elas pesaram a importância de cada um dos dois lados foram acusadas de pender mais para um do que para outro. Desta forma, esta primeira reflexão nos leva a crer que longe de ser um problema bem resolvido, o impasse entre os que crêem e os que não crêem, seja na cultura ou na natureza, ou numa associação entre ambas, ainda está longe de ser resolvido. (VIVEIROS DE CASTRO, 1996)

A segunda consideração à qual faremos referência antes de adentrar na revisão propriamente dita destes postulados é de ordem prática e se relaciona às terminologias pelas quais cada faixa histórica na Arqueologia e na Antropologia é identificada. Definitivamente não é fácil estabelecer um parâmetro único e pontual para as diferentes “escolas” que se sucederam no tempo em suas investigações culturais e ambientais. Isto porque apesar de proporem teorias e métodos próprios, cada uma delas recebeu influências as mais diversas, oriundas de diferentes áreas.

O objetivo deste apanhado histórico é estabelecer uma trajetória que nos levará dos primórdios da Ecologia Cultural na Antropologia, até alguns dos aspectos mais recentes do que se tem convencionado chamar Arqueologia da Paisagem nos estudos arqueológicos. De modo bem resumido, nas próximas páginas apresentaremos algumas das idéias centrais que subsidiaram os estudos envolvendo o homem em interação com o ambiente. Para tanto, a convenção estabelecida por NEVES (1996) parece bem apropriada, já que ele identifica todas estas “escolas”, na Antropologia pelo menos, como pertencentes a uma Antropologia Ecológica<sup>1</sup>. Esta também nos parece ser uma estratégia pertinente na medida em que, pelo menos no contexto americano, enquanto teoria, a Arqueologia tem suas reflexões epistemológicas baseadas na Antropologia.

Ao enveredarmos pela Arqueologia da Paisagem, vemos que ela é herdeira de todo um desenrolar histórico que nos remete, inevitavelmente, ao desenvolvimento dos temas ecológicos dentro da Antropologia, ainda que em consonância com algumas ocorrências na Ecologia Biológica ou na Biologia de um modo geral, além de outras áreas ligadas às ciências da terra.

---

<sup>1</sup> Enquanto MORÁN (1990; 1994) compreende a Antropologia ecológica como a crítica dirigida à Ecologia cultural de Julian Steward, Walter Neves (1994) insere esta última dentro de um desenvolvimento epistemológico maior, também denominado Ecologia cultural. Por efeito de escolha própria, opto por seguir a segunda proposição, cujos motivos encontram-se expressos no corpo textual a seguir.

Iniciamos com os trabalhos de cunho antropológico desenvolvidos por Julian Steward e Leslie White em meados do século XX, período em que o evolucionismo foi reintroduzido no pensamento antropológico. Tais trabalhos e os que se seguiram por conta de sua perspectiva foram denominados de Antropologia Ecológica. Esta denominação foi amplamente discutida por NEVES (1996) no trabalho que por ora nos subsidia, na medida em que este autor, além de evidenciar os marcos diferenciais entre uma Antropologia ideacional e outra materialista, procurou demonstrar como a Ecologia Cultural e a Ecologia Humana podem ser integradas a um campo maior, chamado Antropologia Ecológica.

É recorrente entre os antropólogos que a partir dos anos 1960 ocorrera um forte racha na Antropologia cultural ou social, que passou a ser dividida em dois grandes grupos de pensamento: o materialista (e evolucionista) e o ideacional ou mentalista (SAHLINS, 2003). Mais que uma divergência no que se refere à busca por objetos específicos, esta bifurcação assinala o início de uma contenda que parece se prolongar até os dias de hoje. Seja como for, cada qual passou a apresentar objetivos, objetos e métodos próprios de investigação, cujas caracterizações podem ser apreciadas a seguir.

Ao pensamento materialista caberia o estudo das bases materiais de sustentação das sociedades humanas e de como elas influenciam outras dimensões sócio culturais. Para esta corrente de pensamento, as bases materiais influenciam, condicionam ou determinam estas outras dimensões. Já o pensamento ideacional tomou para si o estudo da mente humana, do simbólico e da sua representação. Desse modo, os mentalistas rejeitam o postulado dos materialistas, defendendo que tanto a organização social quanto as formas de expressões simbólicas têm vida própria.

Para NEVES (1996), o próprio ecletismo da literatura antropológica, que ao longo de seu curso procurou estabelecer um conceito de cultura que fosse o mais abrangente e eficaz possível, abarca por vezes coisas que realmente não se combinam. É bem provável, portanto, que as diferenças entre materialistas e ideacionistas advenham simplesmente do fato de que essas duas vertentes do pensamento antropológico estejam atacando e explicando fenômenos antropológicos completamente distintos, mas que inadvertidamente foram englobados sob um mesmo rótulo, o da cultura.

Em seu livro *Antropologia Ecológica*, NEVES (1996) resolveu em parte o problema ao operar uma diferenciação ontológica entre cultura e bases de sustentação material, concebendo-os como fenômenos antropológicos distintos. A solução estaria na aceitação de que as bases materiais e os sistemas simbólicos das sociedades humanas possuem determinantes particulares a

cada um, ou seja, que eles são autônomos e não precisam se expressar de modo co-variado. Esta postura, tomada de Roger Keesing, permitiu-lhe assumir objetos distintos para cada ramo do pensamento antropológico, conforme demonstra o esquema abaixo:

Materialistas → Têm como objeto de estudo o sistema sociocultural, passível de uma análise evolucionista que o subentende enquanto um sistema adaptativo.

Ideacionistas → Têm como objeto de estudo o sistema cultural do ponto de vista cognitivo, estrutural ou simbólico, não sujeitável a escrutínios racionais evolutivos.

Seja como for, entrar no mérito da questão está fora dos nossos propósitos. O que importa aqui é o modo pelo qual podemos então compreender o que significa ou a que se refere o termo Antropologia Ecológica. Ainda sob a influência deste mesmo autor, “a Antropologia Ecológica pode ser definida como o estudo das relações entre dinâmica populacional, organização social e cultura das sociedades humanas e o meio ambiente nos quais elas estão inseridas” (NEVES, 1996). Desta forma, esta vertente da Antropologia pode ser entendida como o exame materialista das sociedades humanas, guardando íntima relação com as Ciências Biológicas e algumas linhas dentro das Ciências Sociais, como o marxismo estrutural.

Ainda no plano da delimitação de alcances e conceitos de referência, vale atentar para as diferenças entre a Antropologia Ecológica e outras correntes de pensamento que buscaram estabelecer uma correlação entre fatores socioculturais e ambientais. Com tal proposição, o termo Antropologia Ecológica passa a englobar as outras identificações teóricas.

A primeira diferenciação está entre a Antropologia Ecológica e a Ecologia Cultural de Julian Steward. Para NEVES (1996), elas não são a mesma coisa, porque esta última é apenas uma das fases pelas quais a primeira passou. Já a Antropologia Ecológica e a Ecologia Humana são diferentes por dois motivos: 1º) A Ecologia Humana é apenas uma das vertentes do pensamento ecológico evolutivo na Antropologia como um todo e assume a comunidade como unidade analítica e, 2º) fora dos EUA e da Europa Ocidental ela tem sido aplicada com propósitos sanitaristas, ou seja, sua roupagem nova nada mais é do que a aplicação dos postulados discriminatórios do evolucionismo do final do século XIX.

Em termos gerais, é possível estabelecer três plataformas históricas sucessivas no tempo para as principais correntes dentro da Antropologia Ecológica e que, posteriormente, serviriam de inspiração para alguns ramos da Arqueologia que se preocupam com o tema da relação

homem *versus* meio ambiente. A primeira delas se remete aos anos 1940 e 1950, marcados pela retomada do evolucionismo na Antropologia e pelo reconhecimento de que o ambiente é um fator tanto gerador quanto limitador do processo cultural. Os nomes de destaque neste período são Julian Steward e Leslie White.

Nos anos 1960 o debate entre dois grupos de autores, os neo-evolucionistas e os neofuncionalistas, marcou tal período. Para o primeiro grupo, White e Steward estavam certos em seus postulados e o que deveria ser feito era uma ponte entre ambos. Já o segundo grupo se caracterizava pela oposição à postura do primeiro. Finalmente a partir dos anos 1980 emergiu a crítica aos modelos de equilíbrio homeostático defendidos pelos neofuncionalistas, que foram críticos da Ecologia Cultural de Steward.

A seguir, identificaremos cada um desses períodos, em termos de seu desenvolvimento histórico e de seus objetivos, métodos e teorias.

Dentro do período estabelecido por NEVES (1996) como o inicial para uma Antropologia Ecológica, o primeiro nome que merece destaque é o de Leslie White, a quem coube a reintrodução do evolucionismo no pensamento antropológico desde que ele fora praticamente abolido pela escola culturalista (ou particularismo histórico) criada por Franz Boas nos EUA, já no início do século passado. O particularismo histórico pode ser compreendido como uma reação ao evolucionismo, assim como foi o funcionalismo na Inglaterra. Seus postulados questionaram o caráter universal que o evolucionismo de então atestara para a co-ligação entre fatores morfológicos e biológicos, e mentalidades culturais, cavando um profundo poço entre as ditas sociedades “primitivas” e “civilizadas”. A partir de então, Franz Boas se tornou o principal formador de pesquisadores em Antropologia nos EUA, muitos dos quais levaram adiante a sua ênfase nos processos históricos enquanto explicativos dos fenômenos culturais, mesmo que inalcançáveis em sua totalidade.

O reaparecimento do evolucionismo se deu dentro da própria escola do particularismo histórico, já que White aí fora formado. As razões para a sua conversão podem ser encontradas no contato que ele teve com o materialismo histórico de Marx e Engels, quando de sua visita em 1929 à União Soviética. Desde então, tomou como missão para si a restauração da credibilidade do evolucionismo dentro da Antropologia.

Em termos proposicionais, ele procurou conferir maior objetividade aos parâmetros utilizados na mensuração do processo cultural evolutivo da humanidade, elegendo dois fundamentais: energia e tecnologia. Não obstante, seu olhar analítico, apesar de unilinear, estava longe de reduzir o fenômeno da cultura aos ditames da biologia.

Para White, assim como para Steward, ... a análise evolutiva da cultura deveria ser efetuada com bases próprias, de forma absolutamente independente das bases teórico-metodológicas implicadas no evolucionismo biológico. White deixa clara a sua posição quando sugere o termo “culturologia”, uma ciência própria da cultura. (NEVES, 1996:25)

Sua preocupação era com o tema da mudança cultural e ele não acreditava que a cultura simplesmente pudesse advir de um passado histórico não-identificável, tal qual aprendera com o particularismo histórico. Seu interesse estava voltado para o plano universal (evolução universal), no qual tentou achar as leis que explicassem o processo de complexificação cultural, como ele mesmo testemunhara na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). E, ainda que o entendimento da evolução universal fosse o seu propósito central, White não negava os aspectos particulares de cada sociedade, tanto em sua composição, quanto em seu desenvolvimento histórico, embora também não acreditasse haver um caminho único e comum a ser trilhado por cada uma delas.

Um rápido olhar sobre as suas proposições teórico-interpretativas nos mostra que para ele, a relação entre as sociedades humanas e o meio no qual elas viviam deveria ser analisada sob um ponto de vista sistêmico, composto por três subsistemas em intensa interação. Haveria um subsistema tecnológico, responsável pela captação de recursos e transmissão da energia coletada através da sociedade. Este estaria interligado a outros dois subsistemas: o sociológico e o ideológico. Apesar do caráter integrativo de sua proposição, é sabido que para White o peso de cada um dos subsistemas não era o mesmo e os dois últimos funcionariam mais como espelho do subsistema tecnológico do que subsistemas autônomos propriamente ditos. De fato, a tecnologia possui maior peso que os demais subsistemas, sendo encarado como uma variável independente e que para White, há um determinismo tecnológico que incide diretamente sobre o conteúdo e a orientação filosófica de cada sociedade. Tem-se então a expressão: 1 tecnologia = 1 cultura.

Ao olhar para o ambiente e para outras formas de vida, White percebeu que tudo poderia ser descrito em termos de fluxo de matéria e energia. A vida fica então resumida à captação de energia livre, sendo a cultura a ferramenta utilizada pelo homem para tal intento. E deste modo, o funcionamento da cultura vai depender da quantidade de energia recolhida e do modo pelo qual ela é aproveitada e distribuída no interior da sociedade. São três os fatores levados em conta: a) quanto de energia *per capita* foi obtido num ano; b) eficiência tecnológica para tal e; c) magnitude de bens e serviços produzidos. Segundo NEVES:

Dessas observações e formulações, White postula a lei básica da evolução cultural: mantendo-se outros fatores constantes, a cultura evolui na medida em que a quantidade de energia capturada per capita por ano é aumentada, ou na medida em que a eficiência com que os meios instrumentais de utilização dessa energia de trabalho aumenta. (NEVES, 1996:28)

A partir disso tudo, é possível antever uma relação lógica entre os fatores envolvidos. Não adianta a tecnologia se aperfeiçoar a ponto de ultrapassar os limites de disponibilidade de energia. Sendo assim, a quantidade de energia capturada determina a evolução cultural e a cada salto energético corresponderia um salto de complexificação cultural. Eis, portanto, o redirecionamento que Leslie White deu à evolução cultural humana, transferindo dos caracteres biológicos e psicológicos enfatizados no século XIX para a tecnologia e os limites impostos pelo ambiente, a razão de ser dos processos de mudança cultural. “A partir desses postulados, White reescreve a história humana, demonstrando que a cada grande salto energético correspondeu um salto de complexificação social”. (NEVES, 1996:29)

No próximo tópico veremos como, nesta mesma época, outro importante herdeiro do particularismo histórico de Boas acabou por se tornar o mais influente personagem da história da Antropologia Ecológica, sendo utilizado como referência até hoje.

## 1- Ecologia realmente cultural

Julian Steward formou-se dentro do particularismo histórico norte-americano e se voltou para o materialismo após ter contato com a Geografia (Carl Sauer). Se White estava interessado na evolução universal, Steward, ao contrário, enfatizava as particularidades de cada cultura em termos de suas respostas adaptativas a ambientes específicos. Para ele, num primeiro momento seriam estudados os casos particulares para, posteriormente, aventurar-se em interpretações mais universais. Steward acreditava que a cultura poderia ser explicada em níveis distintos e que o ambiente funcionava como fator gerador de mudanças culturais.

Os historicistas descartavam qualquer possibilidade de interferência do ambiente sobre a cultura, imperando entre eles a idéia de que “cultura gera cultura” e ponto final. Estes mesmos autores, há algumas décadas, organizaram as etnias que estudavam nos EUA em áreas culturais que, posteriormente, acabariam por corresponder, à sua revelia, a paisagens específicas. Eles tiveram então que rever seus postulados e admitiram a ação do ambiente sobre a cultura.

Contudo, segundo eles, esta interação só ocorreria de modo tal que o ambiente funcionasse apenas como um agente limitante da cultura, e não como fator gerativo dela. “Dito de uma outra forma, o ambiente poderia explicar a ausência de traços, mas não a sua presença”. (NEVES, 1996:34)

A Ecologia Cultural de Steward se opôs a isso, concedendo ao ambiente o papel de produtor de cultura e usando para tal, estudos que procuravam relacionar certas características de uma dada cultura com traços do ambiente no qual ela se desenvolve. O pai da Ecologia Cultural procurou relacionar mudanças tecnológicas, econômicas e de organização social ao meio ambiente. Também buscou propor uma alternativa ao evolucionismo da virada do século XIX para o século XX, apregoando a idéia de evolucionismo multilinear, no qual diferentes sociedades percorreriam caminhos específicos de acordo com os processos de adaptação aos diferentes ambientes. Similaridades poderiam ser encontradas no que se refere às relações entre as populações humanas e o ambiente, mas elas não implicariam, necessariamente, em leis universais. A comparação se daria entre as estratégias de adaptação de cada sociedade em função dos recursos ambientais.

O problema da Ecologia Cultural era verificar os modos pelos quais as sociedades se adaptam ao ambiente no qual estão inseridas e se a adaptação é feita através de modos específicos de comportamento ou por uma gama maior de possibilidades. Para levar a cabo suas investigações, Steward propunha um método comparativo sobre variáveis limitadas, centrando sua atenção na tecnologia, ou “núcleo cultural”. O “núcleo cultural” pode ser definido pelo conjunto de fatores intimamente relacionados às atividades de subsistência, o que envolve, portanto, o emprego de tecnologia. Steward utilizou o método comparativo para averiguar as ligações entre a estrutura social e os modos de subsistência a partir de uma ótica causal. Trabalhou com o eixo diacrônico e com a análise funcional, encarando as instituições como respostas adaptativas. (MORÁN, 1990)

O problema da Ecologia Cultural era saber se os ajustes que as sociedades humanas fazem ao ambiente requerem comportamentos específicos ou se eles permitem uma gama maior de padrões comportamentais possíveis. A metodologia a ser empregada para a obtenção de respostas não poderia ser outra que não aquela atrelada aos processos de captação de recursos. Tanto NEVES (1996) quanto MORÁN (1990) identificam três procedimentos caros a esta perspectiva: 1) o que deve ser analisado em primeiro lugar são as relações de exploração e o ambiente; 2) em seguida, atenta-se para os tipos particulares de comportamento, exploração e

tecnologias envolvidos nessas relações numa área particular; 3) parte-se então para investigações de como outros aspectos culturais e do uso do ambiente são afetados pelo “núcleo cultural”.

O conceito de “núcleo cultural” trabalhado por essa escola tinha como primazia os aspectos culturais da relação meio *versus* cultura, no que tange as atividades de subsistência e que, por isso mesmo, influenciam todo o resto. De acordo com MORÁN (1990) o mesmo enfoque deveria estar no meio ambiente, salientando os aspectos como a compreensão da captação de energia, no caso, as fontes de alimentos. Esta situação é explanada neste parágrafo:

Assim como Steward identifica na cultura domínios prioritários passíveis de uma leitura adaptativa, ele também seleciona no meio ambiente os aspectos que lhe parecem mais importantes de serem levados em consideração nessa análise de causa: quantidade, qualidade e distribuição espacial dos recursos alimentares. Para ele, nem a cultura, nem o ambiente devem ser abordados como totalidades em sua análise. De um lado, deve-se priorizar na cultura aqueles aspectos potencialmente mais responsivos (que respondem) aos estímulos ambientais, e no ambiente aqueles aspectos potencialmente mais influenciáveis. (NEVES, 1996:36)

A ênfase de Steward estava na tecnologia, nos modos de subsistência, tal qual se pode observar em seus trabalhos empíricos, como aquele realizado entre os shoshoni, nos EUA. É que para ele, conseguir comida e abrigo é o problema mais imediato e urgente que uma dada sociedade pode enfrentar e, com certeza, eles são fatores que influem sobre outros domínios. E é neste aspecto que aparecem as críticas ao seu trabalho, que veremos no tópico seguinte. Steward não conferia muita importância a outros fatores ambientais que não aqueles relacionados à subsistência, tais como demografia, epidemiologia, competição, etc. Sendo assim, nem a cultura e nem o ambiente eram estudados em suas respectivas totalidades, ou na totalidade de sua integração, mas sim, nos aspectos concernentes à obtenção de recursos para a subsistência.

A despeito das críticas que foram lançadas ao excesso de preocupação de Steward com o aspecto tecnológico dentro dos estudos de organização cultural, ele continua sendo reconhecido até hoje como o antropólogo que conferiu novas diretrizes aos estudos materialistas na Antropologia. Sua influência também se fez sentir na Arqueologia e embora alguns autores confirmem a ele a responsabilidade pelo viés determinista que imperou no pensamento arqueológico por um bom tempo, no que se refere à influência do meio sobre os homens, há aqueles que o defendem. Autores como MORÁN (1994) salientam o impacto positivo de sua obra e de seus seguidores sobre os estudos, envolvendo tipos de sociedades específicas com base em formas de subsistência. Neste caso, o pecado, tanto de Steward, quanto dos demais

seguidores da Ecologia Cultural, seria outro, quase que propriamente metodológico. Para ele, os ecólogos culturais centraram-se mais na cultura do que no ambiente. Em suas palavras:

Esses estudos tendem a centrar-se na cultura e não no ambiente ou mesmo na interface de ambos. Os autores, em sua maioria, não pretendem ser mais do que antropólogos culturais que adotam uma abordagem ecológica para o estudo cultural. O perigo nessa abordagem é que ela pretende ser “ecológica”, mas, na verdade, discute principalmente fatores culturais. (MORÁN, 1994:71)

De todo modo, a visão que se tinha sobre determinadas sociedades, como as de caçador-coletores e horticultores insipientes alterou-se radicalmente com o advento da Ecologia Cultural, propiciando novos horizontes investigativos e interpretativos aos estudos antropológicos e arqueológicos envolvendo natureza e sociedade.

## 2- Por uma análise ecossistêmica

A insatisfação com a Ecologia Cultural propiciou o desenvolvimento de novos conceitos e métodos na Antropologia Ecológica, em grande parte, influenciado pela Ecologia Biológica. Entre as novidades, pode-se destacar a emergência do conceito de ecossistema no campo das ciências naturais nos anos 1960, que influenciou decisivamente os estudos materialistas na Antropologia. A partir dele, o homem voltou a ser realocado no universo natural sob o mesmo pé de igualdade que os demais componentes bióticos. A adesão a esta perspectiva abriu caminho para investigações nas quais a adaptabilidade humana fosse encarada como respostas a diferentes problemas levantados pelo em torno, sejam elas fisiológicas, culturais ou comportamentais.

Em termos bastante simplificados, um ecossistema pode ser entendido como a interação entre fatores abióticos e bióticos num dado ambiente. Acoplada a esta idéia veio a noção de equilíbrio homeostático, no qual os sistemas tenderiam a se manter equilibrados por meio de processos específicos para isto, mantendo assim a funcionalidade do sistema.<sup>2</sup> Neste ponto, pode-se vislumbrar a influência, ainda que indireta, que tal perspectiva teve sobre os estudos em

---

<sup>2</sup> O princípio de equilíbrio homeostático não é uma novidade da Ecologia deste momento. Ele já havia sido anunciado na década de 1920, na Medicina, pelo fisiologista norte-americano Walter B. Cannon, segundo o qual todo organismo tende a manter constante certo número de parâmetros biológicos, mesmo diante de perturbações. Na Ecologia Biológica a homeostase consiste na manutenção da constância de certas variáveis dentro de um ecossistema, mesmo quando perturbado por estímulos internos e/ ou externos. Tal equilíbrio é obtido através de sensores que percebem as perturbações e de mecanismos que as compensam ou anulam, chamados de princípios de retroalimentação negativa.

Antropologia. Mesmo no plano ideacional, como no funcionalismo britânico, as etnografias retratavam sistemas sociais auto-contidos e sempre dispostos a manter o equilíbrio de sua organização através de mecanismos os mais variáveis, indo desde os princípios de parentesco até as instituições. No caso de uma Antropologia ideacional (ou cultural), esta concepção foi posteriormente criticada por antropólogos de orientação estrutural-funcionalista, em grande parte influenciados pelo estruturalismo levistraussiano.

Na vertente materialista, os neo-funcionalistas Andrew Vayda e Roy Rappaport foram os principais difusores da noção de ecossistema na Antropologia nos anos 1960. Eles achavam que a Ecologia Cultural enfatizara demais a cultura quando, na verdade, qualquer análise que pretendesse se voltar para a relação homem *versus* ambiente deveria buscar na Ecologia Biológica as suas unidades analíticas. Sua idéia era aplicar nos estudos antropológicos conceitos usados na Biologia, tais como população e comunidade, além de ecossistema e equilíbrio homeostático, já que elas representavam ferramentas úteis e aplicáveis a problemas comuns a estas duas áreas investigativas. Isto porque, para ambos, o homem seria apenas uma dentre tantas outras espécies, sujeita às mesmas leis. Para os dois, a cultura não deveria ser elevada à categoria de unidade analítica numa perspectiva ecológica, tal qual vinha sendo concebida pelos ecólogos culturais, e sim como um adjetivo do gênero humano. Sendo assim, os temas estudados pela Antropologia e pela Ecologia Biológica estavam relacionados ao estabelecimento de comportamentos, visando o equilíbrio grupal. Este equilíbrio (homeostático) seria obtido por meio das interações com o meio ambiente.<sup>3</sup>

Para Vayda e Rappaport, Steward, ao utilizar da noção de “núcleo cultural”, voltou-se apenas para alguns aspectos tanto das culturas quanto dos ambientes. Ao abdicar da totalidade em ambos os lados, ele não pôde explicar a gênese cultural. Para o pai da Ecologia Cultural, a análise comparativa de diferentes sociedades, sem nenhum contato histórico, mas que apresentassem “núcleos culturais” similares, demonstraria relações de causa e efeito incontornáveis. Para os neo-funcionalistas isso não procede, pelo menos em parte, porque outros fatores poderiam funcionar como causativos. Além do quê, o funcionamento de um traço não explica necessariamente o seu conteúdo.

---

<sup>3</sup> É importante ressaltar que para alguns autores, como MORÁN (1990; 1994), o pensamento materialista-evolucionista nas Ciências Sociais só passa a ser denominado Antropologia Ecológica neste momento, quando os seus estudos são levados para dentro do quadro teórico-metodológico da Ecologia Biológica (Ecologia Humana). Mesmo assim, consideramos a proposição de NEVES (1996) discutida no início deste capítulo a mais apropriada para os propósitos aqui discutidos.

Outros conteúdos específicos, absolutamente operacionais, poderiam ser gerados para desempenhar a mesma função. Principalmente numa espécie que se caracteriza por uma capacidade ilimitada de gerar soluções culturalmente. A análise Stewardiana não permite, portanto, nas palavras dos neofuncionalistas, explicar o aparecimento de um conteúdo em detrimento de outro qualquer para desempenhar a mesma função. (NEVES, 1996:42)

O intento de explicar o funcionamento da relação homem *versus* ambiente na Ecologia Cultural também apresentou uma falha no seu carácter metodológico, porque no momento em que Steward alocou sua metodologia como apenas complementar aos demais eixos explanatórios da Antropologia, tal intento não ultrapassou o plano teórico. Na prática, suas análises “ecológicas” nada mais eram do que a utilização de fatores sociais, históricos e culturais para dar conta de fenômenos de ordem materialista. Trata-se de uma espécie de inversão de princípios, ou até mesmo de uma confusão proposicional. Pretendia-se explicar sistemas ecológicos com bases sociológicas e históricas ao mesmo tempo em que tomava para si a denominação de análise ecológica.

E mesmo se as críticas se voltassem apenas para os aspectos mais “ecológicos” das análises, ainda sim poderiam ser encontradas várias limitações nos estudos de Steward. Para os neofuncionalistas, ele havia se centrado demais nos “núcleos culturais” (eixo tecnológico) sem dar qualquer importância a outros fatores, como a mitologia e a cosmologia. Além disso, sua obsessão pelo tema da qualidade, quantidade e distribuição de alimentos fez com que ignorasse por completo outros fatores ambientais, tais como a ocorrência de parasitas, vetores de doenças e competição entre seres humanos.

Depreende-se das reflexões anteriores que a cultura, enquanto unidade analítica, foi o principal alvo das críticas que recaíram sobre o trabalho de Steward. Os neofuncionalistas discordavam desta perspectiva e colocaram uma nova unidade de referência em seu lugar: a população. Para eles,

... uma análise ecológica é, acima de tudo, uma análise de sustentabilidade, uma análise de cadeia trófica, na qual os fluxos de matéria e energia devem ser apropriadamente quantificados: cultura como unidade de análise não é comensurável com essa preocupação, simplesmente pelo fato de que a cultura não é alimentada pela predação, nem limitada por recursos alimentares, e muito menos debilitada por doenças ou parasitismo.(NEVES, 1996:44)

Como pudemos perceber, a perspectiva biológica ganha ênfase aqui, na medida em que para os neo-funcionalistas, o foco das análises ecológicas deveria ser as populações, quer fossem

humanas ou não. O que ocorre é um deslocamento de interesses e unidades analíticas dentro do pensamento materialista na Antropologia com o advento do neofuncionalismo influenciado pelos estudos da Ecologia Biológica. Se num primeiro momento a Ecologia Cultural considerava a cultura como unidade analítica, dando ênfase ao “núcleo cultural”, num segundo momento as coisas mudaram de figura. Vayda e Rappaport estabeleceram a população local como unidade analítica da nova agenda do pensamento ecológico antropológico. Segundo eles, a análise ecológica deveria tratar da cadeia trófica, e a cultura apreendida apenas como um atributo do gênero humano.

No que toca ao aproveitamento do conceito de ecossistema, os neofuncionalistas também foram ávidos em identificar possíveis conexões entre as propostas da Ecologia Biológica para quaisquer populações e os sistemas de subsistência de grupos sociais humanos. Tomamos emprestado de NEVES (1996), a título ilustrativo, o resumo das principais características de um ecossistema dentro da Biologia e nos quais Vayda e Rappaport se inspiraram para produzir suas pesquisas.

1. Independentemente das espécies que o constitui, um ecossistema tem características estruturais cíclicas, no que se refere a fluxo de material, e piramidal, no que se refere a produtividade, rede trófica e regulação das populações que a constituem; 2. O ecossistema apresenta propriedades auto-reguladoras e; 3. Ele tende a um estado de “clímax”, no qual o sistema como um todo requer um menor fluxo de energia por unidade de biomassa em pé para se sustentar, mas no qual a produtividade por unidade de área aumenta. Nesse estado, as vias de material e energia proliferam, assim como os mecanismos reguladores. Pode-se dizer que o “clímax” é o grau máximo de desenvolvimento de um ecossistema, no qual a relação entre produção e respiração da biomassa se equilibra. (NEVES, 1996:46-47)

A citação acima expressa, em seu conteúdo, a presença dos conceitos tomados da Ecologia Biológica e que foram empregados na Antropologia Ecológica: população, ecossistema e equilíbrio. Das características ali arroladas, os neofuncionalistas deram grande importância à de número dois. Para eles, além dos fluxos de matéria e energia, haveria também um fluxo de informação (mitos e ritos entre os caçadores-coletores e horticultores incipientes, por exemplo), que funcionaria como regulador. Trata-se de mecanismos de auto-regulação homeostática que permitem às populações humanas manter o equilíbrio na sua relação com o ambiente. Como veremos no tópico posterior, será sobre estes mesmos princípios que incidirão algumas das críticas direcionadas aos trabalhos neofuncionalistas.

Chegamos finalmente ao terceiro estágio da Antropologia Ecológica, os anos 1980 e que começara a se estruturar já na década de 1970. Este período se caracterizou pela crítica endereçada aos neofuncionalistas, estruturando-se, segundo NEVES (1996), em quatro pontos: 1) os neofuncionalistas se concentraram exclusivamente no equilíbrio homeostático, ignorando ocorrências tais como alterações não-equilibradas, segregações, etc.; 2) tais análises explicavam a funcionalidade das instituições, mas não o seu conteúdo e nem os fatores que as geram; 3) suas pesquisas se concentraram obsessivamente sobre a produção e o consumo de alimentos (“obsessão calórica”) e; 4) houve uma má escolha das unidades analíticas.

As críticas de número 1 e número 4 acompanharam os movimentos epistemológicos que estavam ocorrendo na época na Ecologia Biológica e na Biologia Evolutiva. A Ecologia Biológica dos anos 1970 atacou veementemente o conceito de equilíbrio homeostático, a partir daí encarando o ecossistema apenas como uma unidade analítica na qual tudo o que nele se vê é fruto do somatório das partes que o constituem, além dele poder apresentar desordens, distúrbios, etc. Já na Biologia Evolutiva, no que tange à Seleção Natural, ficou acordado que ela operaria por sobre indivíduos ou, no máximo, por sobre um grupo de indivíduos bem aparentados e não por sobre grupos inteiros, como se pensava até então (razão de ser da quarta crítica).<sup>4</sup>

Por volta ainda dos anos 1970, tanto na Biologia quanto nas Ciências Sociais o indivíduo passou a ser o centro das investigações.<sup>5</sup>

Desta forma, os neofuncionalistas assumem que, refletindo uma deficiência geral na Antropologia Cultural e Social, suas primeiras análises ecológicas não deram atenção suficiente às razões que motivam as ações individuais, ações essas que, agregadas, constituem eventos grupais; e que não prestaram muita atenção na variabilidade comportamental individual, nas diferenças individuais quanto à compreensão do mundo circunjacente, nos indivíduos como unidade adaptativa, ou mesmo aos conflitos entre os atores individuais e os grupos dos quais fazem parte. (NEVES, 1996:55-56)

---

<sup>4</sup> Segundo alguns pesquisadores (ESTEVES, 2007), muitos dos conceitos importantes da Ecologia biológica recente há muito já haviam sido desenvolvidos por Charles Darwin quando do lançamento da teoria da seleção das espécies. Em verdade, o que se pode notar hoje ao se revisitar a obra magistral do naturalista britânico, *A Origem das Espécies*, é que ele já havia anunciado temas e princípios de ordem ecológica inseridos no processo evolutivo dos organismos, tal qual podemos perceber na aproximação de interesses entre a Ecologia biológica e a Biologia evolutiva neste parágrafo.

<sup>5</sup> No caso da Antropologia de orientação ideacional, esta nova perspectiva pode ser identificada como resultante da revisitação de alguns dos postulados desenvolvidos pela Escola de Chicago, nos EUA, cujos desdobramentos aqui fogem aos nossos propósitos. Em se tratando do materialismo antropológico, é bem provável que haja uma confluência de influências de ambos os lados, Ciências Sociais e Biologia, já que esta vertente se pretende alocada entre as duas grandes áreas.

Podemos acrescentar aqui a retomada do fator histórico enquanto componente essencial para o desenvolvimento tecnológico das sociedades e na sua relação com o ambiente. Tal orientação apareceu, inicialmente, no trabalho de Clifford Geertz. Este autor anexou à idéia de ecossistema uma perspectiva diacrônica, demonstrando que ao menos no caso que investigara (a agricultura na Indonésia), apenas a relação entre tecnologia e subsistência não era suficientemente explicativa da realidade observada. Fatores de outra ordem (economia, história, política) e também alhures ao sistema “fechado” tinham sua cota de influência na organização social. Seu propósito consistiu, portanto, na introdução do conceito de ecossistema nos estudos antropológicos a fim de verificar a sua plausibilidade explicativa.

Foi Clifford Geertz, baseado na leitura de Dice (1955), Marston Bates (19653) e Eugene Odum (1959), quem sugeriu pela primeira vez na antropologia o uso do conceito de ecossistema. Em sua obra *Agricultural Involution* (1963), Geertz procurou testar a validade da formulação da ecologia cultural de Julian Steward. Através do uso de uma abordagem histórica, esse autor demonstrou que a evolução econômica da Indonésia não podia ser compreendida pelo uso da metodologia de Steward e seu enfoque na tecnologia de subsistência. Seria então necessário analisar as condições criadas pelo colonialismo holandês para poder compreender o presente uso de recursos do país. Em outras palavras, o comportamento humano na Indonésia não é resultado da adaptação ao meio físico mas de adaptação aos padrões impostos pelo colonialismo econômicos, persistentes mesmo após seu desaparecimento. (MORÁN, 1990: 63-64)

Ainda neste terceiro “estágio” da Antropologia Ecológica, a partir da segunda metade da década de 1970, começou-se a procurar novas estratégias e unidades de análise para os estudos, afinal, a fragilidade dos conceitos de ecossistema e equilíbrio homeostático estava bem visível. Os fatores que concorreram para isso foram o próprio enfraquecimento do conceito de ecossistema equilibrado e a assimilação das populações “tradicionais” por economias mais amplas, inclusive o sistema internacional. O foco de interesse mudou então para os processos, para as transformações culturais (daí esse terceiro estágio ser denominado por alguns, de Antropologia Ecológica Processual).

A ênfase a partir do final da década de 70 passou então a ser o estudo de estratégias adaptativas específicas (modelos de tomada de decisões) diante de eventos ou problemas ambientais, levando-se em consideração não somente os fatores ambientais circunjacentes, como também fatores sócio-econômicos gerados pelas economias regionais no seio das quais as sociedades de pequena escala passaram, cada vez mais, a se engajar. (NEVES, 1996:58)

A partir das últimas informações elencadas podemos construir um quadro explicativo básico das alterações que se operaram na vertente materialista da Antropologia após a emergência dos “ecólogos processuais”. A ênfase, que antes recaía sobre o suposto caráter equilibrado dos ecossistemas, cujas investigações privilegiavam os aspectos sincrônicos, passou a ser direcionada para os processos de mudança social tendo em vista as respostas dadas pelas sociedades para problemas ambientais os mais diversos. Note-se que, exceto pela não exclusividade dada aos aportes tecnológicos, o que se tem neste momento é um retorno ao objeto de inquirição que outrora fora motivo de preocupação para Leslie White e Julian Steward na década de 1950. Os processos de mudança social (eixo diacrônico) passaram a ser investigados por meio da conjugação de diversos fatores, tais como a economia, a história, as escolhas individuais e a política, além do ambiente, é claro.

No que toca especificamente à idéia de ecossistema homeostático, segundo MORÁN (1990), para os críticos das obras de Vayda e Rappaport, as investigações empíricas não são capazes de discriminar se um sistema está em equilíbrio ou não, mesmo porque, as circunstâncias podem se alterar inclusive ao longo do processo de pesquisa. “Mais importante, numa investigação ecológica, é enfatizar a natureza e a frequência dos fatores que desequilibram o sistema e os mecanismos que respondem a tais desequilíbrios”. (MORÁN, 1990:65)

Dentro de uma concepção mais ecológica propriamente dita,<sup>6</sup> NEVES (1996) identificou algumas tendências neste último gradiente histórico da Antropologia Ecológica:

a) o exame das relações entre variáveis demográficas e sistemas de produção (...); b) a observação de respostas populacionais a estresse ambiental, c) a investigação sobre a geração e adoção de estratégias adaptativas, estimulada pelo conceito de nicho e; d) o emprego de teoria marxista, sobretudo graças ao interesse geral da Antropologia pela economia política e pelo marxismo estrutural. (NEVES, 1996:59)

O enfoque em problemas ambientais reais estabeleceu uma nova agenda para a Antropologia Ecológica e, a partir dela, foram elaboradas duas propostas metodológicas nos anos 1980 para os estudos envolvendo homem *versus* ambiente. De um lado emergiram os estudos de contextualização progressiva, nos quais o pesquisador se concentra em atividades humanas-chaves ou nas interações mais importantes para um problema levantado. Não há recortes específicos previamente identificados e o método pode ser aplicado às situações ou não de

---

<sup>6</sup> No sentido de mais próxima de um eixo extremamente materialista.

equilíbrio. De outro, apareceram as investigações de mudança cumulativa, nas quais também não há apriorismos e a ênfase é dada nos problemas reais enfrentados pelas populações.

Ao olharmos para o período que se estende desde a reintrodução do evolucionismo no pensamento antropológico até esta Antropologia Ecológica processual, podemos notar que a construção de seu escopo teórico-metodológico acompanhou as discussões e os avanços de outras áreas do conhecimento, sobretudo, da Biologia. Isso nos mostra mais uma vez que o desenvolvimento de uma disciplina não se dá de modo isolado. A proposta de repartição dos saberes e dos objetos no século XIX e, que de fato, nos levou à crescente especialização das áreas científicas, também tem nos levado cada vez mais para caminhos nos quais a interconexão entre os saberes é imperativa. No próximo tópico, onde serão brevemente discutidos alguns pontos da Arqueologia da Paisagem, ficará claro que esta ruptura entre as ciências não se verificou em sua realidade objetiva e que novos olhares sobre os mesmos objetos devem tanto à intersecção entre as disciplinas quanto ao acúmulo histórico do qual elas são devidas.

### 3- A Arqueologia da Paisagem

No que compete à disponibilidade de bibliografia sobre o assunto, sobretudo no Brasil, onde a Arqueologia da Paisagem pode ser encarada como uma prática bastante recente e sem muitos adeptos, a apresentação de alguns pontos dessa perspectiva prevê aqui os pressupostos teóricos que nortearam os estudos envolvendo a relação homem e ambiente, tanto na Antropologia quanto na Arqueologia.

Para o arqueólogo espanhol VILLAESCUSA (2006), a paisagem está no imaginário coletivo da atualidade, concorrendo com a idéia de meio ambiente. Segundo ele, o problema, de um modo geral, não está na identificação de uma paisagem ou na afirmação do que ela seja ou não seja. A dificuldade repousa muito mais no embate ocasionado pelas diferentes áreas que se debruçam sobre o assunto e, se considerarmos as fontes que deram origem à Arqueologia da Paisagem, veremos que esta não é uma consideração qualquer.

Para este mesmo autor, a Arqueologia da Paisagem pode ser situada numa confluência da Arqueologia com as ciências ecológicas e paleoambientais, caracterizando-se por certa heterogeneidade interna no que confere aos problemas e perspectivas escolhidos. Numa outra abordagem (MORAIS, 1999), ela aparece como a junção da Arqueologia com a Geografia, contando com a colaboração de áreas como a Biogeografia, Geocartografia, Geografia Humana e Econômica, Geopolítica e Geoarqueologia, Zooarqueologia, Arqueobotânica, História,

Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, e Ecologia. Como visto, trata-se de uma disciplina híbrida na sua formação, o que, em última instância, impulsiona a indagação sobre o que compete a cada uma em termos de contribuição. Em verdade, o aporte destas disciplinas tem se dado muito mais no plano prático e nas averiguações de campo, através do emprego de tecnologias e técnicas de coleta de dados caras a elas, do que pelas reflexões teóricas. A base reflexiva da Arqueologia permanece associada ao desenvolvimento histórico de que fazem parte a Antropologia Ecológica e a Arqueologia, como um todo.

E sendo assim, do que se ocupa a Arqueologia da Paisagem especificamente? Se permanecermos com VILLAESCUSA (2006:29) “... a arqueologia da paisagem se ocupa da reconstrução ou recriação das paisagens, da natureza, em sua evolução a partir da presença do ser humano sobre a terra”. Vê-se que esta idéia de paisagem apresenta uma conotação antrópica, pois se remete à presença humana num dado ambiente, alterando-o de modo a garantir sua subsistência. Este raciocínio coaduna-se, em parte, com aquele desenvolvido na Ecologia Humana de Paisagens, dentro da Ecologia de orientação geográfica, que se centra na interação dos homens com o ambiente, sendo a paisagem o resultado desta relação. (METZGER, 2001)

De modo geral, a Arqueologia da Paisagem pode ser dividida em duas grandes tradições, principalmente se levamos em conta os países nos quais ela primeiro se desenvolveu: na Inglaterra e na França. A história da Arqueologia da Paisagem de origem anglo-saxônica começa com o aparecimento da Arqueologia Espacial no final da década de 1960, como resposta do processualismo ao histórico-culturalismo, destacando-se nomes como os de Binford, Leslie White e D. Clarke. O processualismo fora extremamente influenciado pela onda neopositivista que impregnou muitos dos campos científicos daquela época, além da teoria geral dos sistemas desenvolvida nas áreas exatas e, principalmente, pela Ecologia Cultural de Steward. A aplicação dos princípios da Ecologia Cultural na Arqueologia teve como resultado uma prática arqueológica na qual se procurava estabelecer as relações das sociedades do passado com o ambiente, analisando-se os padrões de assentamento humano, como visto anteriormente. Segundo VILLAESCUSA,

... la distribución de los asentamientos en relación con esas variables ofrecía el criterio (patrón, pauta) seguido por una Ecología Humana y su praxis como una Geoarqueología (Butzer 1989 [1982]) que acabaría integrando métodos y técnicas propios de la Geología y Geomorfología así como de las técnicas del análisis espacial propias de la Nueva Geografía que acompañará

indefectiblemente a la New Archaeology de la que tratamos. (VILLAESCUSA, 2006:30)<sup>7</sup>

Sendo assim, contribuições advindas da Arqueozoologia e da Arqueobotânica permitiram elucidar muito da composição do ambiente depredado no passado por populações caçador-coletoras, domesticadores de animais e horticultores insipientes. Até então se falava de uma Ecologia Humana, mas não de uma Arqueologia da Paisagem, ou de uma *Landscape Archaeology*, no original em inglês.<sup>8</sup>

Mas a Arqueologia da Paisagem surgiu mesmo com a Arqueologia pós-processual, que fora uma resposta aos limites enfrentados pelo processualismo. O pós-processualismo se caracterizou por uma postura de desconfiança diante das pretensões de cientificidade exagerada da corrente anterior, pela contraposição aos modelos matemáticos e estatísticos nas Ciências Sociais e por uma maior ênfase nos aspectos simbólicos e cognitivos.<sup>9</sup> Em suma,

... esta Landscape Archaeology opone al medio ambiente la noción de paisaje como síntesis del medio físico y la dimensión simbólica diferenciada de la especie humana por parte de las primeras sociedades agrícolas. El pasado legitimador del presente es simbolizado en el paisaje por medio de la ubicación espacial concreta de sepulturas o monumentos simbólico-ideológicos que pueblan y definen el territorio mediante hitos y referentes, una suerte de símbolos de etnicidad que se muestra a otras etnias para identificar los espacios apropiados por un grupo. (VILLAESCUSA, 2006:31)<sup>10</sup>

Ainda que esta seja uma marca presente em muitos dos trabalhos efetuados hoje pelos arqueólogos, sobretudo no que diz respeito aos estudos que investigam as bases materiais de sociedades pretéritas, sua efetivação não está isenta de limites. Transformações drásticas nas paisagens ao longo de séculos ou milênios e a dificuldade em se encontrar vestígios orgânicos,

---

<sup>7</sup> A distribuição dos assentamentos em relação com essas variáveis oferecia o critério (padrão, pauta) seguido por uma Ecologia Humana e sua práxis como uma *Geoarqueologia* (BUTZER, 1989 [1982]) que acabaria integrando métodos e técnicas próprios da Geologia e Geomorfologia assim como das técnicas de análise espacial próprias da Nova Geografia indubitavelmente (?) a *New Archaeology* da qual tratamos (tradução minha).

<sup>8</sup> Para uma diferenciação entre Ecologia Humana e Antropologia Ecológica, ver a aquela realizada no início deste ensaio.

<sup>9</sup> O advento da Arqueologia pós-processual vindicou para si a legitimidade de estudos arqueológicos interpretativos por sobre os aspectos cognitivos e representativos das populações pretéritas, tendo por base os achados materiais e teorias sofisticadas da Antropologia pós-moderna.

<sup>10</sup> Esta *Landscape Archaeology* opõe ao meio ambiente a noção de paisagem como síntese do meio físico e a dimensão simbólica diferenciada da espécie humana por parte das primeiras sociedades agrícolas. O passado legitimador do presente é simbolizado na paisagem por meio da *ubicación* espacial concreta de sepulturas ou monumentos simbólico-ideológicos que povoam e definem o território mediante marcos e referentes, uma sorte de símbolos de etnicidade que se mostra a outras etnias para identificar os espaços apropriados a um grupo (tradução minha).

no caso brasileiro, associam-se a problemas de ordem teórico-metodológicos para que se possa, de fato, realizar interpretações sobre o passado em níveis mais abstratos. E isso tudo mesmo com o aporte da Arqueologia da Paisagem.

Voltando ao histórico da disciplina, vejamos a tradição francesa que, segundo alguns críticos, nada mais é do que uma nova fachada do positivismo.<sup>11</sup> VILLAESCUSA (2006) se opõe a essa opinião, baseando-se nas premissas do arqueólogo francês Leveau, para quem a paisagem seria o somatório da paisagem mineral - dos geógrafos, com a cobertura vegetal sobre a qual agem os homens - dos ecólogos. Embora extremamente ecológica e geográfica esta visão sobre a paisagem explica, em parte, a validade das críticas que alguns arqueólogos vêm fazendo à Arqueologia como um todo no que toca à relevância atribuída ao fator “geo” (Geologia, Geomorfologia e Geografia) nas análises arqueológicas, quase sempre desconsiderados (MORAIS, 1999; ARAUJO, 2001).

Na França, Chevallier (1977, apud VILLAESCUSA, 2006) foi o primeiro a utilizar o termo Arqueologia da Paisagem, concebendo a Arqueologia como uma disciplina auxiliar da História. Posteriormente, outros cientistas franceses seguiram os passos de Chevallier, analisando as formas das paisagens (Arqueomorfologia), sobretudo no que confere à História Antiga. Na década de 1980, sob influência da Arqueologia Espacial anglo-saxônica, os estudos deixaram de se circunscrever aos locais de assentamento, englobando áreas adjacentes a eles, além de levarem em conta as transformações ao longo da história.

Na verdade, a Arqueologia da Paisagem da França também não pode ser considerada o resultado do desenvolvimento histórico de apenas uma corrente teórica. Ela é, antes de qualquer coisa, o resultado da confluência de diferentes perspectivas que possuíam preocupações mais ou menos comuns. Segundo VILLAESCUSA (2006), a Arqueologia da Paisagem desenvolvida na França pode ser encarada como a junção da Arqueomorfologia com a Arqueologia Agrária, a influência da Arqueologia Espacial inglesa e influência da Ecologia Biológica nas Ciências Humanas.

Em suas últimas tendências, a Arqueologia da Paisagem na França tem tomado ares de uma Arqueogeografia, profundamente influenciada por Bruno Latour (híbridos) e que pretende a análise conjugada dos espaços das sociedades do passado e a história de suas transformações. Para VILLAESCUSA (2006), este parece ser um problema, pois a Arqueologia da Paisagem

---

<sup>11</sup> A Arqueologia da Paisagem francesa caracteriza-se pela análise das formas da paisagem por meio de métodos cartesianos.

deve ser entendida como uma ferramenta para a compreensão das populações do passado por meio da análise paisagística e ambiental, e não como a investigação dos espaços em si.

Esta parece ser uma crítica pertinente se tomarmos como referência as dificuldades de se obter informações concretas sobre o passado, sobretudo na Arqueologia pré-histórica, área na qual a Arqueologia da Paisagem vem sendo cada vez mais requisitada, além daquela envolvendo a proteção patrimonial.<sup>12</sup> Isto porque, como vimos, ao longo de mais de meio século, os estudos antropológicos e arqueológicos que se voltaram para a relação do homem com o meio ambiente tenderam a ver o primeiro como um ser capaz quase apenas de responder aos estímulos do segundo.

De fato, a cultura em termos abstratos e o desenvolvimento tecnológico em termos materialistas continuam sendo uma questão que merece extremo cuidado na sua investigação e com certeza, está longe de alcançar o consenso entre os teóricos pesquisadores. Para evitarmos esta falácia e as armadilhas de um reducionismo seja da cultura, seja do meio, encerramos este texto com uma breve menção às possibilidades de aplicação dos estudos da paisagem na Arqueologia sem cair, nas garras de um determinismo seja este ambiental ou cultural.

NEVES (1984) nos fala das possibilidades de ilações sobre um determinado ambiente a partir dos vestígios arqueológicos. As possibilidades de inferir sobre o liame entre o em torno e as táticas de transferência de energia deste para o corpo social dos grupos dependeria em grande parte, segundo ele, dos tipos de sítios investigados. Sendo desta forma, sítios com presença de material orgânico facilitam tal intento, já que podem informar sobre a dieta do grupo analisado e, a partir daí, levar a uma melhor compreensão de suas escolhas. Por outro lado, em sítios que não apresentam tal característica, as informações deverão provir das peculiaridades espaciais e estruturais da paisagem.

Sob esta ótica, organizações do tipo caçador-coletor podem ser compreendidas como apenas mais um nível trófico (não produtivo, diga-se de passagem) dentro da cadeia alimentar do ecossistema. (NEVES, 1984:175) Isso se explica em parte pelo caráter predatório de sua interação com o ambiente e, provavelmente, por uma incipiente tecnologia que não lhes permite um maior controle do ambiente. Sendo assim, a Arqueologia pode abordar o meio ambiente estimando as táticas de subsistência dos grupos envolvidos em sua análise, mesmo que para tal

---

<sup>12</sup> A proteção patrimonial em Arqueologia das paisagens parece não se prender apenas aos campos bucólicos onde outrora viveram os grupos de caçadores-coletores, ou as matas nas quais ainda podemos encontrar muitas das populações indígenas contemporâneas. Ela se estende inclusive aos centros urbanos e, em muitos dos casos, sua proposta de investigação arqueológica pretende a não intervenção nos locais de ocorrência de vestígios a fim de que a paisagem não seja perturbada.

não conte com a presença de vestígios orgânicos. Recorrer aos aspectos paisagísticos pode, portanto, ser muito útil na busca para a razão das escolhas para um tipo de comportamento e não outro, dentre uma gama de alternativas.

Entre as orientações teóricas que subsidiaram por muito tempo os trabalhos arqueológicos sobre o estabelecimento humano, NEVES (1984) destacou duas: a análise de captação de recursos e a análise dos sistemas de subsistência e estabelecimento.

A análise de captação de recursos imperou durante a primeira metade da década de 1970 e pressupunha o sítio arqueológico como ponto central a partir do qual a área de recursos adjacente podia ser explorada. Já a análise dos sistemas de subsistência e estabelecimento pressupunha que a configuração da rede que interliga sítios numa dada região deve ser entendida como um sistema funcional adaptado ao ambiente natural, e é abordado por meio de modelos preditivos/explanadores. Tais modelos, mais usados recentemente, auxiliariam na descoberta de fatores justificativos para um dado padrão configurador e para as estratégias de transmissão de energia do ambiente para a sociedade.

Como se vê, trata-se de estudos paisagísticos que em sua essência epistemológica em muito se parecem com os desdobramentos advindos tanto da Ecologia Cultural quanto do neofuncionalismo. E mesmo se considerarmos a termo Arqueologia da Paisagem posterior a este artigo (o que em parte não procede), vemos que as proposições do texto se encaixam sob as proposições com esta alcunha. Segundo NEVES (1984; 1996), as análises por meio de modelos preditivos/explanadores têm se voltado para alguns aspectos da paisagem importantes à compreensão da relação homem e ambiente no que compete às estratégias de subsistência. A partir de outros autores, ele procurou identificar alguns modelos estratégicos que envolvem a apreciação da paisagem no que toca à compreensão das técnicas e estratégias de subsistência de povos pretéritos na Arqueologia. Três destes serão apresentados a seguir:

Modelos baseados na estruturação dos recursos → Basicamente influenciados pelos estudos de estratégias alimentares junto a animais. Estes modelos procuram levar em conta a dispersão e agregação das fontes alimentares e as formas pelas quais estes fatores influenciam na organização social dos grupos.

Modelos baseados na capacidade de suporte das unidades de paisagem → Tais modelos subentendem que a transferência de energia do ambiente através dos níveis tróficos é limitada pela base da pirâmide, ou seja, tudo depende da produtividade primária, o que, para NEVES (1984), possibilita uma visualização sazonal das unidades de captação.

Modelos baseados na combinação linear dos recursos específicos → Enfocando a disponibilidade de cada espécie animal e vegetal para alimentação. Estes modelos procuram aplicar nas suas análises, conceitos da micro-economia, a fim de que seja montada uma matriz linear na qual serão jogados os dados coletados e, por conseguinte, evidenciar a combinação que permite a exploração máxima dos recursos.

Se a Arqueologia da Paisagem, fortemente influenciada pelo desenvolvimento da Antropologia Ecológica, permite que o olhar sobre o passado se insira num contexto mais amplo, então é certo que os fatores ambientais e que podem ser apreciados através da paisagem, não podem ser ignorados dentro das análises arqueológicas. O medo de que as análises baseadas ou auxiliadas pelos estudos ambientais e paisagísticos recaiam nos mesmos vícios explicativos de outrora é legítimo, uma vez que, parafraseando GEERTZ (1989), os homens não apenas comem, eles comem de um modo específico impelidos pelas culturas das quais fazem parte. Sendo assim, todo cuidado é pouco e, como asseverado anteriormente, não cabe nos objetivos deste ensaio dizer quem detém ou não a razão.

O objetivo principal deste capítulo foi fazer um apanhado histórico dos desdobramentos teóricos desde a Ecologia Cultural na Antropologia Ecológica até sua influencia na configuração teórica do que conhecemos hoje por Arqueologia da Paisagem, apresentando seus principais marcos reflexivos e influências, mostrando os modos pelos quais a relação homem e ambiente vem sendo encarada por diferentes perspectivas. O emprego dos estudos da paisagem é ainda uma novidade se considerarmos a idade de velhas senhoras como a Arqueologia e Antropologia, não se esquecendo da própria Biologia, aqui rememorada através da Ecologia Geral e Humana. Acreditamos que para aqueles que se aventuram ou, por ventura, vierem a se envolver com o estudo ambiental de grupos pretéritos na Arqueologia, usando para tanto os estudos da paisagem, as palavras de Butzer, citadas por NEVES (1996), referentes a este assunto são bastante pertinentes. E é com elas que gostaríamos de encerrar, já que ali estão expostas, concomitantemente, as possibilidades e limites do uso de uma Arqueologia da Paisagem na elucidação da relação homem *versus* ambiente em épocas por vezes remotas.

Todo esse esforço de compreender estabelecimento com base nas características da paisagem deve ser encarado como probabilístico e não, determinístico, uma vez que existe uma grande distância entre “espaço real” e “espaço percebido”, sendo o segundo uma mistura dos atributos ecológicos, da identificação social e dos valores simbólicos, inerentes a cada sociedade. (BUTZER, 1982:179 apud NEVES, 1996)

# Capítulo 2

## Caracterização ambiental da Zona da Mata mineira

A Zona da Mata mineira forma um mosaico natural de distintas fontes de recursos que configuram um habitat rico e estável para qualquer grupo humano que nela se estabeleça. Para que possamos oferecer alguns aportes, mesmo que preliminares, a respeito dessa relação, uma revisão da literatura que retrate seus aspectos físicos e bióticos, se faz mais do que necessária.

### Aspectos Físicos

Com relação à designação Zona da Mata mineira, a mais tradicional explicação é aquela fornecida pelo geógrafo Orlando VALVERDE (1958) que considera a fisionomia da vegetação natural originária da região, caracterizando-a por um espesso manto florestal, compacto e homogêneo que, de certa forma, constituía uma barreira à livre entrada de pessoas.<sup>1</sup> Na realidade, formava um todo ininterrupto com a floresta do médio Paraíba ao sul e a do vale do rio Doce ao norte; a oeste limitada aos campos naturais do centro e sul de Minas, e a leste a Serra do Mar. O autor salienta que o governo português optou, deliberadamente, por “conservar” as condições adversas da região, para evitar que por estas terras se desse o contrabando do ouro oriundo das áreas mineradoras.

Sua vegetação natural correspondia à mata tropical atlântica. (AB´SABER, 1992) Uma configuração que se estende desde o sul do Estado do Espírito Santo até praticamente o sul do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo uma área de 35.726 km<sup>2</sup>, ou seja, 6.1% do território mineiro.

A mesorregião da Zona da Mata mineira tal qual se apresenta hoje está localizada na região sudeste do Brasil e do Estado de Minas Gerais. Limita-se ao norte com a mesorregião do Vale do Rio Doce, ao sul com o Estado do Rio de Janeiro, a leste com os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e a oeste com as mesorregiões do Sul de Minas, Campos das Vertentes e Central Mineira. (ROCHA, 2004)

---

<sup>1</sup> Apesar de ser uma das descrições mais sistemáticas dos aspectos físicos e ambientais da Zona da Mata mineira, não é demais ressaltar que quando o autor menciona a existência de uma barreira que impossibilitava a livre entrada de pessoas à região, ele se restringiu aos colonizadores portugueses, na medida em que a região, como veremos a seguir, já há muito era habitada por diferentes grupos indígenas.

Apesar das muitas pretensões no tocante à homogeneidade de seu quadro físico-ambiental, isso de certo não corresponde à realidade da região. Por isso, elaborar um arrazoado dos aspectos ambientais da Zona da Mata mineira não é uma tarefa das mais simples. De certo modo, a obra de VALVERDE, datada de 1958, continua sendo uma das melhores referências nesse mister e para uma abordagem do ambiente natural, como relevo, clima e hidrologia, não poderíamos nos privar dessa referência tão fundamental.



Fonte: ROCHA, C.H.B. 200

Mapa 1 – Localização da Zona da Mata mineira

## 1- Delimitação

Devido às peculiaridades da Zona da Mata, não é tarefa simples descrever com exatidão quais são os seus contornos. É necessário conhecer bem as características essenciais

de cada região para poder emitir um veredicto sobre suas fronteiras. Nem sempre se encontra um limite bem definido, em que dois tipos de paisagem formam contraste. Além disto, se em um trecho esse contorno é reconhecido quanto ao relevo, em outro poderá ser pela vegetação, pela economia, etc. Atualmente é uma contradição a denominação “Zona da Mata”, uma vez que os seus limites não se distinguem mais pela densa floresta que a caracterizou, mas, sobretudo pelo seu relevo.

O limite mais claro é o que se encontra a oeste, separando a região do Sul de Minas, que poderia ser também denominada, de “Planalto da Mantiqueira”. A fronteira é a escarpa desse planalto, a qual é designada pela Serra da Mantiqueira.

O contorno sudoeste acompanha a linha tectônica denominada por RUELLAN (*apud* VALVERDE, 1958) de “falha de Carlos Euler”, a qual é aproveitada pela ferrovia que liga Barra Mansa a Liberdade, em quase todo o seu percurso.

A delimitação ao sul é muito mais ambígua. Neste contorno não é somente a vegetação natural que aproxima a paisagem da Zona da Mata e a do vale do Paraíba; mas também aspectos históricos, como a marcha do povoamento e a cultura do café, entre outros. A própria tectônica das duas regiões é similar: uma feição apalacheana que desenha vales e cristas alinhadas. No vale do Paraíba, porém, esse tipo de relevo é muito mais evidente, tornando-se perceptível até no terreno com seqüência de serras orientadas, grandes estirões de vales retilíneos e paralelos. Na Zona da Mata percebemos as mesmas características, mas de maneira muito mais suave. Em alguns pontos, há feixes dessas cristas que cruzam a região, mostrando sinais bem claros na morfologia e na drenagem, percebidos claramente nas fotografias aéreas. Um bom exemplo é o alinhamento que penetra a Zona da Mata no sentido NE-SW, de um extremo ao outro, cortado pelo Rio Pomba entre Astolfo Dutra e Cataguases. Esta situação não configura uma regra, existem longos trechos em que não é possível distinguir a estrutura apalacheana, nem no campo, nem na fotografia aérea. (VALVERDE, 1958)

Pode-se então diferenciar uma região da outra pela linha onde começa, do lado do interior e a faixa de relevo acentuadamente apalacheano. Esta linha, penetra na parte sul, no Estado do Rio de Janeiro, acompanhando o alinhamento que bloqueia, em um longo trecho, a circulação do Rio Preto em direção ao Paraíba.

Neste percurso onde a distinção entre as regiões é pouco clara, a linha divisória parece se dirigir em direção aos arredores de Trimonte. Aqui o relevo de morros apresenta uma

formação que corresponde ao da superfície de Leopoldina, mas do meio dele surgem de vez em quando, *monadnocks*<sup>2</sup> rochosos, em forma de pontões gnáissicos do tipo “pão-de-açúcar”.

Entre os cursos dos rios Pirapetinga do Muriaé, a faixa de relevo tipo apalacheano se diferencia e se separa da Zona da Mata por uma linha que passa por Miracema/RJ. Ao norte do Rio Muriaé, a mudança é mais disfarçada e, a partir da cidade de Itaperuna/RJ, surge uma paisagem típica da Zona da Mata.

Pelo lado norte, a região do Rio Doce se distingue da Zona da Mata por várias características. As mais contundentes parecem ser ainda o revelo, que na nossa região não é tão dissecado. Os seus rios correm encaixados, formando terraços, mas quase sem planícies aluviais. Ora cortando a estrutura, ora adaptando-se a ela, constituem uma típica drenagem apalacheana, que é menos perceptível na Zona da Mata.

A região do Rio Doce apresenta mais capoeiras, capoeirões e matas secundárias do que Zona da Mata. Tal fato se esclarece por aspectos históricos; o povoamento colonial daquela região ocorreu bem mais tardiamente, e como consequência a retirada da cobertura vegetal.

## 2- Relevo e Estrutura

A Zona da Mata mineira apresenta dois tipos de relevo: os alinhamentos de cristas e a superfície deprimida no interior da região. O relevo montanhoso ocupa cerca de 48% de seu território, seguido por 39% de relevo ondulado e 13% de planícies. Devido a estas feições a região é conhecida como “mar de morros”.

Iniciando pelo limite oeste, VALVERDE (1958) explica que o planalto da Mantiqueira forma, estruturalmente, um *anticlinorium*<sup>3</sup>, isto é, uma vasta superfície em que as camadas podem tomar mergulhos e direções diversas, mas no conjunto formam um arqueamento convexo para o alto. Na extremidade voltada para o sudeste, suas camadas continuam formando um *sinclinal*<sup>4</sup> muito fechado no vale do Paraíba. Isto é observável no leito do

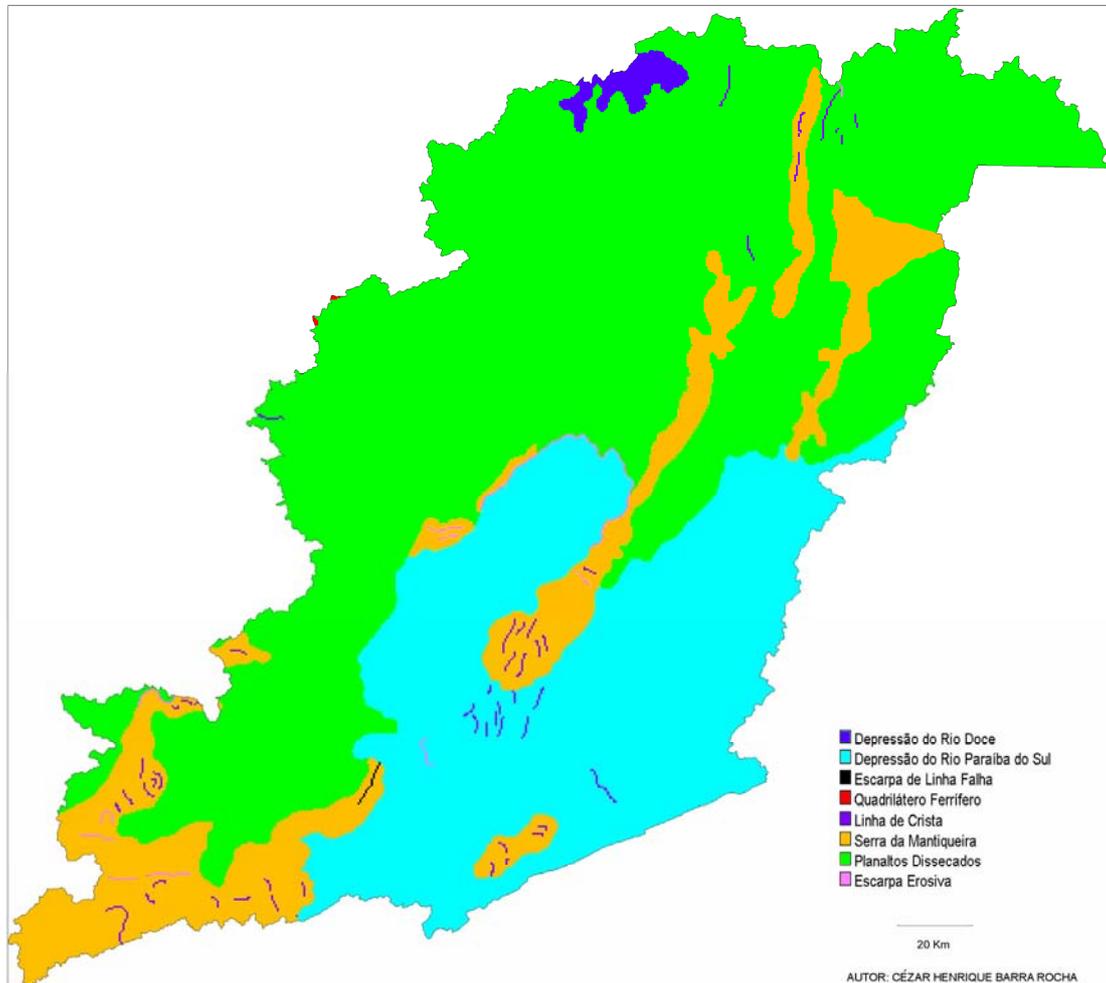
---

<sup>2</sup> Forma de relevo característica de erosão de rochas granitóides, gnáissicas, migmatíticas, em que a rocha nua fica exposta como grande **monolito** com a forma de um seio feminino ou de um pão de açúcar feito de beterraba. Estas formas de relevo podem ocorrer em relevos acidentados, de serras, ou em superfícies aplainadas como **testemunhos** erosionais (*monadnocks* ou *inselbergs*). [http://www.unb.br/ig/glossario/verbete/pao\\_de\\_acucar.htm](http://www.unb.br/ig/glossario/verbete/pao_de_acucar.htm) - 09/10/2006

<sup>3</sup> Estrutura dobrada complexa com dimensões regionais de dobras sinclinais e anticlinais que compõem em seu conjunto uma grande dobra anticlinal. <http://www.unb.br/ig/glossario/verbete/anticlinorio.htm> - 09/10/2006

<sup>4</sup> Dobra côncava para cima em uma seqüência de camadas com sucessão estratigráfica normal, mais jovens para cima. Com a atuação progressiva dos processos erosivos, as regiões de sinclinais (onde a mesma camada é mais baixa do que nas anticlinais associadas) tendem a formar relevos positivos, enquanto que às de anticlinais, frequentemente desventradas por erosão, formam as partes baixas do relevo.

Paraíba do Sul, onde as camadas de gnaiss se estendem longitudinalmente ao rio com mergulhos quase verticais.



Mapa 2 – Relevo da Zona da Mata mineira

Segue-se um novo anticlinorium, que compõem a serra do Mar. O gnaiss que origina esta serra, considerado de idade arqueana<sup>5</sup> (3,9 a 2,5 bilhões de anos atrás), mantém no Estado do Rio de Janeiro uma direção constante SW-NE e, perdendo altitude rapidamente, desaparece sob o mar, cortado pela linha da costa entre Cabo Frio e Campos.

No Vale do Paraíba e na Mantiqueira predomina o gnaiss xistoso, ao qual nesta última, os geólogos atribuem idade proterozóica (aproximadamente 2,5 bilhões de anos), embora não haja evidências no terreno do contacto com as formações que lhe deveriam ficar sotopostas.

<http://www.unb.br/ig/glossario/verbete/sinclinal.htm> em 09/10/2006

<sup>5</sup> Primeira das duas divisões do pré-cambriano, durante a qual se formaram as rochas mais antigas.

A característica desta orogenia<sup>6</sup> presumivelmente mais recente é a virgação da direção das camadas de gnaiss que se apresentam na Zona da Mata mineira. De fato, na parte sul da região as direções das cristas são WSW-ENE, e à medida que se vai para o norte, mudam gradativamente para o azimute SSW-NNE, que é a direção geral da serra do Espinhaço. Essa inflexão nas direções estruturais faz com que os alinhamentos montanhosos se abram em forma de leque, concorrendo para dar à região a forma afunilada que ela possui. (VALVERDE, 1958:10)

No lado ocidental, o planalto da Mantiqueira desenha a região comumente conhecida como “Sul de Minas”, com altitudes superiores a 1000 metros. Entretanto, isto não ocorre na parte oriental, onde a serra da Mantiqueira sofreu, entre os maciços de Itatiaia e Caparaó, um afundamento em forma de sela, que tem aparência de uma dobra de fundo de grande raio de curvatura. Esse afundamento proporcionou fraturas radiais nem sempre paralelas, mas com predominância da direção NW-SE. Essas fraturas puderam oferecer condições de escoamento aos afluentes da margem esquerda do Paraíba do Sul, do Paraíba, inclusive para jusante: o Pomba e o Muriaé, por exemplo, trespassam os alinhamentos de cristas por meio de garganta e normalizam seus perfis e expandem suas bacias de drenagem para o interior. Dessa forma, fizeram diminuir muito a escarpa da Mantiqueira, que se inclina para nordeste, em direção ao centro de Minas Gerais. (VALVERDE, 1958:11)

Os limites sul e sudeste da Zona da Mata são formados por uma franja, cujo relevo e drenagem caracterizam nitidamente formas apalachianas,<sup>7</sup> facilmente perceptível nas cartas. As fraturas que proporcionaram a abertura dos grandes rios, como o Paraíba, o Pomba e o Muriaé, não são mais observáveis, pois os vales foram duramente desfigurados pela erosão. Somente o sentido das correntezas desses rios sugere a direção geral das fraturas. Entretanto, nos pequenos rios, elas ainda são observáveis, como ocorre nos rios Aventureiro e Angu.

Nas palavras de VALVERDE (1958), os processos de evolução do relevo resultaram em três superfícies de erosão: a primeira, Superfície Leopoldina, com 300 a 400 metros de altitude e relevo ondulado ou fortemente ondulado. Ela se estende na direção NE-SW, tendo um dos extremos os arredores de Eugénópolis e outro em Argirita. Os seus vales têm com freqüência, fundo plano, apresentando várzeas propícias à agricultura. A segunda, circundando esta superfície, é de considerável simetria, entre 450 e 500m de altitude, denominada de “superfície de Guarani-Rio Novo”. Este plano harmônico se reproduz em Carangola, na Serra das Virgens a leste de Leopoldina e em Ubá e Visconde do Rio Branco.

---

<sup>6</sup> Processo de formação das montanhas.

<sup>7</sup> Tal denominação justifica-se pelas semelhanças com os Apalaches da América do Norte.

A declinação desta superfície para a de Leopoldina acontece de maneira suave, ora de maneira rápida, como se observa na Serra dos Puris. O relevo neste nível é fortemente ondulado, sem a ocorrência de várzeas. Um terceiro nível de erosão é notado em grandes áreas nos arredores da Zona da Mata, que é o de 800 a 900m de altitude. Tais características são bem visíveis em Ervália, Manhuaçu, Espera Feliz e em alguns pontos na periferia de Juiz de Fora. Esta superfície, designada “Ervália”, possui o relevo fortemente dissecado ou mesmo montanhoso. Alguns tributários do Rio Doce originam-se nesta superfície, ao norte da Zona da Mata. Explica-se assim a dissecação mais profunda dos seus leitos: enquanto rios como o Pomba e o Muriaé fluem sobre superfícies de 200 a 400m, com distâncias do mar aproximadamente iguais, o Piranga drena a superfície dos 800-900m de altitude.

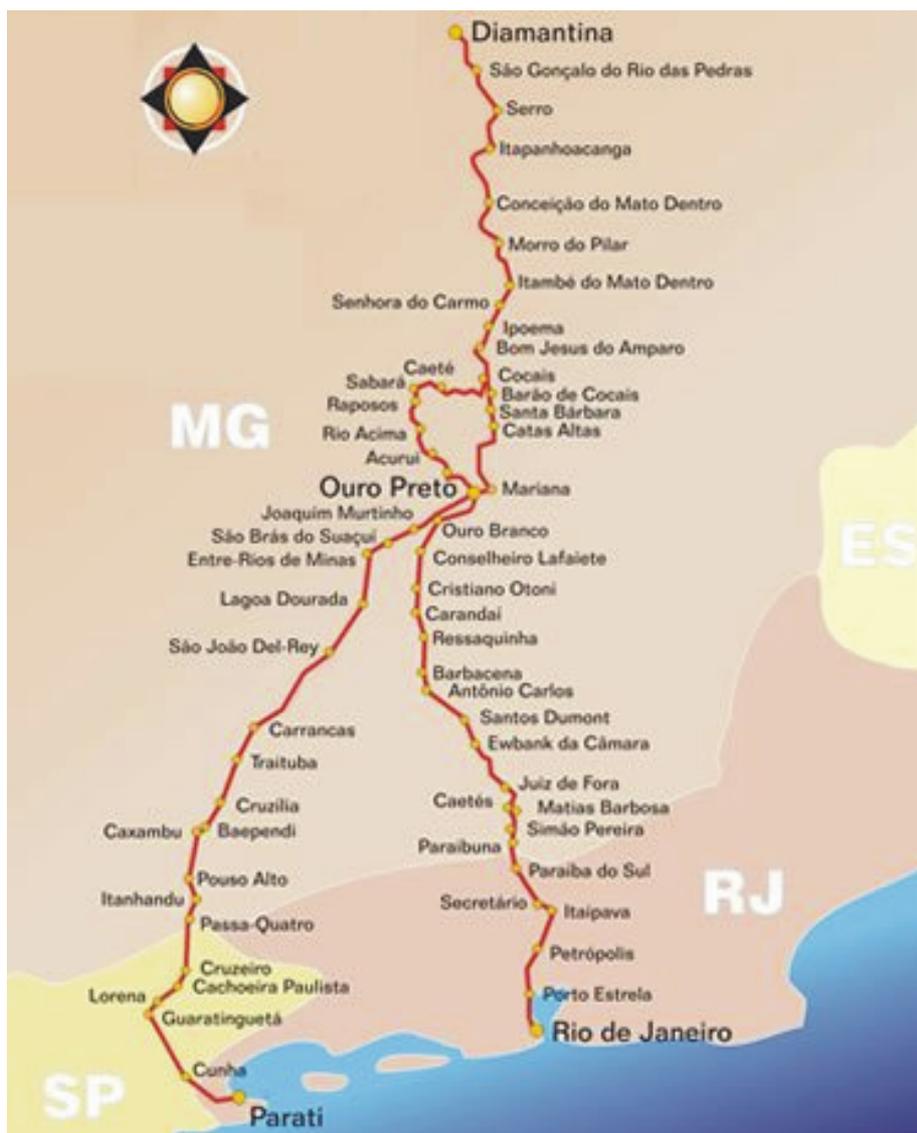
A presença dos rios através das falhas e fraturas transversais propiciou boa drenagem para a região e, conseqüentemente, o surgimento de grandes bacias e a regularização dos perfis dos cursos fluviais. O abrandamento e fracionamento das montanhas proporcionam a entrada da massa de ar atlântica que influencia no clima da Zona da Mata. De acordo com Ruellan (*apud* VALVERDE, 1958), não se pode registrar nenhuma ação ressecante do ar que sugira um efeito de Foehn,<sup>8</sup> o que pode explicar a ocorrência de uma elevada umidade relativa. Desta forma, a floresta tropical atlântica encontra neste ambiente, condições ideais para realizar uma de suas maiores penetrações no continente.

De certo modo, o relevo modesto e interrompido na parte oriental da Mantiqueira proporcionou condições de acessibilidade entre o litoral e o interior, por meio de rotas, sendo que o trecho mais íngreme era a Serra do Mar. Um bom exemplo foi a instituição do Caminho Novo em 1701 por Garcia Rodrigues Paes Leme, que aproveitou a malha viária dos povos indígenas da região para instaurar oficialmente o traçado. Ao tomarem conhecimento da existência de rota indígena que ligava o litoral ao interior constataram que o tempo de viagem era bem menor, 25 dias, em relação ao traçado da Estrada Real, de 72 dias. (VENÂNCIO, 2000) Nas interpretações de VALVERDE (1958) este aspecto foi decisivo na abertura das estradas de ferro e de rodagem no período pós-colonial.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> O Foehn é um vento de rajadas moderadas a fortes, quente e seco, que ocorre a sotavento de um grupo de montanhas no sentido descendente da encosta. O nome é originário dos Alpes mas atualmente é usado como um termo geral para este tipo de vento. O seu deslocamento é resultado da diferença de pressão, verificada nos dois lados da montanha. No lado sobre o qual o vento sopra a pressão é relativamente alta e o ar é forçado a elevar-se sobre a montanha, com uma conseqüente expansão e arrefecimento na razão adiabática seca, seguida pela condensação e arrefecimento retardado. No lado oposto há descida do ar, compressão e aquecimento adiabático, ao longo de toda a descida. Em conseqüência, quando o ar atinge o mesmo nível no qual iniciou a subida no lado oposto, está mais seco e quente. Os ventos desse tipo são locais e intermitentes. <http://www.fpcolumbofilia.pt/meteo/escola14.htm> em 09/10/2006

<sup>9</sup> O traçado da atual Rodovia BR-040, que liga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro, seguiu aproximadamente o mesmo plano do Caminho Novo.



Fonte:

Mapa 3 – Caminho novo, Estrada Real

### 3- Clima

Ainda nos pautando em VALVERDE (1958), as variáveis climáticas da Zona da Mata apresentam um inverno mais seco, com poucas chuvas, dias claros e ventos fracos. As madrugadas e as manhãs são frias, acentuadas pela inversão de temperatura, fenômeno que se faz perceber de modo especial, em virtude do relevo acidentado. Os nevoeiros cobrem os terrenos mais baixos e à medida que o dia vai esquentando, a neblina se desfaz.

No verão, os dias são mais quentes, mas à noite, as temperaturas costumam ser amenas. O superaquecimento da tarde provoca temporais fortes, acompanhados, às vezes, de

trovões e descargas elétricas, porém curtos e localizados. São chuvas de convecção,<sup>10</sup> típicas deste período do ano, que vai de outubro a março. As precipitações mais fortes ocorrem em dezembro e provocam um espalhamento dos rios em seus trechos mais baixos. A precipitação média anual é de 1370,3 mm e a temperatura média anual é de 22,3°C. (VALVERDE, 1958)

A região está compreendida entre os paralelos de 20°15' e 22°15' de latitude sul. As cidades e lugares situam-se em altitudes inferiores a 900 metros. Alguns pontos mais altos se encontram acima desta cota, como por exemplo, o maciço de Caparaó a nordeste, e as serras de Araponga e do Brigadeiro a nordeste do município de Ervália.

Uma característica importante da condição geográfica da região é a sua distância do mar, pois toda ela se localiza a mais de 100km, em linha reta, do litoral. Como consequência disto, a ação termo-reguladora do oceano não é tão forte como na costa. A diferença de temperatura entre o dia e a noite é, por conseguinte, mais sensível, o mesmo ocorrendo com a amplitude térmica anual.

VALVERDE (1958) se baseou na classificação de Köppen para descrever os tipos de clima para a região, são eles; climas *Aw*, isto é, clima quente e úmido com chuvas de verão, climas *Cwa*, ou seja, clima tropical de altitude com verões quentes e chuvosos e climas tipo *Cwb*, quer dizer, clima tropical de altitude com verões frescos e chuvosos. Além destes surgem também o clima tipo *Cfb*, em regiões de maior altitude com temperaturas mais amenas.

Na parte oriental da Mantiqueira observa-se a predominância da massa tropical atlântica (*Ta*) no outono, inverno e primavera. No inverno, ocorrem com frequência as invasões da massa polar atlântica (*Pa*), que provocam chuvas frontais. No verão, a região sofre influência da massa equatorial continental (*Ec*), que provoca o seu regime de chuvas mais intenso. Nas estações intermediárias, dá-se o choque desta massa com a *Ta*, gerando frentes quentes ou frias. Dependendo dos movimentos das massas *Ta* e *Pa*, estas podem provocar uma frente fria que permanece na região originando chuvas prolongadas.

## 4- Hidrografia

A Zona da Mata mineira pode ser considerada uma região privilegiada em relação a sua drenagem. Dentre outros aspectos, este é um dos elementos que contribuiu

---

<sup>10</sup> São também chamadas de chuvas de verão na região Sudeste do Brasil e são provocadas pela intensa evapotranspiração de superfícies úmidas e aquecidas (como florestas, cidades e oceanos tropicais). O ar ascende em parcelas de ar que se resfriam de forma praticamente adiabaticamente (sem trocar calor com o meio exterior) durante sua ascensão. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Chuva> - 09/10/2006.

consideravelmente com a expansão da Mata Atlântica. Sua rede hidrográfica abrange cinco bacias; a do Rio Grande, Rio Itapemirim, Rio Itabapoana, Rio Paraíba do Sul e a Bacia do Rio Doce, sendo estas duas últimas as mais importantes.

No nosso contexto a Bacia do Paraíba do Sul é a mais significativa, na medida em que muitos dos sítios arqueológicos registrados na região estão implantados próximos aos seus principais rios.

A Bacia do Paraíba do Sul ocupa uma área de 55.500km<sup>2</sup>, estendendo-se pelos estados de São Paulo (13.900km<sup>2</sup>), Rio de Janeiro (20.900km<sup>2</sup>) e Minas Gerais (20.700 km<sup>2</sup>), compreendendo 180 municípios - 88 em Minas Gerais, 53 no Rio de Janeiro e 39 no Estado de São Paulo. A área da bacia corresponde a cerca de 0,7% da área do país e, aproximadamente, a 6% da região sudeste do Brasil. No Rio de Janeiro, a bacia abrange 63% da área total do estado; em São Paulo, 5% e em Minas Gerais, apenas 4%. Nasce na Serra da Bocaina, no Estado de São Paulo, a 1800m de altitude e sua foz é no Oceano Atlântico, na praia de Atafona, município de São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro.

O rio Paraíba do Sul é formado pela confluência dos rios Paraitinga e Paraibuna, que têm seus cursos orientados na direção Sudoeste, ao longo dos contrafortes interiores da Serra do Mar. Após essa confluência, e já denominado Paraíba do Sul, o rio continua seu curso para Oeste, até as proximidades da cidade de Guararema, onde é barrado pela Serra da Mantiqueira, que o obriga a inverter completamente o rumo do seu curso, passando a correr para Nordeste e, depois, para Leste, até a sua foz no Oceano Atlântico.

O vale do rio Paraíba do Sul distribui-se na direção leste-oeste entre as Serras do Mar e da Mantiqueira, situando-se numa das poucas regiões do país de relevo muito acidentado, com colinas e montanhas de mais de 2.000 metros nos pontos mais elevados, e muito poucas áreas planas. A região é caracterizada por um clima predominantemente tropical quente e úmido, com variações determinadas pelas diferenças de altitude e entradas de ventos marinhos.<sup>11</sup>

A bacia situa-se na região da Mata Atlântica, que se estendia, originariamente, por toda a costa brasileira (do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul) numa faixa de 300 km . No entanto, somente 11% da sua área total é ocupada pelos remanescentes da floresta, a qual se pode encontrar nas regiões mais elevadas e de relevo mais acidentado.<sup>12</sup>

---

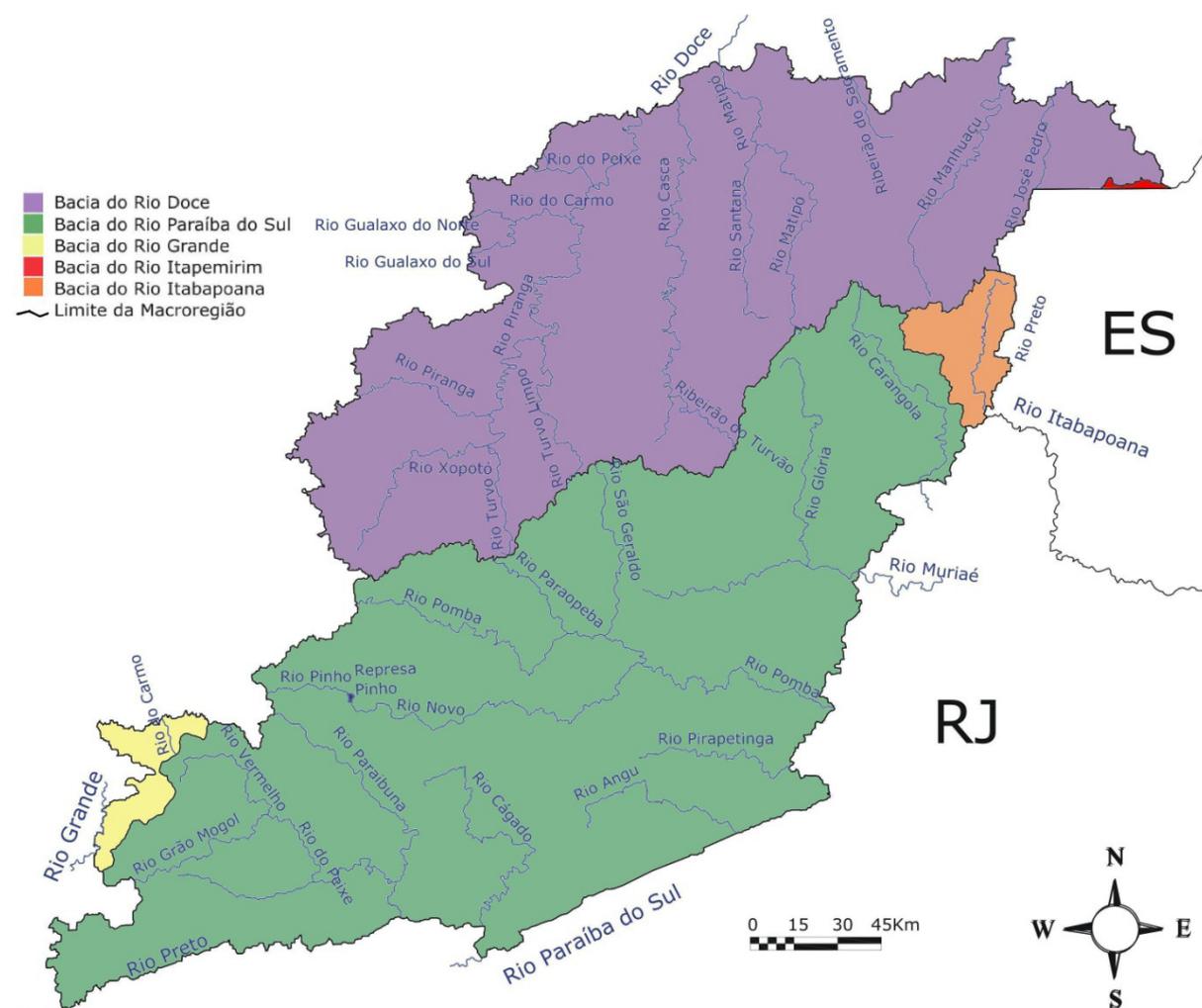
<sup>11</sup> [http://ceivap.org.br/bacia\\_1\\_2.php](http://ceivap.org.br/bacia_1_2.php) em 09/10/07 (Fonte:Fundação COPPETEC, 2001)

<sup>12</sup> [http://ceivap.org.br/bacia\\_1\\_2.php](http://ceivap.org.br/bacia_1_2.php) em 09/10/07 (Fonte:Fundação COPPETEC, 2001)

No Estado de Minas Gerais a Bacia do Paraíba do Sul é formada pelos rios Paraíba do Sul, Preto, Grão Mogol, Peixe, Vermelho, Paraibuna, Cágado, Novo, Angu, Aventureiro, Pirapetinga, Pomba, Paraopeba, Xopotó, Turvo, São Geraldo, Muriaé, Glória e Carangola. A bacia do Rio Doce é formada pelos Rios Piranga, Turvo Limpo, Doce, Carmo, Casca, Turvão, Santana, Matipó, Sacramento, Manhuaçu e José Pedro.

Além de sua extensão, a Bacia do Paraíba do Sul abrange o maior número de municípios da Zona da Mata mineira e possui uma importância estratégica, pois abarca os três principais Estados da União, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e serve como referencial fronteiro com o Estado do Rio.

Segundo CASTRO (Apud ALBANEZ, 2000) e sob os fundamentos da Ecologia da Paisagem, uma bacia hidrográfica é perfeita para a constituição de matriz de análise na medida em que os agentes formadores e os componentes da paisagem interagem formando uma unidade. Para o autor, as bacias hidrográficas constituem unidades naturais que apresentam características próprias, as quais permitem utilizá-las para avaliação dos impactos provocados pela ação antrópica seja no presente ou no passado. Desse modo, tendo como papel principal o enfoque da heterogeneidade espacial como força motriz dos padrões e processos ecológicos, poderemos alcançar a compreensão da dinâmica da heterogeneidade espacial e do efeito da atividade humana como um fator da organização da paisagem, (GORDON, 1986 e TURNER; GARDNER, 1991 apud, ALBANEZ, 2000) e a Bacia do Paraíba do Sul é neste contexto, o pano de fundo da maioria de nossas inferências.



Autor: Cezar Henrique Barra Rocha.

Mapa 4 - Bacias Hidrográficas e seus principais rios

## 5- Mata Atlântica

O Estado de Minas Gerais está incluído no domínio vegetacional da Mata Atlântica, representada pelas Florestas Estacionais Semidecíduais, estando seus limites nas regiões sul, sudeste, leste e parte do nordeste, constituídos por três conjuntos florísticos distintos: a floresta ombrófila densa, as florestas estacionais semidecíduas e decíduas e a floresta ombrófila mista, respectivamente (VELOSO, 1993).

Em decorrência dos processos de colonização e estabelecimento de atividades econômicas como a cultura de café, pecuária extensiva, cultura de cana de açúcar, garimpo de ouro e mais recentemente com a mineração de portos de areia e a construção de barragens para usinas hidrelétricas, a vegetação da região tem sofrido perturbações consideráveis

(MEIRA NETO e SILVA, 1995 *apud* MEIRA NETO *et al*, 1997a). A grande área de domínio da Mata Atlântica, cuja cobertura original correspondia a 40% do estado de Minas Gerais, está representada atualmente por aproximadamente 3% (CETEC 1987). Situação semelhante também ocorreu em outros estados brasileiros como São Paulo (CONSEMA 1985) e Paraná (SILVA *et al*, 1995).

De modo geral, a flora nativa da Zona da Mata mineira é caracterizada por florestas tropicais de altitude, que compõem o ecossistema da Mata Atlântica. No momento, estas formações se restringem a fragmentos florestais isolados. Estes focos de vegetação conservam parte da estrutura e diversidade florística da Mata Atlântica, configurando um testemunho do bioma que foi exterminado antes mesmo de um expressivo conhecimento científico de suas potencialidades naturais.

A região recebeu tal denominação por tratar-se de uma área recoberta de matas. Sua colonização, embora recente, provocou uma série de ciclos de desmatamento. Refletindo brevemente sobre o em torno das cidades e estradas, concluiremos que seu nome não é apropriado e nem corresponde à realidade dos dias de hoje. As matas que caracterizaram a denominação do território no passado restringem-se atualmente a pequenos fragmentos no topo dos montes e nas encostas com grande declividade. A fisionomia da sua vegetação é uma vasta área de pastagens com gramíneas e plantas invasoras.

Paulo MERCADANTE (1973) em *Os Sertões do Leste*, afirma que a Zona da Mata mineira permaneceu inexplorada durante todo o ciclo do ouro, primeira metade do século XVIII. De início, era apenas uma trilha de passagem, o Caminho Novo, que ligava Vila Rica (Ouro Preto) ao Rio de Janeiro. Até 1870, estas terras eram recobertas de uma mata densa – a Mata Atlântica – e ocupada somente pelos indígenas. Com a crise da mineração, a fronteira de Minas Gerais com o Rio de Janeiro tornou-se grande produtora de café. Por conseqüência, grandes clareiras na mata foram abertas para o seu cultivo. Com a decadência da cultura cafeeira as terras se tornaram improdutivas e de baixa fertilidade, formando campos antrópicos ou pastagens para o gado de leite. Estes impactos sob a vegetação nativa transformaram a região em uma “zona sem matas”, levando à eliminação da relevante biodiversidade da floresta tropical.

As denominadas matas secundárias são maiores que as florestas primárias, pois se desenvolveram a partir deste processo histórico de ocupação. As terras cultivadas e posteriormente abandonadas, sob condições ambientais específicas, iniciaram um processo de regeneração que perdurou décadas de sucessão natural, levando à regeneração diferenciada da mata. São caracterizadas pela presença de algumas espécies vegetais como a embaúba –

gênero *Cecropia*, bem como o *Inga*, a *Ochroma* e espécies da família Melastomataceae. Esses ambientes podem apresentar também, uma estrutura que contém curiosos elementos do seu histórico natural. Não é raro encontrar pés de café germinando em meio a outras plantas, como também uma série de árvores frutíferas dentro da mata (goiabeiras, jaboticabeiras e laranjeiras) que formaram, no passado, o pomar de uma fazenda cafeeira.

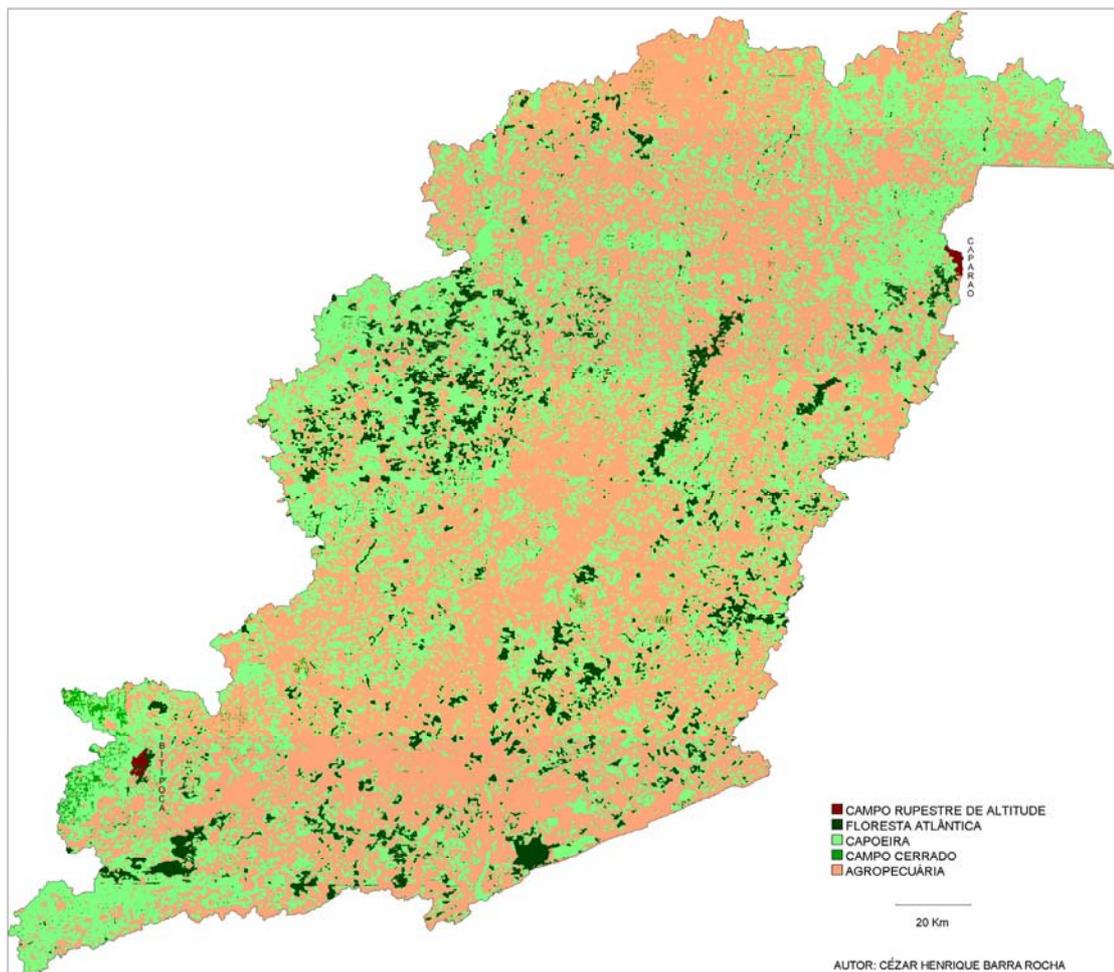
Nos locais de maior altitude e/ou difícil acesso, alguns focos florestais resistem ao desmatamento. Suas espécies arbóreas, no entanto, estão ameaçadas pelo corte de madeira para utilização como lenha e mourões. Determinadas espécies vegetais como bromélias e orquídeas são coletadas indiscriminadamente pelo seu alto valor de mercado como planta ornamental. A abertura de trilhas também gera impactos para a fauna de abelhas, cujos ninhos são construídos no chão ou nos troncos das árvores. Sua importância para a flora deve-se ao fato de serem polinizadores específicos de determinadas flores, sendo o único agente responsável pela reprodução sexuada de certas plantas.

O padrão fragmentado dos focos florestais, separados por pastos e estradas, impede a dispersão de sementes entre eles que caem em solos impróprios para a sua germinação. Aliado a esse fator, estão sujeitos anualmente a incêndios. A regeneração desses ecossistemas é um processo lento, diferentemente dos ambientes de campos, onde as plantas completam o seu ciclo de vida em apenas um ano.

Por fim, vale ressaltar que a devastação da vegetação nativa na Zona da Mata obedece ao processo ocorrido em toda a extensão original da Mata Atlântica que estava distribuída em uma área superior a 1,3 milhões de quilômetros quadrados e hoje ocupa menos de 8% desse total. É interessante e ao mesmo tempo constrangedor, observar que em um trabalho publicado pelo “Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal” (1995), a região de Juiz de Fora e de toda a Zona da Mata, incluída no domínio dos “Ecossistemas da região das florestas estacionais semidecíduais”, aparece destacada como “Área alterada pela ação antrópica e com vegetação nativa erradicada”. De fato, segundo este mesmo trabalho, as áreas florestais remanescentes representam aproximadamente 4% da cobertura natural original”. (Ministério do Meio Ambiente, 1995)

A preservação dessa pequena parcela ainda existente da Mata Atlântica na região justifica-se pela biodiversidade resguardada frente a toda uma variedade de flora e fauna exterminada antes mesmo do conhecimento científico de suas potencialidades. Essas áreas são responsáveis, muitas vezes, pela sobrevivência das nascentes e saúde dos cursos d’água, enquanto outras possuem um potencial turístico relevante tanto por seu caráter natural como histórico.

Como demonstrado, embora a cobertura florestal original tenha permanecido pouco alterada até o começo do século XIX, a partir dessa época aconteceu a efetiva expansão colonial da região, por meio de um procedimento predatório, com o massacre das populações indígenas e retirada paulatina da floresta, para liberação das áreas para a cafeicultura, pecuária ou simplesmente a comercialização da madeira. Somente as áreas de acesso mais difícil continuaram com baixo nível de interferência antrópica. Esses fatores foram cruciais à configuração das atuais florestas na Zona da Mata de Minas Gerais, caracterizada por pequenos fragmentos secundários.



Mapa 5 – Cobertura vegetal atual

De modo geral, a Zona da Mata Mineira distinguia-se por ser um ambiente rico em recursos hídricos, vegetais e faunísticos, com ótima condição climática para o plantio. Tais condições de forma alguma constituíam uma barreira ao povoamento da região, como queria propagar os órgãos oficiais que proibiam a abertura de picadas e assentamentos na área no período colonial. Estas medidas, associadas ao ambiente, por outro lado, permitiu durante séculos que diversos grupos indígenas resistissem à dominação colonial. Um cenário que se

reverte com a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808 e a liberação das áreas até então proibidas.

Neste sentido, os estudos de fitogeográficos por meio do levantamento florístico são de importância capital na compreensão do comportamento e da diversidade das espécies no ecossistema. No âmbito do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira estas investigações têm sido desenvolvidas sob a coordenação de SALIMENA que resultou na publicação de dois artigos (CASTRO *et al.*, 2004 e VALENTE *et al.* 2006). Os resultados obtidos até o presente oferecem elementos indispensáveis para os estudos palinológicos, os quais permitem compreender a evolução de uma dada vegetação, bem como a sua dinâmica, propiciando assim entender a sua configuração fisionômica atual (BARROS *et al.*, 2004). Em outras palavras é possível uma reconstrução do meio ambiente por meio das análises palinológicas, evidenciando a relação estabelecida entre o homem e o meio circundante. Estas pesquisas se encontram em fase de desenvolvimento e os resultados alcançados até o presente comporão um quadro mais amplo sobre a Zona da Mata mineira.

# Capítulo 3

## Aspectos históricos da ocupação da Zona da Mata mineira

A história da ocupação colonial da Zona da Mata mineira possui uma trajetória singular e complexa, porém pouco explorada em termos historiográficos, pelo menos até as últimas décadas do século XX. Os estudos mais abrangentes e tradicionais são aqueles levados a cabo pelos pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico Mineiro, publicados nas revistas e jornais do referido Instituto, os realizados por JOSÉ (1965 e 1958) em os “*Indígenas de Minas Gerais*” e “*Marlière o Civilizador*”. Outro estudo também de grande interesse e relevância foi o realizado por MERCADANTE (1973), que se debruçou sobre as particularidades da região conhecida por “*Sertões Proibidos do Leste*” dada a sua proximidade com o litoral do Rio de Janeiro, cujas implicações poderiam ser danosas economicamente, como veremos adiante.

Do ponto de vista da historiografia tradicional, a ocupação se intensifica ou se dá oficialmente somente em meados do século XIX. Isto, porque, sobretudo, nas fontes documentais oficiais, o epicentro de toda produção era a Europa, sendo o Brasil apenas a periferia dos fatos. As abordagens visavam alocar os eventos nacionais e locais nesta engrenagem centralizadora, de modo a introduzir o Brasil na arena das “civilizações”. Especificamente na Zona da Mata mineira essa vertente versou sobre as façanhas das entradas e bandeiras e de seus personagens, tidos como desbravadores de terras inóspitas e indevassáveis. As populações indígenas que aqui viviam foram tratadas de modo genérico e estereotipadas, quando não consideradas como obstrução ao progresso e ao desenvolvimento da empresa colonial e imperial.

Como exemplo desse enfoque, podemos citar toda a produção realizada no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e suas subsidiárias regionais, além dos estudos efetuados durante o século XX. Boa parte destes consistia em uma reprodução dos juízos de valores e de interpretações monolíticas das fontes e relatos dos viajantes naturalistas. Somente no final do século XX, com o incremento dos cursos de pós-

graduação e das preocupações com os estudos regionais, que esse panorama vai mudar, inaugurando uma nova fase da historiografia local. As contribuições acadêmicas para a compreensão da Zona da Mata mineira deram vigor ao passado e abriu-se uma nova perspectiva de abordagem para a complexidade da história regional.

Ainda assim, a atenção dos pesquisadores esteve voltada para as questões econômicas e políticas do processo colonial. Os povos indígenas foram e ainda são tratados como elemento complementar nesse processo e/ou de modo fragmentário. Uma ressalva se faz à excelente pesquisa etno-histórica de RESENDE (2003), focada nas fontes setecentistas que abordam os índios coloniais. No mais, os trabalhos consistem em compilações e interpretações das fontes etno-históricas, fundamentalmente, dos viajantes naturalistas.

Como assevera MERCADANTE (1973), por ser a Mata mineira a “Zona Proibida da Coroa Portuguesa”, com o propósito de evitar o contrabando e escoamento do ouro, de modo ilegal, do centro aurífero para o litoral do Rio de Janeiro, o local consistia em uma barreira natural. Além dessa dificuldade havia ainda a presença de povos indígenas, que representavam mais um percalço à penetração.

... a administração vedava o povoamento, nesta área, por política fiscal, a fim de proteger o erário. Procurava-se manter a ligação da capitania ao Rio de Janeiro apenas por uma rota, com o fito de resguardar a Coroa do descaminho e contrabando. Este o cuidado principal, sustenta Caio Prado Júnior, motivo por que tão pouco progredira a ocupação da Mata, nome que se deu à zona em oposição ao resto da capitania e onde faltava a densa cobertura florestal característica ... Com este impedimento a “Zona Proibida” se tornou uma grande área de preservação ambiental e cultural. Tal proteção persistiu até meados do século XVIII com a chegada do colonizador ... (MERCADANTE, 1973:25)

Numa mesma perspectiva, JOSÉ (1965:12) afirma que “... um dos primeiros obstáculos para ocupar o Leste não era mais a mata, que na verdade se constituía em bem de riqueza, mas o indígena”. A abertura da região para a intensificação da colonização será em meados do século XVIII, quando a Coroa Portuguesa impulsiona a organização de entradas e bandeiras<sup>1</sup> para o desbravamento de novas áreas de modo a gerar descobertas minerais, visando a manutenção do sistema mercantilista no mercado europeu. No que tange as populações nativas, a orientação da Metrópole estava voltada para a instauração

---

<sup>1</sup> Caso da Zona da Mata mineira, vide MERCADANTE (1973) e dos Vales do Rio Doce e Mucuri, PARAÍSO (1998).

de aldeamentos com vistas ao “... domínio da população indígena e sua inserção como mão-de-obra escrava, proporcionando a liberação territorial concedida à elite oligárquica.” (MONTEIRO OLIVEIRA, 2006).

Não obstante, como demonstra LAMAS (2002), muito mais do que uma área de passagem, a região já havia sido explorada desde o início do século, quando teve início algumas atividades agrícolas e, conseqüentemente, mercantil, criando condições para a composição de pequenos núcleos de povoamento. Embora tais atividades não tenham sido em larga escala, foram elementares para a economia de subsistência. Outro estudo que corrobora essa assertiva afirma que,

... antes das investidas de Dom Rodrigo José de Menezes, os bandeirantes já haviam palmilhado os lugares mais altos como o Vale do Guarapiranga em busca de ouro e apresamento de índios, a exemplo dos irmãos Antonio Fernandes Furtado e Feliciano Cardoso de Mendonça, de 1702 a 1703. Descobriram as minas de Bacalhau (atual Santo Antonio de Pirapetinga); Pinheiros Altos, Prazeres; Calambau (atual Presidente Bernardes); Rocha (atual Senador Firmino). (BARBOSA, 1971)

Embora estas iniciativas não tenham tido destaque economicamente, em especial pelas dificuldades de fixação frente aos inúmeros confrontos com as populações indígenas, foram fundamentais para as investidas posteriores com a adoção de medidas violentas que resultaram na expulsão e aniquilamento das populações nativas.

O processo de colonização e povoamento da Zona da Mata mineira remonta, pois, ao início do século XVIII. Vale ressaltar, que a própria construção do Caminho Novo, atribuída como um grande feito de Garcia Paes foi, na verdade, uma apropriação de rotas indígenas, do mesmo modo que, ao longo do Caminho, o estabelecimento de núcleos e pousos se deu nos espaços de antigas aldeias, como atesta VENÂNCIO (2001).

Desde a sua inauguração, o Caminho Novo consistiu em uma preocupação da Coroa Portuguesa de povoar os campos que circundavam o trajeto com o fito de evitar os descaminhos do ouro. Tendo essa preocupação o Governo concedeu várias sesmarias, principalmente entre os anos de 1710 e 1720. De acordo com VENÂNCIO (*apud* LAMAS, 2002), ao estudar as anotações de Tavares de Brito, no percurso do Caminho já haviam dezenas de roças e rocinhas onde podia abastecer e descansar. Sobre estes estabelecimentos, há as observações do jesuíta ANTONIL (*apud* LAMAS, 2002), sendo as

principais as de Simão Pereira, Matias Barbosa e Bispo, esta última é o atual município de Juiz de Fora.

Além da onda migratória proveniente do sul da região, outra penetração originou-se da região central. Conforme CARRARA (1999), uma expedição realizada pelo sertanista Inácio de Andrade Ribeiro partiu de Vila Rica em direção à região em 1750, alcançando as proximidades do rio Coroados, afluente do rio Pomba. Nesta localidade entrou em confronto com povos indígenas que ali habitavam, onde fixou um posto avançado na Serra de Mercês. De acordo com os registros documentais, o grupo indígena em questão teria migrado do Rio de Janeiro com a intensificação da colonização na costa.

CARRARA (1999), com base no registro do livro de dízimos, afirma ter ocorrido uma frente nos limites ao norte da região, no vale do rio Piranga até Ponte Nova e Manhuaçu. Em sua extensa pesquisa, constatou que essa expansão de ocupação originou-se da região central, um pouco antes, porém, sem grande relevância em termos de assentamento no território. Com base nesta assertiva, RESENDE (2003) afirma que a norte da região, área ocupada pelos grupos genericamente conhecidos como Botocudos, na localidade de Cuieté, arredores da margem direita do rio Doce se estendendo a Ponte Nova e Manhuaçu, teria sido a primeira área devassada pelas entradas e bandeiras. Dada a proximidade com as freguesias de Furquim e Barra Longa pertencentes a Mariana, esta bandeira focalizou suas atenções ao centro minerador, daí a pouca importância na ocupação da Mata mineira.

Um pouco mais tarde, nas proximidades de rio Pomba, o capitão Francisco Pires Farinho estabeleceu, em 1757, contato com os índios Coroados e Coropós. Tal empresa resultou na criação da Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos índios Coroados e Coropós. Posteriormente, com a ação do Pe. Manoel de Jesus Maria foi construído um aldeamento na área onde hoje se situa o município de Rio Pomba. O propósito de sua ação era a conversão dos indígenas em potencial mão-de-obra trabalhadora para a empresa colonial, como podemos verificar no texto de RESENDE,

Era o Pe. Manoel Jesus Maria, pároco dos índios, quem, afinal, explicava os motivos ao governador. Dava a conhecer a riqueza da região, com matos abundantes em óleos e madeiras de construção, entremeado com a extração nativa de salsa e outros produtos medicinais como a poaia, as culturas de tabaco, algodão, café, víveres, copiosos veios auríferos e jazidas de pedras preciosas. Além disso, fabricavam cachaça, gênero “pernicioso e proibido entre os índios”, usando a aguardente como “isca”

para “os levar para todo o sertão na extração da poaia”. (RESENDE, 2005)

A localização também era um fator de significativa importância uma vez que o Rio Pomba unia-se ao rio Paraíba do Sul que desaguava no mar, possibilitando o escoamento da produção e implementando as atividades comerciais com o litoral do Rio de Janeiro.

A despeito dos mecanismos que impediam o avanço dos colonos, estes usavam de artifícios espúrios, como negociação de terras com os índios e demarcação de sesmarias na área do aldeamento, contrariando o Decreto imposto pelo Governador Valadares. O próprio Pe. Manoel de Jesus Maria atuou como mercador de terras indígenas, sob o argumento de que “... as terras que separou não fazia falta aos índios” e que os rendimentos da venda teria sido uma forma de reverter os gastos efetuados no processo de amansamento destes e um abono pelos 30 anos de dedicação ao aldeamento, no qual realizou “... grande conquista amansando os índios, conservando-os em uma continuada paz para a utilidade dos interesses da S.A.R. e dos vassallos”. (RESENDE, 2005)

Com isso, em torno deste aldeamento foram agregados os brancos e negros escravizados, incrementando sobremaneira o povoamento. De acordo com CARRARA (1999), ocorreu um aumento populacional de 400% ao longo de 20 anos na localidade.

O movimento mais intenso de ocupação das terras ‘serra abaixo’, isto é, desde a região de altitudes maiores – contrafortes das serras da Mantiqueira e do Espinhaço – para uma região mais baixa e de relevo mamelonar característico do vale do rio Pomba, começou a tornar-se perceptível a partir do final do século XVIII, considerando-se o número de escrituras de compra e venda de propriedades rurais situadas nessa região. (CARRARA, 1999:30)

Como pudemos constatar o confronto entre os vários movimentos de colonização e as populações indígenas que aqui habitavam foram intensas. A despeito da diversidade étnica e das diferenças culturais os grupos que habitavam a região foram reduzidos a quatro classificações assim estabelecidas pelos colonizadores e reafirmadas pelos viajantes, a saber: Coroados,<sup>2</sup> Coropó, Puri<sup>3</sup> e Botocudo.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> O nome Coroados tem origem no costume desses índios de conservarem seus cabelos em tonsura, forma circular dos cabelos, que os índios usavam.

<sup>3</sup> Também conhecidos como Arrepiados, devido ao corte de cabelo algumas vezes. Os próprios Puri conferiam essa atribuição a outros povos, o que significa que o significado da palavra foi corrompido no processo colonial.

Devido a ativa mobilidade das populações indígenas durante as ofensivas de povoamento colonial que os expulsou de seu território, muitos buscaram refúgio em áreas de pouca intervenção colonial, como o foi na região da Mata mineira. Sejam provenientes da costa ou da região central, no confronto com as frentes de expansão colonial essas populações tiveram suas formas de vida brutalmente alteradas e os que sobreviveram tiveram que se reorganizar no contexto da sociedade colonial mineira.

É neste cenário que estamos considerando também os índios coloniais, ou seja, “... índios e/ou seus descendentes, destribalizados por diversas razões, de várias origens étnicas e/ou geográficas, trazidos ou nascidos na sociedade colonial, que foram incorporados à vida sócio-cultural da Minas setecentista”. (RESENDE, 2005)

Resende ao investigar a vasta documentação da época constatou que muitos indígenas foram capturados nas lutas promovidas pelas entradas e bandeiras nos diversos aldeamentos e aquartelamentos. Do mesmo modo, estas imputações provocaram também a resistência e a fuga de muitos nativos intensificando sobremaneira a mobilidade e os deslocamentos espaciais dessas populações.

Assim, centenas de indígenas passaram a viver nas vilas coloniais, travando um convívio que haveria de produzir dilemas culturais para as populações nativas. Afinal, os índios coloniais, transitando entre dois mundos, o do colonizador e o do nativo, já não se enquadravam em nenhum deles. Não faziam mais parte do seu mundo, muito menos do universo do branco; tornando-se, muitas vezes, mestiços nos valores, híbridos nos comportamentos, enfim, ocupando um entre-lugar, que já não era mais o lugar exclusivo do europeu e tampouco do indígena. (RESENDE, 2005).

De acordo com as fontes etno-históricas, os Coropó situavam-se no vale do Rio Pomba. Já os Coroados e os Puri, apresentados na literatura como grupos tipicamente guerreiros e considerados inimigos conforme a classificação da política indigenista colonial, o que justificava também a extensão de ocupação no território regional, (WIED-NEUWIED, 1958:104; SPIX e MARTIUS, 1976:198) se fixaram na região de Abre Campo (Santana), Visconde do Rio Branco, Guarapiranga, Pomba, Muriaé, Xopotó e Rio Doce.

---

<sup>4</sup> A designação Botocudo deve-se ao uso de botoques labiais e auriculares por esses indígenas. Foi generalizado para atribuir os indígenas bravios e guerreiros, também conhecidos como tapuias numa clara distinção com os Tupi da costa.

Além destes grupos extensamente citados nas fontes documentais, principalmente dos séculos XVIII e XIX, outros foram mencionados com instalações provisórias, transitórias ou até mesmo permanentes. Provenientes do centro e/ou leste foram apontados os Abaíba e os Botocudo ou Tapuia, que, juntamente com os Guarulho, se assentaram nas proximidades dos rios Pomba e Muriaé. Ainda nos arredores do rio Pomba havia registros da presença dos Caramonã, Puriçu ou “Puris Grandes”, e em número reduzido os Tamoio. O assento temporal de um pequeno grupo Carijó oriundo da localidade do atual município de Conselheiro Lafaiete, em meados do século XVII, consta das notas etno-históricas. Ao sul nas imediações do rio Paraibuna havia relatos de intercâmbio dos Miriti com os Puri fixados no rio Pomba. Nos limites da Serra de Ibitipoca com o atual município de Barbacena havia referência dos Arari ou Araci.

Sobre os Puri, Coroado e Coropó, as fontes etno-históricas atestam que estes não eram nativos da região e que teriam se deslocado do litoral norte fluminense para o sertão leste por conta da expulsão dos colonizadores que usurparam seus territórios e os comprimiram para o interior.

Não obstante, quando os viajantes percorreram a região estes povos já estavam estabelecidos em amplas extensões territoriais da Mata mineira. Conforme JOSÉ (1965) tais áreas compreendem os atuais municípios de Viçosa, Coimbra, Ervália, São Geraldo, Visconde do Rio Branco, Ubá, Tocantins, Rio Pomba, Guarani, Guidoal, Astolfo Dutra, Dona Eusébia, Cataguases, Mirai, Muriaé, Patrocínio de Muriaé e Leopoldina.

Cabe mencionar os aldeamentos erigidos em fins do século XVIII e início do século XIX, como o de São Manuel da Pomba, atual região de Rio Pomba, onde foram circunscritos os Coropó; São João Batista do Presídio, atualmente município de Visconde do Rio Branco, localidade dos Coroados e São Paulo do Manuel Burgo, hoje Muriaé, onde os Puris foram sitiados.

A fundação dos aldeamentos visava locais considerados estratégicos para o cumprimento da nova ordem econômica que se pretendia. Boa parte desses locais foi oferecida aos colonos para que habitassem a área. A finalidade era proporcionar uma aparente segurança aos indígenas que, muitas vezes sem alternativa, ali se apresentavam fugidos dos confrontos. Nesse último caso, a administração dos aldeamentos requeria desses grupos refugiados uma obediência para imporem o esquema civilizatório. (...) O objetivo ao concentrá-los numa área era liberar os antigos assentamentos para as frentes pastoris e agrícolas além de propiciar uma infra-estrutura de abastecimento e reserva de mão-de-obra. (MONTEIRO OLIVEIRA, 2006)

Já os aquartelamentos na região foram instituídos pelo Cel. Guido Thomas Marlière, nomeado em 1813, Diretor Geral dos Índios. Sob sua responsabilidade ficaram os três aldeamentos da região e o processo de militarização nas proximidades destes. No contexto da política indigenista implementada após a chegada da família real ao Brasil, que retoma as estratégias de Guerra Justa, os conflitos com as populações indígenas se intensificam tendo em vista o projeto de transformá-los em “civilizados”, ou seja, em mão de obra disponível aos interesses econômicos vigentes na época.

De acordo com PARAÍSO (1992), a questão indígena tornou-se um assunto militar. Do mesmo modo que no período da conquista, os indígenas foram divididos em mansos e bravios. Aos considerados mansos, ficavam reduzidos nos aldeamentos e os bravios, imputavam o trabalho escravo por tempo determinado. Por conta de seus atos, Marlière será vangloriado na historiografia oficial como “O Civilizador” dos índios de Minas Gerais, imagem que perdura até os dias de hoje. (JOSE, 1958)

Um exemplo dessa política foi a militarização dos índios Coropós e Coroados na luta contra os Puris e Botocudos, como certifica RESENDE (2005) “Seriam eles “milhares de soldados” contra os ferozes Puris e Botocudos e ainda se prestariam como marinheiros na navegação e defesa dos rios”. De certo modo, esse processo acarretou a “desinfestação” das populações indígenas, ou seja, uma expropriação de seus territórios. Tais ações geraram enormes conflitos, pois as populações nativas resistiram às diversas imputações, realizando ataques e destruição das fazendas e plantações assentadas em suas possessões, com a intenção de demonstrar sua insatisfação com a presença colonial na área.

Diante da penetração de colonos e aventureiros, os indígenas, ciosos de seus direitos sobre as terras que ocupavam, iam recuando para o interior e concentrando ódio contra os invasores; de quando em quando agindo por instinto de defesa quando não por vingança, reagiam pela violência, incendiando roças, paióis e casebres e matando ou ferindo crianças, mulheres e homens; e o branco, assim atingido, julgava-se vítima e com direito a eliminar quantos indígenas ficassem ao seu alcance (WIED-NEUWIED, 1958)

Outra forma de oposição ao processo de povoamento colonial foi perpetrada por alguns indígenas aldeados, que cientes de sua subordinação ao Rei de Portugal, valeram-se das determinações legais de proibição de repartição das terras em torno dos aldeamentos, para assegurar a posse de suas terras. Tais reivindicações constam em documentação

verificada por RESENDE (2003), que demonstra como os assentamentos coloniais foram feitos à revelia das determinações da Metrópole, bem como o acionamento de medidas administrativas que consideravam como terras devolutas as áreas de caça e coleta dos indígenas. Tais medidas geraram o confinamento dos aldeados apenas aos espaços de habitação e de certo modo, reduziu as possibilidades de sobrevivência, na medida em que expropriaram e reduziram as práticas e meios econômicos.

Ainda que os registros de escrituras evidenciem a transferência das terras indígenas para as mãos de colonos, sob diversas formas e meios, muitos não se deixaram abater e lutaram pela posse legítima de sua terra. Em uma representação à Câmara, Francisco Rodrigues, índio croato, e morador no Presídio de São João Batista, acionou a justiça. Contava que “sempre viveu com sua mulher e numerosa família em um córrego e mato com suas vertentes manso e pacificamente sem ofender pessoa alguma” ... Este índio croato não foi o único a buscar a justiça colonial para assegurar a propriedade de suas terras. Em outra passagem, índios cropós e croatos “queixosos” rumaram em direção à Vila Rica para fazerem uma representação ao governador. ... Assim, a despeito da incapacidade imputada aos índios, eles recorreram à justiça colonial, tentando gerenciar o rumo de suas vidas. (RESENDE, 2005).

Por outro lado, há registros também daqueles que após sofreram coerções dos colonizadores acabam por se submeter às pressões e vendem suas terras por preços irrisórios, como menciona RESENDE (2005) acerca da “... atitude do índio Rafael, em 1829, ao vender as terras, na barra do ribeirão Ubá porque se achavam entremeio de terras de portugueses e que, por esta razão, não podia viver mais naquela vizinhança.”

Em princípios do século XIX, no contexto de modificações da configuração política após a vinda da Corte para o Brasil, o “lugar do índio” será tema de discussões no fórum nacional. A frente das discussões estava José Bonifácio de Andrada e Silva, que sob o ideário iluminista pretendia a incorporação do índio na conjuntura nacional. Frente ao panorama de assimilação, por parte dos povos indígenas, dos valores da sociedade colonial, Andrada e Silva apregoava uma intensa ação dos missionários, sob júdice do Estado, na conversão dos indígenas através da educação e inculcação de elementos civilizatórios. Apesar do teor liberal de seu discurso na prática contava com a manutenção dos Quartéis, Presídios e Destacamentos Militares. Como afirma MONTEIRO OLIVEIRA (2006), a integração se daria “... a partir do momento em que os índios abraçassem a civilização”, ou seja, mão-de-obra disponível para atender a demanda econômica. A integração não pressupunha em considerar os indígenas enquanto cidadãos. De acordo com

seu ideário,

... o quadro apresentado pelos indígenas era resultado dos tratamentos recebidos ao longo dos confrontos com a colonização, para tanto, a solução seria aldeamentos distantes das vilas para evitar o contato com os colonos e a corrupção, bem como concessão de terras parcas em recursos naturais, com o intuito de forçar os indígenas a exercerem atividades agrícolas, gerando a fixação territorial e colocando fim aos deslocamentos freqüentes. (MONTEIRO OLIVEIRA, 2006:208).

Com a nomeação de Guido Thomaz Marlière, em 1824, para Diretoria Geral dos Índios, algumas das idéias de Andrada e Silva foram levadas a cabo. Marlière compartilhava o ideário de uma nação integrada submetida ao rei absolutista, bem como a eliminação de diferenças que, de certo modo, inviabilizava o projeto de civilização.<sup>5</sup> De acordo com JOSÉ (1964) suas estratégias, designadas como “obra civilizadora”, se pautava em quatro eixos de ação: 1) amor ao indígena; 2) fixação nos aldeamentos; 3) serviço agrícola e 4) catequese.

Para o empreendimento dessas ações, Marlière contratou como mateiros muitos destes índios coloniais ou descendentes, que percorriam as matas e propiciavam o contato com os grupos ali refugiados, bem como faziam o papel de intérpretes. Na manutenção dos Aldeamentos e Quartéis, prescindia de sacerdotes para catequizar, boticários e cirurgiões; comerciantes; agricultores; soldados para manter a ordem e um grande número de homens para atender as necessidades do povoado (JOSÉ, 1964).

O caráter militarizador de Marlière tinha como propósito intimidar os povos indígenas e coagi-los a se apresentarem aos Quartéis. Segundo PARAÍSO (1998) os indígenas ao serem pressionados sucumbiam aos aldeamentos ou até mesmo firmavam alianças com colonos e soldados para garantir a sua sobrevivência. As ações perpetradas por Marlière tinham o respaldo governamental, como assevera MONTEIRO OLIVEIRA:

A orientação dessa política de colonização, aldeamento e civilização dos índios estava respaldada nas leis a partir de 1823. Marlière acreditava que, a partir das experiências dos confrontos com resistência e guerras, os índios possuíam o espírito militar, o que após sucessivas vivências com a

---

<sup>5</sup> A civilização pressupunha o abandono da caça, pesca e coleta, bem como o fim das diferenças linguísticas. Para atingir o seu intento, havia a necessidade de abrir roças para os índios e promover a devastação e ocupação das matas para evitar fugas e refúgios, além das investidas na educação civil de modo a transformá-los em agricultores. Vide PARAÍSO (1998) e MONTEIRO OLIVEIRA (1999).

civilização poderiam ser transformados em soldados. (MONTEIRO OLIVEIRA, 1999:20)

Outro fator que contribuiu para o acirramento das ações de Marlière foi a pressão por parte da Inglaterra para a extinção do tráfico e do uso da mão-de-obra escrava africana. Seu objetivo era substituir essa mão-de-obra pela indígena, que já “civilizados” estavam aptos a ingressarem no mercado de trabalho. Por outro lado, Marlière enfrentou reações contrárias à sua atuação enquanto Diretor Geral dos Índios, na medida em que havia uma forte pressão dos colonos no território dos aldeamentos. Tais pressões tinham total apoio das Câmaras Municipais, além de efetuarem invasões nas terras dos aldeamentos e destruição das roças indígenas.

A política dos aldeamentos e quartelamentos corroborou com o artifício de expropriação territorial, na medida em que implantou uma economia de produção intensiva de gêneros de subsistência próprios dos indígenas, como a mandioca, batata-doce, abóbora, entre outros. Tais gêneros além de serem comercializados com os colonos, serviam como atrativos aos indígenas que se aglomeravam nas cercanias do aldeamento e, conseqüentemente, as áreas de seu território eram consideradas desocupadas e prontamente tomadas pelos colonizadores. As ações dos colonizadores tinham o aval das Câmaras Municipais que estimulavam o povoamento colonial com a intenção de ativar as atividades econômicas.

Somado aos aspectos acima referidos, podemos considerar também as mudanças na paisagem local, que inviabilizavam as relações dos indígenas com o meio circundante. Os colonos reproduziram o sistema agrícola indígena e os recursos tecnológicos inerentes a este, tendo em vista o conhecimento que tinham do ambiente em que viviam. Como descreve MANO (2006),

Também conhecido como horticultura de coivara, esse é um sistema agrícola que consiste na abertura de pequenas roças por meio da técnica de derrubada, corte e queima de áreas de floresta virgem. No ciclo de trabalho que caracteriza essa atividade, descrito por diversos autores em diferentes sociedades da floresta tropical (Carneiro, 1985; Friel, 1959; Leacock, 1964; Menéndez, 1989), primeiramente se corta o mato miúdo que descansa por um certo período até secar. Seco, começa-se à derrubada das árvores que se processa em uma espécie de dominó. Após a mata ter descansado por um bom período são feitas as queimadas, após a qual se processa a coivara que consiste no ajuntamento e pilhagem de ramagens e pedaços de troncos que ainda não foram inteiramente

queimados, em cima de troncos mais grossos ainda fumegantes, ateando-se fogo novamente.

Todavia, ao adotar o sistema de coivara, derrubada, corte e queima, ocorreu uma alteração drástica na paisagem, pois os colonos, circunscritos em limites territoriais, não se deslocavam como os indígenas.<sup>6</sup> Esta fixação espacial estava relacionada ao uso intensivo da terra e gerou graves problemas, entre os quais podemos citar o esgotamento do solo<sup>7</sup> e formação de largas áreas de capoeira em torno das vilas, resultando em transformações no ambiente local. (TEIXEIRA, 1992)

Ao longo dos tempos esse processo de desmatamento foi se intensificando e ampliando para as encostas e topos de montanhas com a cultura cafeeira, iniciada em princípios do século XIX e prolongada até a terceira década do século XX, sem contarmos a introdução de gado leiteiro, formando amplas áreas para pastagens, como é tratado na historiografia econômica da região: “... os colonizadores mineiros encontravam pastagens mais baratas do que no Sul de Minas, donde podiam largar o gado para pastar a vontade em meio ao capim que se alastrava rapidamente pelos cafezais abandonados”. STEIN (apud PAULA, 2001:32)

Tais transformações alteraram profundamente o meio ambiente regional, o que contribuiu em muito para a alteração das formas de vida dos grupos indígenas remanescentes, na medida em que teve que buscar alternativas viáveis para os meios de reprodução sócio-econômicos e simbólicos na relação com o ambiente natural. Esse fator foi preponderante no processo de extinção das comunidades indígenas regionais, aliado ao aspecto das políticas indigenistas de “integração” destas populações no todo nacional.

Ao estabelecermos esse histórico da ocupação da Zona da Mata mineira, pretendemos compreender, em boa medida, alguns aspectos da relação homem e meio ambiente, em especial do confronto entre duas formas de perceber o espaço territorial. A primeira forma é a indígena que a despeito de sua invisibilidade na História nacional possuía uma concepção do mundo natural numa relação de sociabilidade, que a despeito de

---

<sup>6</sup> As sociedades de Cultura de Floresta Tropical praticavam o cinegismo, que é o abandono do terreno após dois ou três anos de uso consecutivo, fundamental para a recuperação dos solos. A mobilidade espacial dos indígenas era pautada também na organização econômica, em que visavam o escalonamento das áreas cultiváveis na circunscrição de seu território (Cf. MANO, 2006).

<sup>7</sup> O desmatamento acarreta a lixiviação, processo em que as águas da chuva carregam os minerais para o lençol subterrâneo, empobrecendo sobremaneira os solos. Como os solos do bioma da Mata Atlântica são frequentemente de composição argilosa, após o desmatamento sofrem erosão rápida ou então endurecem, formando crostas espessas de difícil cultivo.

suas apropriações e intervenções do e no meio ambiente realizavam um manejo de preservação. Já na segunda concepção, típica dos colonizadores pode-se verificar que a natureza era vista de maneira objetificada, cuja relação primordialmente era de exploração de seus recursos numa acepção claramente capitalista. Esta postura alterou de maneira drástica os ecossistemas locais e promoveu a destruição de muitas espécies animais e vegetais, além dos próprios grupos que aqui viviam, transformando radicalmente a paisagem.

Outro aspecto que gostaria de destacar diz respeito às fontes etno-históricas e históricas que atestam a presença de grupos pertencentes ao tronco lingüístico macro-jê. São várias as hipóteses acerca da presença destes grupos na região, sendo a mais corrente o fato de terem sido expulsos da região central pelas frentes expansionistas no período colonial. Por outro lado, é inconteste a insuficiência de dados que comprovem essa suposição, cabendo, portanto, à arqueologia verificar esta e outras hipóteses.

# Capítulo 4

## Arqueologia da Zona da Mata mineira

### Antecedentes

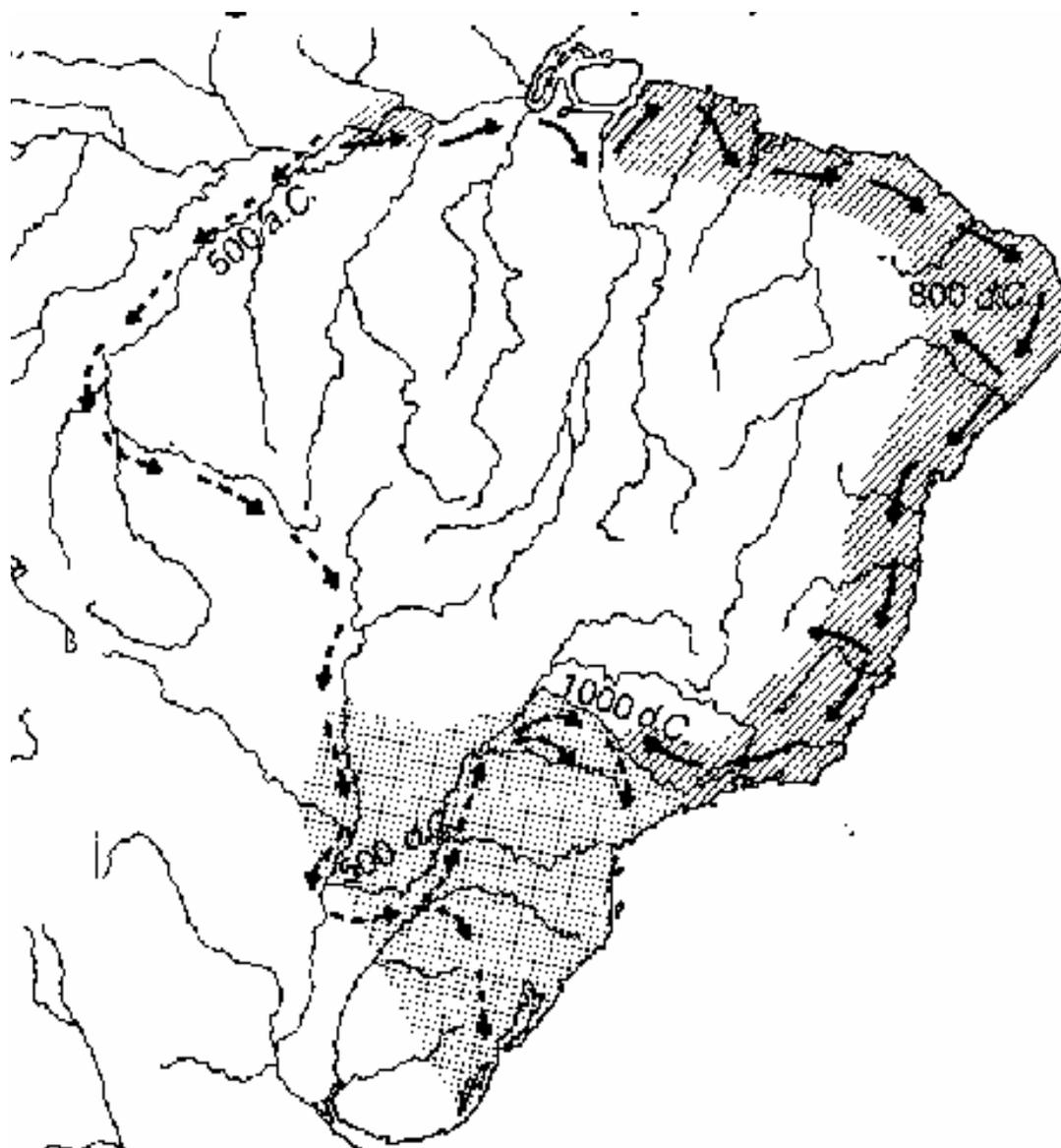
Os dados arqueológicos obtidos até o momento para a Zona da Mata mineira de certo modo corroboram as informações históricas e etno-históricas sobre sua ocupação por populações indígenas. Todavia, no que tange à análise da cultura material, são identificados atributos tecnológicos e morfológicos típicos de uma tradição arqueológica historicamente relacionada a grupos de origem Tupi e não Jê como indicado pela maioria das fontes. De fato se os sítios arqueológicos aqui identificados pertencerem realmente a esses grupos canoieiros portadores da Tradição Tupiguarani, a sua recorrência no contexto da região trará dados até então pouco conhecidos sobre as populações que deixaram vestígios de sua presença na região e por quase todo território nacional.

Desde a atuação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA, implantado no Brasil na década de sessenta, estabeleceu-se que no Estado de Minas Gerais predominava uma tradição arqueológica tecnologicamente desenvolvida, porém, sem a presença de decoração pintada ou elaborada como aquela testemunhada pela Tradição Tupiguarani, típica das regiões costeiras e outras partes do país. As Tradições mais freqüentemente citadas para Minas Gerais eram a Aratu e a Una (DIAS, 1982; PROUS, 1992).

No Brasil, desde 1838 as pesquisas sobre a origem dos grupos Tupi e de seus povos mais conhecidos, como os Guarani e os Tupinambá, foram levadas a cabo com a intenção de se estabelecer suas possíveis rotas de migração ou dispersão (BROCHADO, 1984 e NOELLI, 1996). Não foram poucas as teorias que visaram explicar a procedência desses grupos em períodos anteriores à colonização européia. Atualmente o consenso pousa sobre a existência de um centro de origem comum na Amazônia. De acordo com NOELLI (1996:30), os Tupi primordiais limitavam-se ao norte pela margem direita do médio e baixo Amazonas; a leste pelo Tocantins; a oeste pelas bacias do Madeira e baixo-médio Guaporé e ao sul, por uma

linha que vai do médio Guaporé até o Tocantins, próxima da foz do Araguaia. Estes limites, mesmo que genéricos, pretendem estabelecer um possível centro de origem para estes grupos.

De acordo com BROCHADO (1984), os Tupinambá partiram do baixo Amazonas, passando por sua foz em direção ao litoral brasileiro, de norte para sul, até o trópico de capricórnio. Simultaneamente, outros grupos, os Guarani, penetravam o interior subindo pelas bacias que deságuam no Atlântico, o que popularmente ficou conhecido como efeito pinça.



Migração Tupinambá e Guarani segundo BROCHADO, 1984.

Nessa configuração, boa parte do Estado de Minas Gerais permaneceu como área não habitada pelos supostos grupos Tupi pré-históricos. Isto se deve ao fato da região não ter apresentado até o referido trabalho, indícios representativos dessa tradição em seu território. E aqueles que surgiam eram tratados como resquícios de um processo de fuga, provocado pela chegada dos portugueses às costas brasileiras. (FERNANDES, 1989:100) Embora achurada no mapa apresentado acima, a Zona da Mata mineira irá apresentar vestígios indicativos da presença de grupos Tupi no período pré-colonial, somente nos últimos anos. De fato este mapa, se sustenta mais por dados etno-históricos e lingüísticos do que arqueológicos.

FERNANDES (1989:100) reportando-se em relatos de Anchieta, afirma que os Tupi da Costa chegaram a realizar expedições de 300 milhas para o interior, em virtude de suas relações de guerra e troca com outros grupos, principalmente tapuias ou Jê. Permanecendo ainda com as fontes etno-históricas, afora algumas informações sobre a fuga dos Tupinamba para o interior após a confederação dos Tamoios, não tivemos acesso a nenhum outro dado consistente sobre a presença de grupos Tupi em tempos pretéritos na região. O que tem sido revisto paulatinamente com as novas descobertas arqueológicas.

Só nos últimos cinco anos mais de trinta sítios foram identificados como pertencentes à Tradição Tupiguarani no Estado, dos quais mais da metade foram registrados pela equipe do MAEA/UFJF na Zona da Mata mineira<sup>1</sup>. Estes e outros sítios acabam por inserir Minas Gerais e em especial a região tema deste estudo no quadro de discussões da Tradição Tupiguarani no âmbito da arqueologia nacional, corroborando as pesquisas mais recentes que visam rever o panorama de distribuição desta tradição pela América Latina.

Digno de nota neste momento, contudo, é que apesar das inúmeras críticas perpetradas à correlação direta: cultura material/grupo étnico, que durante muito tempo perdurou na Arqueologia brasileira, onde a Tradição Tupiguarani era lida como sinônimo de Cultura ou

---

<sup>1</sup> “Apesar de Minas Gerais ser um dos estados precursores das pesquisas arqueológicas no Brasil, por meio dos estudos do botânico dinamarquês Peter Wilhelm Lund em Lagoa Santa, as demais regiões do território mineiro só foram merecer a atenção de especialistas com a institucionalização da disciplina nos centros acadêmicos a partir de meados do século XX. Sobre os trabalhos realizados na Zona da Mata mineira não podemos deixar de mencionar o estudo sistemático desenvolvido pela equipe de pesquisadores do Setor de Arqueologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que se debruçou sobre os vestígios da Pedra da Babilônia no Município de Goianá na década de 80, os trabalhos da equipe do Instituto de Arqueologia Brasileira, em especial de Luft em Visconde do Rio Branco e os de Lina Kneip e Filomena Crâncio em Leopoldina na década de 90. (LOURES OLIVEIRA, 2006:194). Além do trabalho dessas equipes, merece menção os projeto de arqueologia de contrato que infelizmente não estão disponíveis para consulta, mas que certamente contribuem para a identificação e registros dos sítios arqueológicos na região. No âmbito desses contratos podemos citar cadastro no IPHAN do sítio Verônica de Chiador.

Sociedade Tupi/Tronco Lingüístico Tupi-guarani/Grupo Tupinambá/Guarani, não temos como refutar as relações entre os produtores da cerâmica Tupiguarani na Zona da Mata mineira e aqueles que viviam na costa quando da chegada dos europeus ao Brasil ou até muito antes (BUARQUE, 2001). Partimos, pois da premissa de que os grupos que habitavam a Zona da Mata mineira há mais de 1600 AP, estavam intimamente relacionados aos grupos Tupi da costa do Rio de Janeiro.

## Sítios pré-coloniais da Zona da Mata mineira

Segundo LOURES OLIVEIRA (2006:31), a ordenação dos sítios pré-coloniais registrados pela equipe do MAEA segue uma sistematização tal, que permite uma identificação de caráter locacional em relação à região: ZM – Zona da Mata Mineira, ao município: RN – Rio Novo e local, por ordem de registro. Desse modo, cada sítio recebe um código que o identifica numa seqüência de ocorrências como a seguir: ZM-RN-01 Sítio Santa Rosa.

De modo geral em sua configuração ambiental, geológica e arqueológica os sítios apresentam certa unicidade. São lito-cerâmicos a céu aberto, unicomponenciais, apresentando vestígios em superfície e em pouca profundidade. Os perfis estratigráficos são pouco visíveis, predominando para além do solo úmico, onde se encontra a maioria dos vestígios, uma camada de latosolo. Não foi possível até o momento verificar em nenhum dos sítios se houve reocupações ou utilização diferenciadas de áreas específicas por tempo determinado. Embora as datações de amostras do mesmo sítio variem, elas não são suficientemente confiáveis para sustentar reaproveitamento da área por outro grupo, mais sim uma ocupação prolongada. Para uma visão mais específica de cada sítio, veja a seguir uma pequena descrição das campanhas realizadas nos últimos anos:

### 1- (ZM-RN-01)

O Sítio Santa Rosa foi identificado no ano de 2000, sendo o primeiro a ser registrado pela equipe do MAEA no âmbito das pesquisas do projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira. É um sítio do tipo lito-cerâmico-colinar, situado a uma

altitude de 481m, nas coordenadas 23K 693099 - 7622591 (UTM) e encontra-se a cerca de 2km do centro urbano do município de Rio Novo. (Fotos 1 – 3)

Está implantado às margens da MG-353, em topo de colina com declives acentuados nas porções leste, oeste e norte. O rio de maior importância é o Rio Novo que está a aproximadamente 400m, correndo de norte para sul. Possui larguras variando entre 20 e 30m e profundidades variáveis, dependendo da estação do ano, o que propicia a navegação de pequenas canoas. Em alguns pontos nas margens do rio observa-se a presença de fragmentos de mata ciliar em estágio avançado de regeneração.

A área do sítio está estimada em aproximadamente 58.807m<sup>2</sup>, caracterizando-se pela ocorrência de uma feição doliniforme com 55m de diâmetro e 2m de profundidade. (Vide Planta 1) Nas porções sudoeste e noroeste verifica-se a presença de nascentes e pequenos córregos, assim como depósitos de argila. Este sítio encontra-se a uma distância inferior a 5km do sítio Mata dos Bentes, também registrado no município de Rio Novo.

Ao todo foram três campanhas de campo, respectivamente nos anos 2001, 2002 e 2007. Os materiais coletados foram fragmentos de cerâmica e quartzo e boa parte do material se encontra no Museu Histórico de Rio Novo ainda sem estudo. A campanha de 2007 centrou-se fundamentalmente no detalhamento topográfico e descrição da paisagem. A média de tempo de permanência da equipe em campo em cada campanha girou em torno de 3 a 7 dias, dependendo da atividade, se levantamento topográfico, diagnósticos e coleta de superfície. Este sítio não foi submetido a escavação sistemática.

## 2- (ZM-RN-02)

Localizado na área rural do Município de Rio Novo, coordenadas 23K 690224 - 7620010 (UTM), o sítio Mata dos Bentes, antes de sua descaracterização e definitiva destruição, estava a uma altitude de 488m. (Fotos 4 - 8) Trata-se de mais um sítio pré-colonial identificado em janeiro de 2002 no âmbito dos estudos de impacto ambiental realizados para a construção do Aeroporto Regional da Zona da Mata (SETE, 2001 e 2002). Quando identificado, o sítio encontrava-se em local de mata secundária em estado inicial de regeneração, e em topo de colina de feição tipo “meia laranja”.

A área do sítio, que ainda não havia sido impactada, perfazia aproximadamente 2.899m<sup>2</sup>. (Vide Planta 2) Suas vertentes eram suaves e distando 400m, a oeste, do Rio Novo.

Como mencionado anteriormente, devido a sua relativa profundidade, este curso d'água possibilita condições favoráveis de navegabilidade de pequenas canoas. Nascentes, córregos e depósitos de argila foram observados a sudoeste e noroeste da colina.

O material arqueológico coletado durante os trabalhos de salvamento que duraram aproximadamente dez dias se encontra no MAEA-UFJF e as análises tecnotipológicas dos testemunhos cerâmicos e líticos constituem tema de dissertação de mestrado desenvolvida no Museu de Arqueologia e Etnologia de São Paulo.

Como resultados do projeto de salvamento foram coletados 11.470 fragmentos cerâmicos e escavada uma área de aproximadamente 50m<sup>2</sup>. (LOURES OLIVEIRA, 2006).

### 3- (ZM-JN-01)

O Sítio Primavera é um sítio lito-cerâmico-colinar, identificado no ano de 2001 em São João Nepomuceno por um grupo de moradores locais. De modo geral, foi até o momento, um dos mais sistematicamente estudado pela equipe do MAEA (LOURES OLIVEIRA, 2004). Localizado nas coordenadas 23K 702618 - 7617899 (UTM), o sítio está inserido nas imediações da Serra dos Núcleos a 2,7km oeste do perímetro urbano do município. (Fotos 9 - 13)

Com altitudes médias em torno de 590m, o sítio se encontra em topo de colina com declividades acentuadas a sul, leste e norte. Sua área é de aproximadamente 3517m<sup>2</sup> (Vide Planta 3) com vegetação dominante composta de pastagens (*Bracchiaria Decumbens*) e fragmentos da Floresta Estacional Semidecidual Montana, identificada por CASTRO, R.M. *et al* (2004:122). Nas proximidades são encontradas diversas nascentes, assim como depósitos de argila. Afloramentos de rochas tipo granitos e gnaisses foram identificados em todo o percurso da Serra dos Núcleos.

Correndo de leste para norte a aproximadamente 1,4km está o ribeirão Carlos Alves, afluente do Rio Novo a 3,1km. A nordeste, cerca de 15km em linha reta, avista-se a Serra do Relógio como componente de destaque na paisagem.

Este sítio foi submetido a três campanhas de campo, respectivamente, julho de 2001 para diagnóstico e registro, em 2003 durante os meses de fevereiro e abril para escavação da trincheira de 65m e em julho do mesmo ano quando as duas áreas de maior concentração foram escavadas. O material composto fundamentalmente por fragmentos de cerâmica e lascas

de quartzo foi completamente estudado pela equipe do MAEA e os resultados podem ser verificados em publicação do 1º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: São João Nepomuceno, 2004. Como resultados das campanhas executadas foram coletados 3.044 fragmentos cerâmicos e escavada uma área de aproximadamente 111 m<sup>2</sup>.

#### 4- (ZM-JN-02)

O Sítio Poca é do tipo lito-cerâmico-colinar, foi identificado no ano de 2002 e estudado no ano de 2004. Suas coordenadas são 23K 713452 - 7615863 (UTM), zona rural do distrito de Roça Grande pertencente ao município de São João Nepomuceno. (Fotos 14 - 17)

Encontra-se em topo de colina a 493m de altitude, com declividades acentuadas a sul e norte, possuindo uma área de cerca de 1738m<sup>2</sup>. (Vide Planta 4) A vegetação dominante é a pastagem (*Brachiaria Decubens*), com ocorrências de mata secundária em estado de regeneração avançado.

Em seu entorno verificam-se diversas nascentes e córregos com alguns depósitos de argila e a presença de afloramento de gnaiss e granito. Correndo de noroeste para sudoeste a aproximadamente 500m de distância, localiza-se o Ribeirão Roça Grande que não oferece grandes possibilidades de utilização por pequenas canoas.

As campanhas a este sítio foram em total de quatro, sendo que em duas delas tivemos como objetivo o diagnóstico e o registro em 2002, seguida do levantamento topográfico em 2004. Neste mesmo, em abril, o sítio foi submetido a escavações. O material coletado se encontra em reserva técnica do MAEA-UFJF e sua análise será resultado de dissertação de mestrado do MAE-USP. Como resultado da campanha realizada foram coletados 779 fragmentos cerâmicos, alguns poucos fragmentos líticos e escavada uma área de aproximadamente 15 m<sup>2</sup>.

#### 5- (ZM-JN-05)

O Sítio Goiabeiras também pode ser classificado como lito-cerâmico-colinar, situa-se na área rural do Município de São João Nepomuceno a 4km do centro urbano, nas proximidades da Serra dos Núcleos. (Fotos 18 – 19) Foi identificado e registrado no ano de 2004 e não sofreu nenhuma intervenção arqueológica até o momento. Localiza-se nas

coordenadas 23K 704452 - 7619650 (UTM), a 415m de altitude com declividades acentuadas a norte e sul, com área de 51654m<sup>2</sup>. (Vide Planta 5)

No lado leste encontram-se colinas com maior altitude, apresentando em seus topos matas em bom estado de regeneração. Já no lado oeste, com declividade mais acentuada, observa-se uma grande área de várzea utilizada atualmente para agricultura.

O Rio Novo dista 1,2km, em linha reta, da vertente norte, sendo este o curso d'água mais importante que apresenta boas condições para navegação de pequenas canoas. Algumas nascentes, córregos e depósitos de argila são freqüentes na localidade e a Serra dos Núcleos oferece afloramentos de granito e gnaisse.

Atualmente a área está sendo utilizada como pastagem e a sua vegetação é composta fundamentalmente por *Brachiaria Decubens*. O solo é do tipo latossolo raso, tipicamente encontrado em topos de colinas. No seu em torno podem ser observadas matas secundárias em estágio inicial de regeneração.

As campanhas a este sítio objetivaram respectivamente o diagnóstico, registro, levantamentos topográficos e detalhamento da paisagem. Em média, foram campanhas de 3 a 4 dias, com realização de pequenas sondagens para coleta de material para datação.

## 6- (ZM-JF-01)

O sítio Teixeira Lopes está situado no Bairro de Valadares no Município de Juiz de Fora, a menos de 100m das margens da BR 267 (Km 138) e a 678m de altitude, nas coordenadas 23K 643259 - 7591633 UTM. (Fotos 20 - 22)

As primeiras informações sobre este sítio são do ano de 1988, quando os vestígios foram evidenciados durante os trabalhos de escavação para a construção de dois silos de invernada na Fazenda Penalva, mas somente em outubro de 2004 é que a equipe do MAEA, com recursos da FAPEMIG, pode realizar um estudo mais sistemático no local.

Situa-se em uma pequena elevação que sugere um terraço fluvial, com declives suaves em todo o seu em torno. A forma aplainada do local onde se insere o sítio nos leva a acreditar que a área sofreu uma ação de maquinário para a terraplanagem, o que provavelmente modificou a forma original do relevo. Atualmente a área é utilizada para a agropecuária e possui algo em torno de 20590m<sup>2</sup>. (Vide Planta 6) O rio mais próximo é o Peixe, a

aproximadamente 500m do sítio em linha reta. A distância entre este e o Sítio Emílio Barão é inferior a 500m, o que torna quase todas as características idênticas.

Este sítio foi alvo de duas campanhas de campo, respectivamente nos anos 2004 e 2005. Os materiais coletados compostos por fragmentos de cerâmica bastante danificados se encontram em reserva técnica do MAEA-UFJF e não foram alvos de estudos, dado ao seu péssimo estado de conservação.

Como resultado das campanhas realizadas foram coletados 784 fragmentos cerâmicos, uma pequena quantidade de lascas e blocos de quartzo leitoso e escavada uma área de aproximadamente 56 m<sup>2</sup>.

## 7- (ZM-JF-02)

O Emílio Barão foi identificado e registrado em outubro de 2004 durante o período de escavações do Sítio Teixeira Lopes. É um sítio do tipo lítico-cerâmico-colinar e sofreu duas intervenções arqueológicas, uma em 2004 e outra em 2005.

Também situado no Bairro de Valadares, área rural do Município de Juiz de Fora, o sítio Emílio Barão está a 691m de altitude, nas coordenadas 23K 0643391 / 7591053 (UTM), a 100m das margens da BR 267 (Km 138). (Fotos 23 - 26) Foi identificado no topo de uma colina de feição “tipo meia laranja”, que possui vertentes suaves nas direções sudeste, leste, nordeste, norte, noroeste, oeste e sudoeste em uma área de 17200m<sup>2</sup>. (Vide Planta 7)

A proximidade com o Rio do Peixe, inferior a 400m, correndo de nordeste para noroeste, quase que o insere em um terraço fluvial. Observa-se entre o sítio e as margens do rio uma área de baixada com a presença de brejos, o que sugere que no passado estas áreas podem ter sofrido alagamentos constantes em decorrência de cheias. Córregos, nascentes, depósitos de argila e até uma pequena queda d’água também fazem parte deste mosaico ambiental. Também verifica-se a presença de afloramentos de gnaisses e granitos nas imediações.

No em torno, de sudeste a nordeste, percebe-se a ocorrência de cadeia de montanhas com altitudes próximas a 900m. Mas de grande destaque na paisagem, situada a sul, a menos de 500m em linha reta, ergue-se uma formação do tipo “monadnoks rochosos”, conhecida como “Pedra da Saudade”. (Foto 26)

Atualmente a área é utilizada para a agropecuária e fragmentos de mata ciliar são percebidos nas margens do Rio do Peixe e florestas em estágio inicial de regeneração nos topos dos morros.

A campanha de 2005 foi a única levada a cabo neste sítio. Contudo, uma grande área foi estudada e o material coletado foi submetido a estudos tecnotipológicos que serão apresentados em dissertação de mestrado no MAE-USP. Considerando as sondagens e a campanha realizada, foi escavada uma área de aproximadamente 550 m<sup>2</sup> e coletados 17.890 fragmentos cerâmicos e diversas lascas de quartzo que aparentemente foram obtidas por percussão unipolar.

## 8- (ZM-CG-01)

Localizado a 780m de altitude, o sítio Córrego do Maranhão pertence ao Distrito de Alvorada, área rural do Município de Carangola, próximo às margens da MG 182, coordenadas 23K 796001 - 7704594 (UTM).

Foi identificado e registrado na década de 80 pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tania Andrade Lima do Museu Nacional / UFRJ. No ano de 2006 a equipe do MAEA realizou o primeiro estudo sistemático deste sítio, ocasião em que foram coletados aproximadamente 17.000 fragmentos cerâmicos em uma área de cerca de 65.000 m<sup>2</sup>. Assim como os sítios anteriores também é um sítio tipo lito-cerâmico-colinar.

Trata-se de sítio assentado em uma colina alongada, com uma grande área semi-plana em seu cume. (Fotos 27 - 32) As vertentes são íngremes em todos os sentidos. Uma grande feição doliniforme no sentido leste/oeste, apresenta-se quase que no centro deste platô, com 56m de diâmetro e 2m de profundidade (Vide Planta 8). Outro elemento de destaque que compõe a paisagem do em torno da área, é um “pontão gnáissico” tipo “monadnoks rochosos”, localizado a sudoeste do sítio, cerca de 5km no distrito de Barroso (Foto 29).

Nascentes, córregos, depósitos de argila e afloramentos gnáissicos e graníticos e uma pequena queda d'água (perene) fazem parte da paisagem. O curso d'água mais significativo é o Córrego Maranhão que corre de noroeste a sudeste acompanhando a MG 182 a 200m do sítio.

Levantamentos preliminares consideraram a área do sítio como todo o topo da colina, ou seja, aproximadamente 65000 m<sup>2</sup>. Atualmente a área é utilizada para plantio de café e parte da vertente noroeste é composta por fragmento de mata em estado inicial de regeneração.

## 9- (ZM-ME-01)

O Sítio Córrego de Areia foi identificado e registrado no ano de 2005. Pode ser caracterizado como lito-cerâmico colinar a céu aberto e unicomponencial. Foi estudado em 2006 pela equipe do MAEA e considerado praticamente destruído tendo em vista as atividades de plantio direto realizadas pelos proprietários das terras.

O sítio cuja alcunha é a mesma do lugarejo onde foi localizado, se encontra a aproximadamente 10km do perímetro urbano do município de Mar de Espanha. Situa-se a uma altitude 366m, nas coordenadas 23K 710869 - 7576992 (UTM), em vertente suave, a sul de uma colina tipo “meia laranja”, em área de aproximadamente 64730 m<sup>2</sup>. (Vide Planta 9)

De grande realce na paisagem são as formações rochosas a leste, nordeste e noroeste. Trata-se de formações gnáissicas com altitudes acima de 600m, com vertentes muito íngremes, tipo escarpas, formando verdadeiros paredões rochosos. (Fotos 33 - 35) Mais conhecida na região é a “Pedra da Vovó”, um “pontão gnáissico” em forma de “monadnoks rochosos”, a menos de 300m em linha reta, a nordeste do sítio. (Foto 34)

Também visíveis, são as feições doliniformes: a primeira no setor 1 com 120m de diâmetro por 6m de profundidade e a segunda no setor 2 também com 120m de diâmetro por 5m de profundidade. Nas áreas mais baixas da colina, é evidente a presença de nascentes, pequenos córregos e depósitos de argila. Além dos afloramentos de gnaisse e granito, há também grande quantidade de rochas do tipo mármore.

O curso d’água mais significativo é representado pelo Córrego da Areia, cerca de 400m de distância. Um pequeno curso d’água que não oferece nenhuma possibilidade de navegabilidade.

Nas imediações deste sítio foram registradas duas ocorrências de arte rupestre em abrigos sob rocha. Uma delas se encontra a menos de 500m do sítio em paredão rochoso de 603m de altitude.

Nas vertentes menos acentuadas dos paredões observa-se a presença de fragmentos de mata em estágio de regeneração. Atualmente a área do sítio é utilizada para agricultura que

sofre constantes impactos do plantio direto. Como resultado das escavações foram coletados 344 fragmentos de cerâmica, algumas lascas de quartzo e escavados 14 m<sup>2</sup>.

#### 10- (ZM-ME-04)

O sítio Vista Alegre foi identificado e registrado em fevereiro de 2007 pela equipe do MAEA, durante os trabalhos de escavação no sítio Córrego de Areia. Também pode ser caracterizado como lito-cerâmico colinar a céu aberto e ainda não sofreu nenhuma intervenção arqueológica.

Encontra-se a 1km do centro do município de Mar de Espanha nas coordenadas 23K 704130 – 7579562 (UTM). Quanto a sua implantação no relevo, o sítio localiza-se nas vertentes noroeste e sudoeste da colina com altitude de 482m, em área destinada a agropecuária e à plantação de eucalipto. (Fotos 36 – 38)

A visualização do material evidenciado na estrada de acesso à casa e durante a plantação de eucalipto sugere uma área de pelo menos 65475 m<sup>2</sup> de ocupação. (Vide Planta 10) Elemento de destaque na composição da paisagem é Rio Cágado que corre de norte a sudeste da colina, a uma distância de 100m. Este rio apresenta variações de profundidades e largura, mas proporciona boas condições de navegabilidade para pequenas embarcações. O acesso a este curso d'água é facilitado pelas encostas mais suaves localizadas a norte.

A porção que vai de nordeste a noroeste apresenta uma grande área de baixada (bacia de inundação) com pequenos fragmentos de mata ciliar. O relevo do entorno, de oeste a norte apresenta colinas com altitudes que variam entre 500 e 700m com fragmentos de mata em estágio inicial de regeneração.

Nascentes, córregos, depósitos de argila e afloramentos graníticos e de gnaiss também estão presentes na área, compondo o mosaico de aspectos físicos disponíveis.

#### 11- (ZM-CD-02)

Quando identificado pela equipe do MAEA o sítio Verônica já estava registrado na base da dados do IPHAN/MG e pode ser caracterizado como lito-cerâmico colinar a céu aberto. Se encontra na área rural do Município de Chiador, nas coordenadas 23K 704513 - 7564914 (UTM), com 270m de altitude. Situa-se em topo de colina às margens de estrada vicinal que circunda a área do sítio de sudeste a noroeste. (Fotos 39 - 42)

Tomando por base a dispersão do material arqueológico espalhado na superfície, os levantamentos iniciais supõem que o sítio tenha aproximadamente 6000m<sup>2</sup>. Fazendo parte da composição dos aspectos físicos da área, identificamos nascentes, córregos, depósitos de argila, afloramentos de granito e gnaisse.

O curso fluvial mais significativo é o rio Paraíba do Sul do qual dista 2,3km e o rio do Macuco a cerca de 360m do sítio. Nas imediações verificam-se colinas com altitudes acima de 400m que apresentam em seus topos e encostas fragmentos de mata em estágio avançado de regeneração. Atualmente, parte da área é utilizada para pecuária com vegetação tipo gramínea, sendo que nas faces sudeste, sul e sudoeste observa-se uma vegetação tipo capoeira.

## 12- (ZM-LD-01)

O sítio dos Coqueiros trata-se de um sítio tipo lito-cerâmico colinar a céu aberto e foi identificado no ano de 2003 pela equipe do MAEA. Ainda não sofreu nenhuma intervenção arqueológica. Parte do sítio foi impactada pela instalação de cabos de fibra ótica pela empresa TELEMAR na década de 90.

Está localizado na comunidade de Manejo, área rural de Lima Duarte, a 780m de altitude, às margens da BR/267, nas coordenadas 23K 633980 - 7588374 (UTM). (Fotos 43 – 44)

Este sítio encontra-se alojado em uma colina de topo aplainado com distância inferior a 550m, em linha reta, das margens do Rio do Peixe. Este curso d'água corre de norte para oeste, com larguras oscilando entre 20 e 40m, profundidades variáveis, dependendo da estação do ano, propiciando ótimas condições de navegabilidade em pequenas canoas. Em alguns pontos nas margens do rio são comuns os fragmentos de mata ciliar. A parte mais baixa do terreno, de norte a noroeste, está sujeita às cheias do rio, o que forma uma grande área de várzea. A área do em torno do sítio está bem servida de nascentes e pequenos córregos com alguns depósitos de argila. Afloramentos de granito e gnaisse só foram identificados em distâncias maiores.

As colinas adjacentes, em todas as direções possuem altitudes superiores a 800m e algumas apresentam fragmentos de mata em regeneração em suas encostas. Atualmente a área do sítio está sendo utilizada para agropecuária. Tomando-se por base a dispersão do material

cerâmico em superfície, os cálculos preliminares estimam que a área do sítio é maior que 60000m<sup>2</sup>.

### 13 - (ZM-GU-01)

O sítio Estiva foi identificado e registrado pela equipe do MAEA no ano de 2000. Trata-se de um sítio lito-cerâmico colinar a céu aberto e que ainda não sofreu nenhuma intervenção arqueológica.

Situa-se em área rural cerca de 2,5km do centro urbano do município de Guarani, nas coordenadas 23K 701957 – 7635715 (UTM). (Fotos 45 - 47) Está implantado em topo de colina, aplainada, com destaque para uma feição doliniforme no centro com aproximadamente 130m de diâmetro e 5 de profundidade no lado SW.

Com base na dispersão do material arqueológico em superfície, estima-se que o sítio abrange uma área de aproximadamente 66000 m<sup>2</sup>. (Vide Planta 11) Um dos elementos de importância na composição da paisagem é o Rio Novo que dista a menos de 100m de distância, correndo de NE a S. O acesso a este curso d'água é possível pela vertente SE com declives mais suaves. Nesta altura do rio, o mesmo apresenta larguras de até 40m e profundidades flexíveis que propiciam navegabilidade de pequenas canoas. A Serra do Relógio, a SE, também é elemento de imponência na paisagem. Pequenos córregos, nascentes, depósitos de argila e afloramentos de granitos e gnaisses são observados nas adjacências.

O relevo nas imediações, nas porções N, NW, W e SW, está caracterizado por colinas de altitudes menores e topos aplainados. Algumas destas apresentam fragmentos florestais em estágio inicial de regeneração. Atualmente parte da vegetação da área é a *brachiaria decubens*, destinada á pastagem, e parte utilizada para cultivo do fumo e milho.

### 14- (ZM-GU-02)

O sítio Novo Horizonte também foi identificado e registrado pela equipe do MAEA no ano de 2000. Pode ser considerado com um sítio lito-cerâmico colinar a céu aberto e que ainda não sofreu nenhuma intervenção arqueológica.

Localizado na área rural do município de Guarani, a 2km da área urbana, o sítio Novo Horizonte está também implantado em topo de colina com altitude próxima de 488m,

coordenadas 701957 - 7635717 (UTM). (Fotos 48 - 47) Partindo-se da dispersão do material arqueológico em superfície, estimamos que a área do sítio deva ter em torno de 45000m<sup>2</sup>.

Situada a sudeste, cerca de 11,5km, em linha reta, está a Serra do Relógio como componente de destaque da paisagem. Nascentes, córregos, depósitos de argila e afloramentos de granito e gnaisse também fazem parte dos aspectos físicos da área. Neste mister, o Rio Novo é o curso d'água mais importante. Este corre de sul para noroeste e se encontra a menos de 100m da colina onde se insere o sítio arqueológico. O Rio Novo possui larguras oscilando entre 20 e 30m, profundidades variáveis de acordo com o período do ano e ótimo potencial de navegabilidade para embarcações de pequeno porte, tipo canoas. A vegetação das cercanias se encontra em franco estágio de recuperação, principalmente a colina localizada a oeste que está praticamente tomada por um fragmento de mata em avançado grau de regeneração. Atualmente a área direta do sítio é utilizada para agricultura e a utilização do plantio direto tem destruído consideravelmente os vestígios em superfície.

### 15- (ZM-GU-03)

O sítio Capela foi identificado e registrado pela equipe do MAEA em julho de 2007. Trata-se de um sítio lito-cerâmico colinar a céu aberto e que ainda não sofreu nenhuma intervenção arqueológica. O sítio está bastante preservado, no entanto, correndo sérios riscos de destruição, tendo em vista projetos imobiliários de loteamento do mesmo.

Este sítio situa-se a poucos metros do centro urbano do município de Guarani, nas coordenadas 23K 701470 – 7636695 (UTM). Está implantado em topo de colina a 430m de altitude e com vestígios identificados nas vertentes L e NW. (Fotos 50 – 52).

Aspecto de destaque na paisagem é a proximidade com o Rio Novo, cerca de 200m, que margeia a colina de NE a S. O acesso mais fácil a este curso d'água é possível pela vertente SE que possui declives mais suaves. A Serra do Relógio, localizada a aproximadamente 10km a SE, é outro elemento de destaque no relevo da paisagem.

As características deste sítio juntamente com os dois anteriores são praticamente idênticas, tendo a vista que, estão cerca de 1 Km de distância um do outro, formando uma seqüência de ocupação da área.

## 16- (ZM-GD-01)

O sítio Cemitério foi identificado no ano de 2006 durante a realização do Projeto de Educação Patrimonial realizado no Município de Cataguases/MG. Trata-se de sítio com características lito-cerâmico colinar a céu aberto e que ainda não foi pesquisado sistematicamente pela equipe do MAEA.

Situa-se em topo de colina no lugarejo de Três Vendas, atual Monumento de Guido Marliere, a 7,5km do município de Guidoal, coordenadas 23K 728484 – 7651729 (UTM). Encontra-se a 295m de altitude, cerca de 150m do rio Xopotó, este localizado a oeste da vertente mais íngreme. O rio corre de norte para sudoeste, com larguras entre 20 a 30m, profundidades variáveis e trechos com corredeiras. (Fotos 53 - 56)

No em torno foram encontradas poucas nascentes, um pequeno córrego, ausência de depósitos de argila e afloramentos de granito e gnaiss. As vertentes, em todas as direções, são bastante acentuadas, o que dificulta o seu acesso.

Análises preliminares, baseadas na dispersão dos cacos de cerâmica, estimam que a área direta do sítio é de aproximadamente 30000m<sup>2</sup>. (Vide Planta 13) As colinas do em torno possuem altitudes inferiores a 300m, o que proporciona uma visão panorâmica de 360 graus. Na direção sudeste é possível vislumbrar uma cadeia de altas colinas pertencentes à “Serra da Onça”, limite do município de Cataguases. Atualmente o local é utilizado para a agropecuária, sendo a vegetação predominante o *Brachiaria Decubens*.

## 17- (ZM-BB-01)

O sítio São Felipe foi identificado em fevereiro de 2007 durante os trabalhos de prospecção arqueológica objetivando a renovação da Licença de Operação (EIA/RIMA) da dutovia REDUQUE/RJ - REGAP/MG (PETROBRAS). Pode ser considerado um sítio lito-cerâmico colinar a céu aberto e que ainda não sofreu nenhuma intervenção arqueológica.

Este sítio encontra-se em terras da Fazenda São Felipe, aproximadamente 300 metros da margem esquerda do rio Preto (23K 0655736 / 7559199), no município de Belmiro Braga. (Fotos 57 - 59)

O Sítio que recebe o mesmo nome da fazenda onde está localizado, encontra-se em patamar de vertente de colina alongada com declividade suave. Os vestígios cerâmicos e

líticos foram visualizados essencialmente no solo revolvido pela implantação dos dutos da Petrobras.

As colinas próximas apresentam fragmentos de mata nativa em estágio avançado de recuperação. Elemento de destaque na paisagem é uma pequena ilha, que se forma no Rio Preto, a NE da colina onde se encontram os vestígios arqueológicos. Pequenas nascentes e córregos foram identificados nas imediações. Entretanto, não podemos informar sobre a existência de depósitos de argila ou afloramentos rochosos, tendo em vista que este sítio ainda não foi estudado mais detalhadamente.

### 18- (ZM-LE-01)

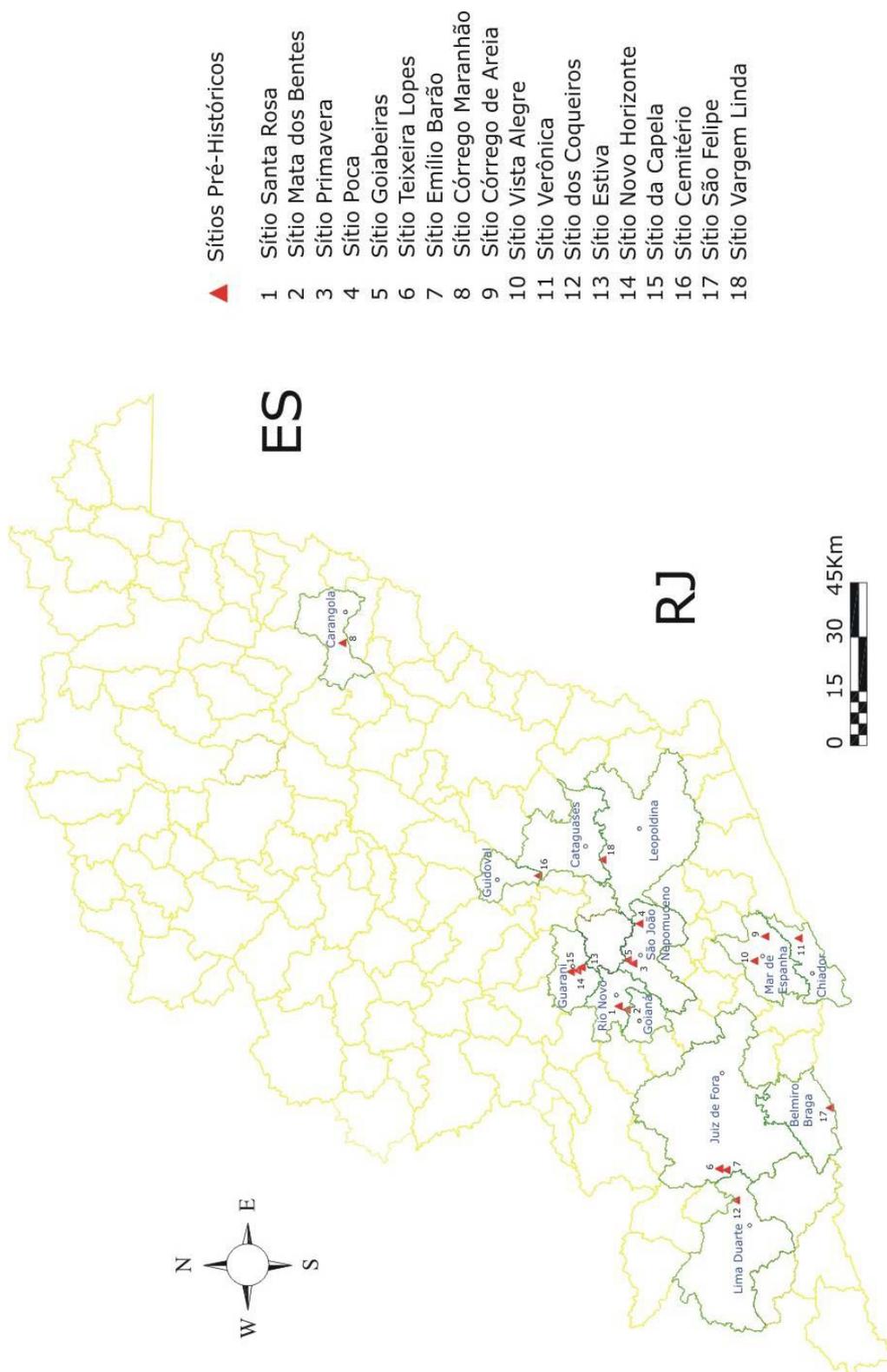
O Sítio Vargem Linda foi identificado na década de 90 pela Prof. Dr. Lilia Kneip / UFRJ e estudado sistematicamente pela sua equipe. Tratava-se de um sítio tipo lito-cerâmico colinar a céu aberto que posteriormente foi destruído por obras de terraplanagem. Encontra-se nas coordenadas 23K 0736510 / 7624540 (UTM), área rural do município de Leopoldina, a uma altitude de 259m. (Fotos 60 - 61)

Até o momento este é o sítio situado nas menores altitudes se comparado com os outros identificados na região. O curso d'água mais próximo é o rio Pardo que corre de sudoeste a nordeste. À leste, até as margens do rio, cerca de 100m, destaca-se uma grande área de vargem, que é inundada em períodos de cheia, utilizada atualmente para plantio de arroz. Devido a esta proximidade o Vargem Linda quase que se insere em um terraço fluvial. Outro aspecto interessante é que as colinas do em torno não ultrapassam a 400m de altitude apresentando fragmentos de floresta em estágio inicial de regeneração. Depósitos de argila, nascentes, córregos e afloramentos de gnaiss e granito também são observados na região.

Tabela 1 - Síntese dos dados

Sítio	UTM	Altitude	Área	Datação	F.Doliniforme	Monadnoks	Distância de rios
ZM-RN-01 Santa Rosa	693099 7622591	481m	58807m <sup>2</sup>	800AP	55m diâmetro 2m profundidade	Serra do Relógio	400m
ZM-RN-02 Mata dos Bentes	690224 7620010	440m	2899m <sup>2</sup>	1300AP	Não estudado	Não identificado	400m
ZM-JN-01 Primavera	702618 - 7617899	590m	3517m <sup>2</sup>	700AP	Ausente	Serra do Relógio	3,1Km
ZM-JN-02 Poca	713452 7615863	493m	1738m <sup>2</sup>	700AP	Ausente	Não identificado	1,2Km
ZM-JN-05 Goiabeira	704452 7619650	415m	51654m <sup>2</sup>	-	Imediações	Serra do Relógio	1,2Km
ZM-JF-01 Teixeira Lopes	643259 7591633	678m	20590m <sup>2</sup>	585AP	Ausente	Pedra da Saudade	500m
ZM-JF-02 Emílio Barão	643391 7591053	691m	17200m <sup>2</sup>	530AP	Ausente	Pedra da Saudade	400m
ZM-CG-01 C. Maranhão	796001 7704594	780m	65000m <sup>2</sup>	1600AP	56m diâmetro 2m profundidade	Barroso	200m*
ZM-ME-01 Córrego de Areia	710869 7576992	366m	64730m <sup>2</sup>	920AP	120m diâmetro 6m profundidade	Pedra da Vovó	200m*
ZM-ME-04 Vista Alegre	704130 7579562	482m	65475m <sup>2</sup>	-	Ausente	Não identificado	100m
ZM-CD-02 Verônica	704513 7564914	270m	6000m <sup>2</sup>	-	Não estudado	Não identificado	400m
ZM-LD-01 Coqueiros	633980 7588374	720m	10000m <sup>2</sup>	700AP	Não estudado	Não identificado	550m
ZM-GU-01 Estiva	701957 7635715	490m	66881m <sup>2</sup>	485AP	130m diâmetro 5m profundidade	Serra do Relógio	100m
ZM-GU-02 Novo Horizonte	701957 7635717	488m	45160m <sup>2</sup>	-	Ausente	Serra do Relógio	100m
ZM-GU-03 Capela	701470 7636695	430m	-	-	Não estudado	Serra do Relógio	200m
ZM-GD-01 Cemitério	728484 7651729	295m	30505m <sup>2</sup>	-	Ausente	Serra da Onça	150m
ZM-BB-01 São Felipe	655736 7559199	480m	-	-	Não estudado	Não identificado	500m
ZM-LE-01 Vargem Linda	0736510 7624540	259m	-	565AP	Não estudado	Não identificado	100m

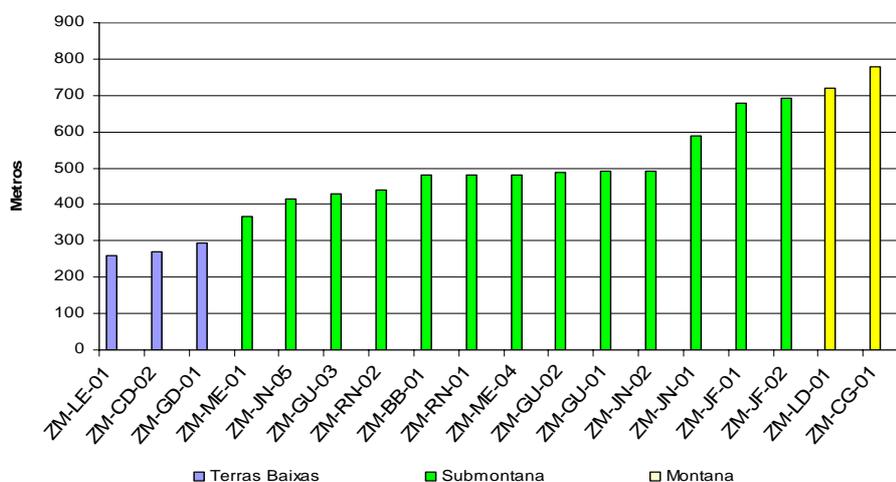
\* cursos d'água não navegáveis



Mapa. 6: implantação dos sítios nos municípios da Zona da Mata mineira

Voltando-nos para as populações pretéritas da Zona da Mata mineira, aquelas que possivelmente habitaram os sítios arqueológicos acima descritos, percebemos que estes grupos viviam numa configuração fitofisionômica completamente distinta da atual. Como visto anteriormente, nos estudos da Ecologia da Paisagem e mais precisamente da Arqueologia, o ambiente é fundamental à compreensão de muitos aspectos da vida e da relação que estas populações estabeleciam entre si e o meio. De modo geral, a potencialidade de cada ambiente implica em um recurso em si, mesmo que determinados gêneros de plantas e animais não fossem aproveitados por algum motivo cultural, o que não implica que todo um conjunto ou unidade ecossistêmica fosse rejeitado nas decisões de exploração. A maior ou menor quantidade de recursos nos diversos ambientes, a sua periodização e os seus limites é fonte de dados fundamentais à formulação de hipóteses sobre os relacionamentos humanos e de certa forma, corroboram as possibilidades de compreensão sobre os processos de ocupação de nosso território muito antes da chegada dos colonizadores. Contudo, estes estudos precisam ser levados a cabo de modo minucioso com a participação de palinólogos, arqueozoólogos arqueobotânicos e geólogos entre outros, os quais extrapolariam em muito os propósitos dessa pesquisa. Possível de se relacionar no momento são as altitudes e tipos de vegetações próprias desses biomas. No caso da Zona da Mata mineira OLIVEIRA-FILHO (2006:16) especifica que as florestas nas latitudes ao sul de 16° estão limitadas da seguinte forma: altitudes inferiores a 300m teremos as florestas de terras baixas, de 300 a 700 teremos a submontana, de 700 a 1100 baixo Montana e acima de 1100 alto Montana. Vide gráfico 1:

Gráfico 1. Altitudes dos Sítios X Tipos de Florestas



De fato, as bases para esse entendimento são recentes na região. Não podemos perder de vista que o primeiro projeto que teve e ainda tem por objetivo um estudo sistemático dos sítios arqueológicos na Zona da Mata mineira tem apenas sete anos e os primeiros resultados são ainda insipientes frente à riqueza de informações que carecem de sistematizações. De toda sorte, algumas generalizações foram possíveis, principalmente aquelas relacionadas à implantação dos sítios na paisagem, que de certo modo, se coadunam em uma classificação lito-cerâmica-colinar, unicomponencial, pré-colonial e tecnologicamente falando, pertencente à tradição arqueológica Tupiguarani.

Um dos primeiros trabalhos que buscou apresentar o padrão de assentamento Tupiguarani foi desenvolvido no sul do Brasil por SCHMITZ e BROCHADO. (apud PEIXOTO, 1995) Utilizando datações do C<sup>14</sup> foi possível verificar que os sítios mais antigos estão longe dos rios principais, com aldeias pequenas e com pouca quantidade de material cerâmico. Em um segundo momento, há uma ocupação nas margens de grandes rios, com sítios grandes e uma quantidade enorme de material cerâmico, apresentando sepultamento em urnas funerárias. Por último, entre os séculos XIV e XVII, há um afastamento dos grandes rios, se estabelecendo novamente em pequenas aldeias e em áreas de difícil acesso.

Analisando os resultados das datações, por TL<sup>2</sup> obtidas em materiais oriundos de nossos sítios, relacionando-os às informações sobre as proximidades dos rios, acreditamos não ser possível, no momento, inferir se as implantações de sítios correspondem, como os autores citados acima, a um período específico ou mudanças, visto que as datações oferecidas mantêm certa homogeneidade. Se considerarmos as datações mais antigas obtidas nos sítios Córrego do Maranhão (ZM-CG-01), Córrego de Areia (ZM-ME-01) e Mata dos Bentes (ZM-RN-02) estas não nos permitem maiores inferências correlativas à diversidade do padrão de assentamento. Como dito anteriormente, nossos sítios apresentam grande homogeneidade nesse sentido, a exceção se dá apenas nos sítios que sugerem sua implantação em terraço

---

<sup>2</sup> Termoluminescência – Técnica de Datação Absoluta. As imperfeições na estrutura dos cristais retêm elétrons que emitem luz, quando os mesmos são aquecidos. A quantidade de luz, quando os mesmos são aquecidos. A quantidade de luz emitida depende de três fatores: número de imperfeições no cristal; potência da radiação a que foi exposto; e tempo de exposição. O segundo destes fatores pode ser medido diretamente da amostra analisada, e o primeiro, analisando-se de novo, depois de submetê-la a uma fonte de radioatividade de potência conhecida. Desta forma, pode-se calcular o terceiro e último fator, ou seja, o tempo transcorrido desde que o cristal foi aquecido pela última vez. (Bray & Trump, 1970 apud SOUZA, 1997)

fluvial, que são o ZM-JF-01 e o ZM-JF- 02. Nos gráficos abaixo são apresentadas as relações entre datações e distâncias dos sítios e os cursos d'água no gráfico 2 e altitudes no gráfico 3:

Gráfico 2 – Distância de cursos d'água X Datações (TL)

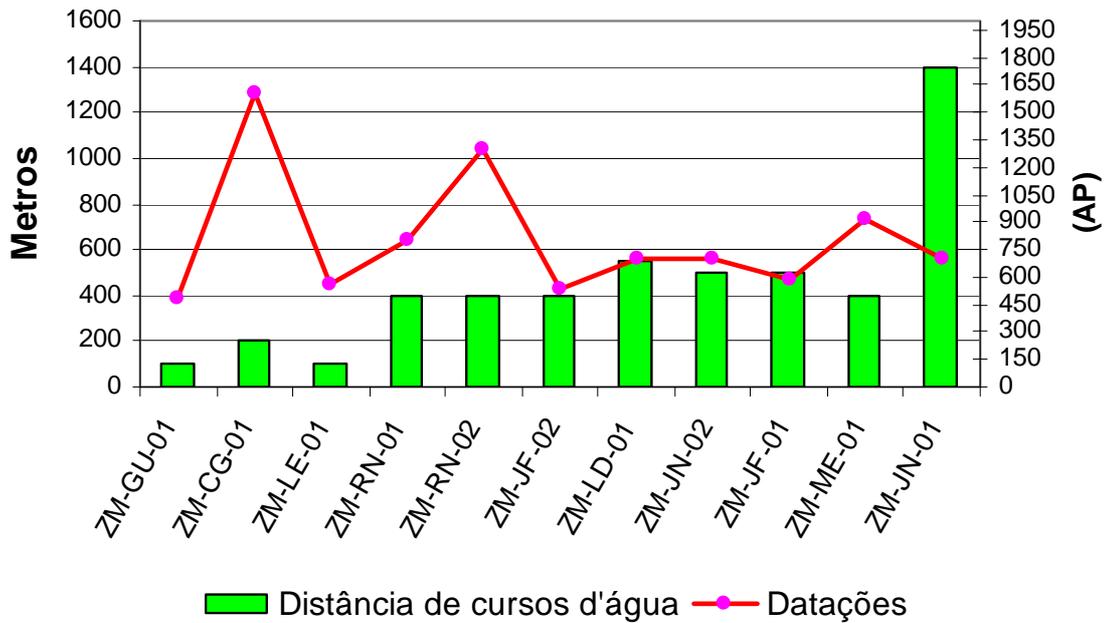
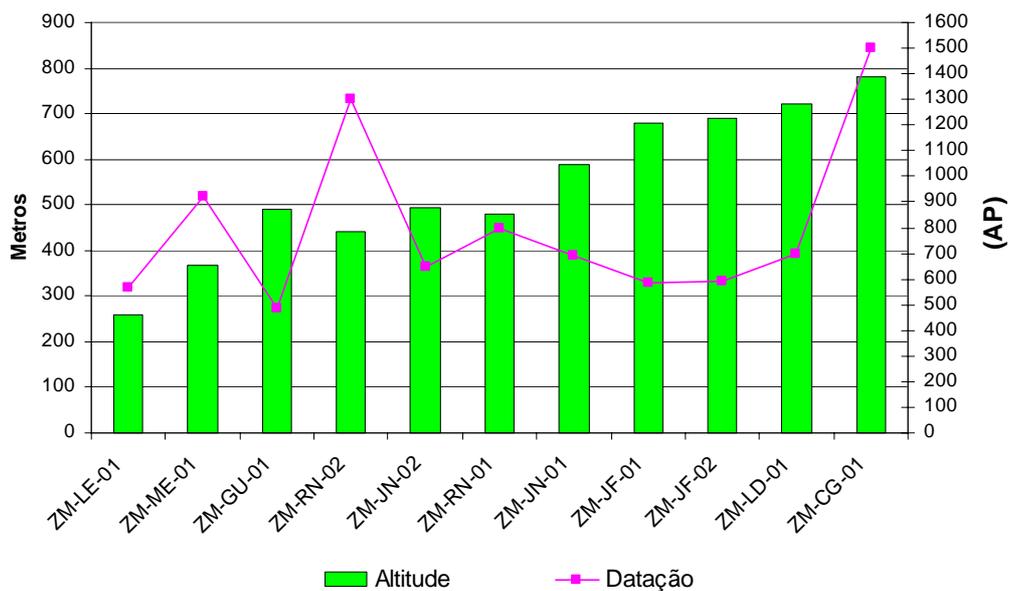


Gráfico 3 – Altitudes dos Sítios X Datações



Estudos realizados por Brochado (*apud* PEIXOTO, 1995:17) demonstraram a adaptabilidade dos grupos portadores da cerâmica Tupiguarani a vários ambientes, embora o preferido tenha sido a floresta tropical e subtropical úmida:

... en todos los movimientos, sea hacia el Noroeste, sea hacia el Suroeste, que realizaron los Tupiguarani hacia afuera de la selva subtropical o tropical húmeda, se observa su adaptación progresiva a ambientes con cada vez menos lluvias y estaciones seca más prolongadas.

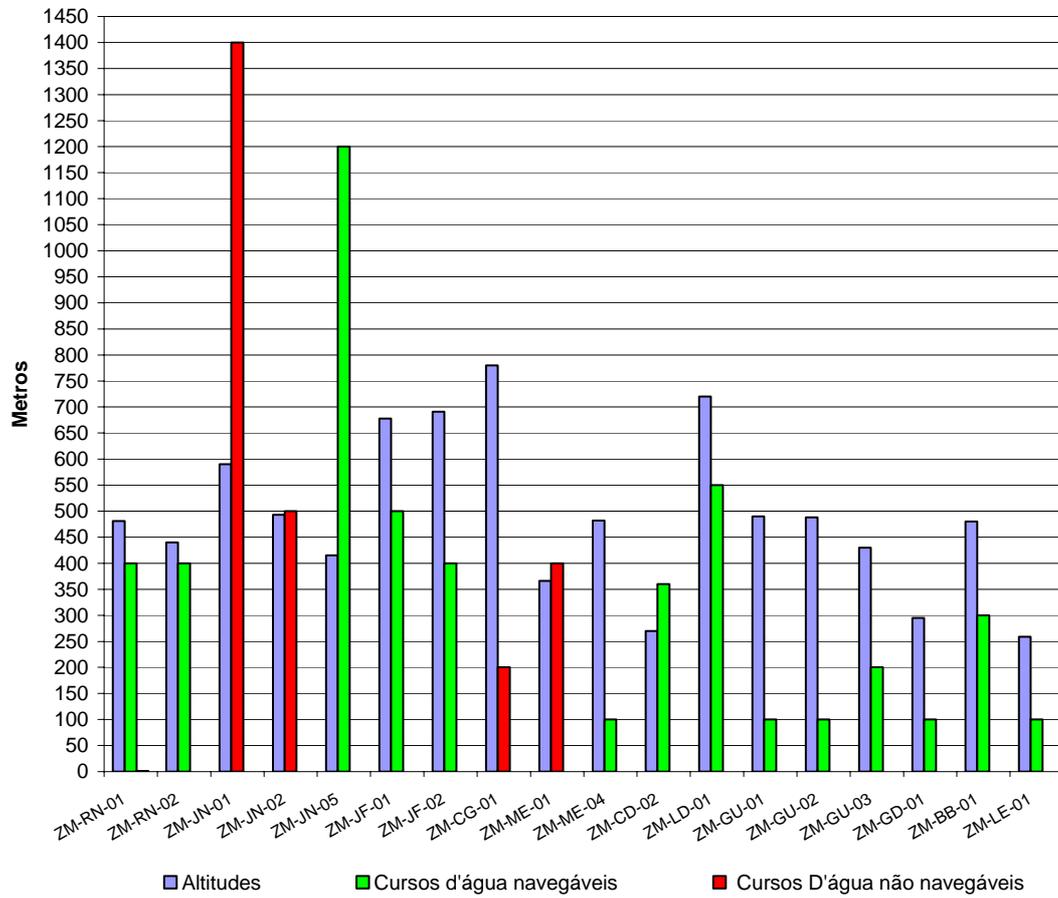
Do mesmo modo, PROUS (1992:371-425) faz algumas considerações em relação aos aspectos ambientais preferenciais dos grupos da tradição cerâmica Tupiguarani,

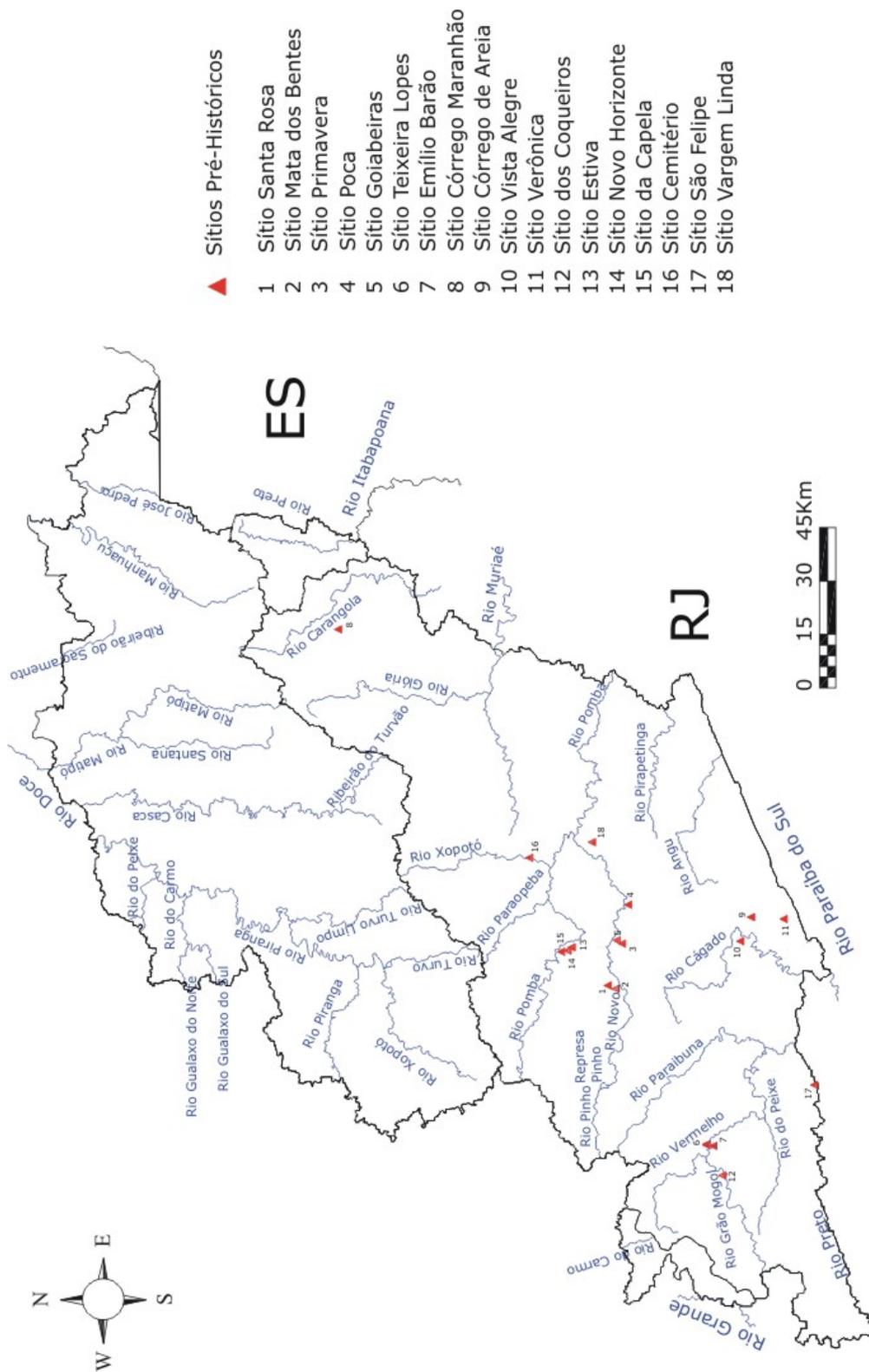
Em primeiro lugar, verifica-se que este grupo, em perpétua expansão, nunca se interessou em progredir nas regiões secas atualmente (onde existem sítios, há um mínimo de um metro de precipitação anual); também não se adaptaram às terras frias, de altitude ou de latitude; jamais ficaram onde há mais de cinco dias de geada noturna por ano; evitaram as regiões acidentadas, havendo raríssimos indícios de sua presença em altitudes superiores a 400 metros acima do nível do mar; em compensação, sempre são encontrados a curta distância dos rios navegáveis, em zonas de mata (PROUS, 1992:373).

Já os trabalhos realizados pela equipe do MAEA têm mostrado outras características dos assentamentos, principalmente no que diz respeito à implantação dos sítios na paisagem, considerando colinas de maior altitude e as distâncias dos rios navegáveis. De acordo com LOURES OLIVEIRA (2004) “... o sistema de assentamento dos sítios identificados se assemelha em sua maioria, sobretudo, por sua localização em topos de colinas, com altitudes entre 400 e 700m e declives variáveis”, vide gráfico 4.

A proximidade com rios é mais uma marca registrada dos sítios de tradição Tupiguarani, sendo, desta feita, considerados por muitos pesquisadores da área, como sendo de povos canoieiros. Nas regiões da Zona da Mata e Sul de Minas Gerais temos registro de três canoas encontradas nos Municípios de Rio Novo, Carangola e Serranos

Gráfico 4 – Altitudes dos sítios X Distância cursos d’água (navegáveis e não navegáveis)





Mapa. 7: implantação dos sítios próximos aos rios

## Feições doliniformes e pontões gnáissicos

Se considerarmos os estudos etnográficos atuais que tratam da diversidade de percepções que nações indígenas possuem sobre o meio natural, podemos inferir que é bem diverso da perspectiva moderna ocidental que considera o ambiente de modo objetivo. Muitas populações indígenas em sua concepção de mundo se inserem numa cadeia de relações tróficas, seja no âmbito das técnicas, das formas de organização social e dos atributos simbólicos conferidos à esse todo (VIVEIROS DE CASTRO, 1996; DESCOLA, 1998 e MANO, 2006).

A despeito das diferenças em sua organização interna, todas essas cosmologias têm como característica comum não fazer distinções ontológicas taxativas entre os humanos, de um lado, e um bom número de espécies animais e vegetais de outro. A maioria das entidades que povoam o mundo são ligadas umas às outras num *continuum* animado por princípios unitários e governado por um regime idêntico de sociabilidade. (DESCOLA, 1998:120)

Logo, outra variável pertinente aos estudos da relação homem e meio ambiente é a percepção e concepção de mundo, de conteúdo subjetivo, ou seja, o espaço territorial. O processo de ocupação da floresta tropical pelas populações pré-coloniais se deu não só pela capacidade de aproveitamento dos recursos que o ambiente oferecia como a caça, a pesca, a coleta e a agricultura itinerante da floresta, mas também pela configuração morfodinâmica da área, como a topografia do terreno e a existência de cursos d'água navegáveis. (MANO, 2006)

Com base na Geografia Cultural, ciência que estuda as relações entre o homem e a natureza e, por conseguinte, muito utilizada pela Arqueologia da Paisagem, o espaço é compreendido aqui como a estrutura morfodinâmica que sustenta a paisagem, que pode ser natural ou artificial na medida em que são criações ou construções humanas. Logo, mais do que um suporte físico, o espaço constitui uma forma social plena de sentidos na relação estabelecida com o homem.

Os objetos geográficos têm uma significativa contribuição para a afirmação do imaginário, haja visto que se incorpora na vida cotidiana e coletiva de forma tal que as práticas sociais lhe conferem um valor simbólico. As paisagens naturais com todos os seus elementos físicos assim como as paisagens artificiais, aqueles frutos da construção humana, consubstanciam em imagens e representações da alma coletiva. Os lugares estão carregados de afetividades e simbologias

para um determinado indivíduo, que também fazem parte do imaginário coletivo. (SILVA JR, 2000)

O espaço é, portanto, a relação da configuração natural que são os suportes físicos como forma, posição, distância, direção e diversidade de direção, com a percepção humana. Neste sentido, tanto o território e o lugar são categorias conceituais de caráter subjetivo, construídos pelas práticas sociais realizadas no espaço ao qual são conferidos atributos simbólicos.

Nesta perspectiva, podemos citar como exemplo, a forma de apreensão dos espaços pelos Maxakali, povo indígena do tronco lingüístico macro-jê que habita o Vale do Mucuri, Estado de Minas Gerais. Sem pretender uma relação direta com os povos Tupi pré-históricos, a intenção ao apresentar estes dados é demonstrar a diversidade de percepção de mundo e a construção do espaço no contexto de uma cosmologia, sobre os afloramentos rochosos e os terraços colinares.

Em consideração ao pensamento de infinitude dos Maxakali é que opto por uma perspectiva de continuidade e ao mesmo tempo de intersecção entre o que seria o início e o fim. A imagem que evoca essa mediação no contexto ambiental do grupo é o ponto que limita Céu e Terra, *coincidentia oppositorum*. No conjunto paisagístico do território Maxakali esse ponto de encontro é composto pelo arranjo de mares de morros e colinas, materializando a montanha sagrada, *Mikax xap*, que toca o céu no horizonte. É nesse ponto que o sol nasce e morre todos os dias. (...) É também o ponto onde os *yamĩy* se unem aos homens para partilharem da vida na terra. É a conjunção de dois pólos, o visível e o invisível, a dimensão do sagrado e do profano. Conjunção realizada em um movimento verticalizante. (MONTEIRO OLIVEIRA, 2006)

Extrapolando as interpretações para o contexto da Zona da Mata mineira, podemos inferir que, a presença dos pontões gnáissicos que circundam boa parte dos sítios arqueológicos pode ter constituído referencial simbólico e imagético da coletividade dos grupos que aqui habitaram.

Outro aspecto que tem chamado bastante a atenção é a ocorrência de feições doliniformes.<sup>3</sup> Dos 20 sítios da Tradição Tupiguarani registrados na Zona da Mata mineira,

---

<sup>3</sup> De fundamental importância, neste momento, é externar que o se entende por feição doliniforme neste trabalho de forma alguma deverá ser relacionada à formação geológica conhecida por Dolina definida como uma “depressão peculiar dos terrenos calcários, mais ou menos circular, mais larga do que funda, resultante da

quatro deles apresentam esta característica.<sup>4</sup> As feições possuem, de modo geral, dimensões que variam entre 50 e 130m de diâmetro, com profundidades entre 2 e 6m. Não há uniformidade quanto ao formato, algumas são circulares, outras ovaladas e em formato de cela. Quase sempre apresentando em seu em torno, material cerâmico disperso na superfície e muito raramente em seu interior.

Informações sobre a formação de feições doliniformes são ainda muito escassas, e para a Zona da Mata mineira não conseguimos qualquer notícia a respeito. Sobre sua ocorrência em contexto arqueológico o quadro se apresenta mais satisfatório, pelo menos para outras regiões do país. Existem trabalhos que relacionam tais estruturas a casas subterrâneas na região Sul, no Estado de São Paulo e até mesmo no sul de Minas Gerais. Entretanto, nestes trabalhos as mesmas são descritas como possuindo diâmetros bem inferiores aos encontrados em nossa região e muitas vezes relacionadas a casas subterrâneas.<sup>5</sup>

Relevantes aqui são os estudos de ARAUJO (2001); KAMASE (2002), que tratam das feições doliniformes no alto Paranapanema (SP), o trabalho de AFONSO e MORAIS (2002) na Bacia do Ribeira de Iguape (SP) e tantos outros levados a cabo pela equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas/RGS em casas subterrâneas, coordenada por SCHMITZ (2002), que embora não seja o caso das formações encontradas nos sítios da Zona da Mata mineira, servem de referência para ilações sobre sua função e possíveis significados.<sup>6</sup> Outro fator que impede

---

dissolução das rochas carbonatadas por ação das águas pluviais. As dolinas podem ter formas diferentes, em concha, em selha, em funil, dissimétricas, etc. No fundo delas acumulam-se, muitas vezes, argilas residuais, provenientes da dissolução do calcário (terra rossa); em virtude da impermeabilidade das argilas, a água mantém-se aí, o que permite a instalação de culturas agrícolas”. <http://www.dct.fct.unl.pt/GGeo/GG1244-1280.html#1250> - glossário geológico – em 09/10/2006

<sup>4</sup> É importante salientar que a paisagem do em torno dos sítios não foi analisada com vistas à observação dessas feições. No caso do Sítio Goiabeiras, por exemplo, foi verificada em colina adjacente uma grande feição doliniforme que poderia muito bem ter suprido a necessidade, seja funcional ou simbólica de tais formações.

<sup>5</sup>De acordo com o dicionário de Arqueologia “Casa subterrânea – local escavado em forma de poço, com diâmetro entre 2 e 18 metros (aproximadamente), e, no máximo, 6 metros de profundidade. Podem aparecer em rochas de qualquer tipo, geralmente agrupados hierarquicamente. Provavelmente apresentavam cobertura aérea, apoiada por uma a três estacas centrais...” (SOUZA,1997:34) Segundo SCHMITZ (2002:7) “O fenômeno das casas subterrâneas ocorre, predominantemente, em altitudes de 400 a 1100m, desde o trópico do Capricórnio até 30° de latitude sul, em florestas mistas com *Araucaria angustifolia*, entremeadas de campos naturais... As chamadas casas subterrâneas começaram a aparecer no começo da era cristã e continuaram até meados do século XIX, estas últimas atribuídas aos índios Kaingang, Jê meridionais...”

<sup>6</sup> De toda sorte, é relevante a ressalva de que não estamos tentando fazer uma associação, em termos funcionais ou simbólicos, das estruturas identificadas na nossa região com aquelas estudadas pelos pesquisadores mencionados. Mesmo porque, as estruturas verificadas nos sítios da Zona da Mata mineira são amplas e não apresentam vestígios em seu interior. Nossa intenção se resume apenas em uma tentativa, por meio de exemplos de outras regiões do país, compreender melhor as possíveis implicações de tais feições em contexto regional.

maiores relações com as casas subterrâneas é o fato de nossos sítios não se reduzirem às depressões e sim englobarem a feição no contexto paisagístico da área.

De fato as discussões em torno da origem e presença dessas depressões em sítios arqueológicos, não são recentes. Entre os anos 1991 e 2000, ARAUJO (2001) analisou mais de 40 sítios com estas características no Alto Paranapanema. (cf. KAMASE, 2002:170) Alguns dos sítios foram claramente identificados como casas subterrâneas, enquanto outros obtiveram preferencialmente a denominação de feição doliniforme. ARAUJO questionou a presença marcante de calcários na área e admitiu não ter elementos necessários para afirmar se a origem de tais formações era antrópica ou natural, deixando em aberta a questão.

Na busca por uma explicação mais sistemática sobre o fato, KAMASE (2002:168) parte da hipótese de existência de três tipos de depressão: natural, antrópica e antropizada. As primeiras seriam aquelas relacionadas às dolinas, provocadas por processos físicos ou químicos como desabamentos ou dissoluções por água, muito recorrentes em áreas cársticas. Já as feições antrópicas são aquelas erigidas pelo homem, sendo comumente conhecidas como casas subterrâneas. Por último, as depressões antropizadas seriam as feições naturais “... retificadas e utilizadas pelo homem, principalmente pela ausência de amontoado de terra que deveria estar presente próximo a elas”.

Em sítios estudados no Rio de Janeiro, caracterizados pela mesma tradição arqueológica verificada na Zona da Mata mineira - Tupiguarani, BELTRÃO (1995:118) verificou que “sítios em depressões – os depósitos em lagoas extintas, dolinas, etc., que no passado devem ter representado papel extremamente importante, eram até pouco tempo negligenciados pelos pré-historiadores brasileiros.” Segundo Beltrão, algumas destas depressões contêm rica fauna de mamíferos em seus sedimentos e que o pesquisador deve considerar como se situava o sítio arqueológico em relação a tais depressões – se eram fundas ou rasas, sazonais ou perenes, se o sítio pré-histórico foi inundado após a ocupação, etc. De toda sorte, não tivemos acesso a nenhum trabalho sobre o assunto pelo menos durante o desenvolvimento da pesquisa.

Voltando-nos para as referências etnográficas sobre o aproveitamento e modificação do meio por grupos indígenas no Brasil, RIBEIRO (*apud* MANO, 2006) descreve uma prática

muito interessante dos Kayapó, que utilizam pequenas depressões no terreno que acumulam águas pluviais. Eram na verdade áreas de pequenas dimensões e em terreno pouco fértil que ao serem manipulados pelos Kayapó, eram transformadas em importantes áreas cultiváveis. Para tanto, se valiam de uma mistura de terra de cupinzeiro e palha, juntamente com fragmentos de formigueiros, que preenchiam as bacias. Cupins e formigas fazem parte desta mistura, que entram em competição para ocupar o espaço, preservando, assim, os brotos das plântulas. Com o passar do tempo toda esta matéria orgânica será decomposta e acrescentada ao solo formado. Nestes pequenos montículos de terra de um a dois metros de diâmetro por 50 a 60cm de profundidade, eram plantadas espécies úteis à sobrevivência do grupo. De acordo MANO (2006), com o tempo estas áreas aumentam, transformando-se em verdadeiras “ilhas de floresta” em pleno cerrado. Este é apenas um exemplo de como pequenas feições doliniformes podem ser utilizadas pelo homem para melhor aproveitamento do ambiente. Contudo, se estas feições possuíam algum significado simbólico para o grupo, se estavam relacionadas a algum mito fundador, são informações que infelizmente não atraíram o interesse do pesquisador, ou talvez, na época não atendiam aos propósitos da pesquisa em questão.

De toda sorte, qualquer proposição sobre a apropriação dessas estruturas, ou melhor, dizendo, feição doliniformes, pelas populações que habitaram os sítios da Zona da Mata mineira, no momento, pode ser deveras prematura, principalmente pelo fato da maioria dos subsídios para o entendimento de tais estruturas se referir a áreas de cerrado. Mesmo assim, entendemos que sua ocorrência e recorrência nos sítios da região têm constituído fator paisagístico de interesse e seu estudo pormenorizado como já alertado por outros pesquisadores, só tem a enriquecer nosso conhecimento sobre os grupos pré-históricos da região.

Durante a última campanha de campo ocorrida em julho de 2007 realizamos um detalhamento topográfico das depressões, que na maioria dos casos ocorrem no centro dos sítios (VIDE PLANTAS 1-5). Em seu interior não são observados vestígios como cerâmica e lítico, amplamente encontrados em grande número em seu em torno (vide Planta 8 do sítio Córrego do Maranhão). Os sítios focados foram: Córrego do Maranhão (ZM-CG-01), Estiva (ZM-GU-01), Santa Rosa (ZM-RN-01), Córrego de Areia (ZM-ME-01).

De fato, somente estudos mais sistemáticos, incluindo análises geomorfológicas, pedológicas e físico-químicas nos permitirá inferir com maior segurança sobre as

possibilidades de ações antrópicas na fisionomia das feições doliniformes, podendo a partir daí extrapolar para os possíveis aspectos simbólicos de certas escolhas.

Como podemos observar com a descrição dos sítios em relação à configuração do meio natural, estes apresentam alguns marcos de ocupação na integração com o ambiente circundante que podem se constituir em um modelo intencional dos grupos pré-coloniais. A morfologia espacial pode representar atributos físicos de ordem objetiva, enquanto cenário de atividades socioeconômicas e, fundamentalmente, propriedades de cunho cultural e simbólico.

A própria definição da Arqueologia da Paisagem que adotamos é o produto sócio-cultural criado pela objetivação sobre o meio e em termos espaciais, da ação social, tanto da ordem material quanto imaginária. Esta ação social está pautada nas práticas sociais de caráter intencional, que consistem das formas de trabalho, emprego de técnicas, ritos e mitos cosmológicos, bem como pelos imperativos biológicos aos quais os indivíduos enfrentam.

Por fim, nossa intenção foi chamar a atenção para a dimensão espacial do registro arqueológico na paisagem, como objeto de investigação associado aos aspectos materiais e culturais com o objetivo de oferecer elementos que possibilitem a compreensão de formas de vida pretéritas.

# Considerações Finais

Como pudemos perceber a relação homem e meio ambiente possui uma complexidade que perpassa pelas discussões epistemológicas estabelecidas no âmbito da Antropologia que tem como foco a cultura e a sociedade, e da Biologia que centra suas atenções no meio ambiente. Estas discussões geraram escolas de pensamento com pressupostos teóricos e metodológicos específicos, dentre as quais podemos citar a Ecologia Cultural, a Antropologia Biológica e a Arqueologia da Paisagem, só para ficarmos com aquelas que nos atemos nesse trabalho.

A partir da instauração da modernidade, especificamente com a nova ordem estabelecida após o iluminismo, o saber passa a ser regulado pela razão cartesiana, em que a objetividade torna-se meta para as explicações dos fenômenos. Em uma contraposição ao obscurantismo, o campo científico é dividido em disciplinas e eixos temáticos, com abordagens e metodologias próprias a cada uma, com vistas ao alcance de resultados pretendidos. Neste contexto, há uma cisão não apenas nos estudos sobre o homem e a natureza, mas também nas formas de percepção desta relação. Foram inúmeras as tentativas de se fundir os estudos sobre o homem, na sua dimensão cultural e os estudos da natureza em sua dimensão ecológica. Como pudemos perceber ao longo deste trabalho, o emprego de algumas nomenclaturas e terminologias aos estudos que buscaram entender as relações entre a dinâmica cultural das sociedades humanas e o meio ambiente estavam calcadas em conceitos de referência e em pressupostos teóricos, bem como em contextos históricos bastante específicos.

A despeito da fragmentação dos saberes, pudemos perceber que as ciências estão sempre em diálogo, seja na proposição de técnicas e conceitos ou nos empréstimos de pressupostos teórico-metodológicos. No âmbito deste emaranhado de idéias e conceitos, a Arqueologia da Paisagem emerge enquanto um viés para a compreensão da relação do homem e natureza no passado. São inúmeras as disciplinas que colaboram no construto desta Arqueologia, em especial nas técnicas e ferramentas empregadas na aquisição dos dados, bem como dos referenciais conceituais e teóricos.

Nesta contextura epistemológica a Arqueologia da Paisagem é tributária de influências da Antropologia Ecológica, na medida em que interpreta o passado com

vistas a alcançar a totalidade dos fatores e aspectos da relação homem e meio ambiente, atento sempre, no sentido de evitar as polarizações, sejam culturais ou biológicas.

Estas reflexões foram basilares na condução de nossa pesquisa na Zona da Mata mineira. Tendo em vista a complexidade que o tema demanda e a impossibilidade de chegar a um resultado conclusivo, uma vez que estamos trabalhando com os sítios arqueológicos pré-coloniais da região, optamos por chamar de considerações finais os resultados obtidos no processo investigativo que ora apresentamos. A implicação deste estudo está não só em explicar uma abordagem, ainda insipiente em nosso contexto, mas em instigar futuras pesquisas com novas abordagens e métodos na região.

A Zona da Mata mineira, mais conhecida por ser uma barreira natural ao expansionismo colonial e por propiciar o caminho mais curto entre o centro de produção aurífero e os portos da cidade do Rio de Janeiro, após o processo de colonização e posterior expansão agropecuária, não apresenta mais as características que tão bem a representaram em tempos pretéritos.

Da vegetação nativa que integrava o bioma da Mata Atlântica, floresta estacional semidecidual, das regiões serranas da vertente leste para o interior só existem pequenos fragmentos. Na verdade, trata-se de pequenas manchas e capoeiras nas encostas íngremes, pois a paisagem foi alterada com o cultivo do café e posteriormente com a agropecuária e outras lavouras. Dessa forma, a região configura-se hoje por pastagens naturais e artificiais, principalmente coberta por *Brachiária decumbens*.

Seu relevo montanhoso, dissecado, caracteriza-se pelo predomínio de colinas e vales estreitos com algumas serras. É constituído por rochas cristalinas antigas do arqueano, como o granito e o gnaisse, apresentando elevações com topos arredondados e vertentes em formas convexas e côncavo-convexas, terminando em vales planos de larguras variadas. Neste contexto, formações como os pontões gnáissicos e feições doliniformes associadas ou próximas aos sítios arqueológicos estudados, têm constituído elementos privilegiados de escolhas das populações pré-coloniais para o estabelecimento de suas aldeias na região.

Em termos espaciais no âmbito da Arqueologia da Paisagem, estas formações podem ser compreendidas como elemento de identidade de uma população ou de uma sociedade, suporte que mantém a diversidade e riqueza dos ecossistemas, elemento de

bem-estar social, gerador de recursos entre outras, o que consiste em um patrimônio não só físico, mas, sobretudo simbólico. Desse modo, a paisagem constitui um código de identidade e forma a base para o registro memnônico, conformando a memória coletiva de muitos povos. Assim, a paisagem é apropriada no seu aspecto físico e material e como valor estético e subjetivo dos povos. Não temos como precisar se as formações mencionadas possuíam algum tipo de função prática, mas sua recorrência nos sítios e nas proximidades dos mesmos nos permite afirmar que são características marcantes nas escolhas ambientais de povos pretéritos que habitavam a região.

Por fim, salientamos que nosso trabalho abordou uma possibilidade investigativa na compreensão da relação homem/meio ambiente no período que antecede à colonização da Zona da Mata mineira, a partir dos dados arqueológicos e a inserção dos sítios na paisagem. Sem pretensão de determinar as variáveis responsáveis pela dinâmica dessa relação, percebemos uma interação contínua, em que os fatores naturais são apropriados pelas culturas e acabam por ser percebidos como parte de uma rede de significados. Para os limites de nossa pesquisa, podemos inferir que aspectos da morfodinâmica da paisagem, como as feições doliniformes e os monodnocks ou pontões gnáissicos consistiam em referenciais físicos e simbólicos nas formas dos assentamentos das populações pré-coloniais da região. Estas inferências trazem à luz das pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil, novas variáveis na compreensão dos padrões de ocupação dos grupos Tupi pré-coloniais, somado aos pressupostos teóricos da Arqueologia da Paisagem sobre as formas diferenciadas de percepção do espaço.

# Bibliografia

- AB'SABER, A. 1992. Domínio Tropical Atlântico. *Dossiê sobre Sistemas Agroflorestais no Domínio da Mata Atlântica*. Rio de Janeiro, AS-PTA.
- ALBANEZ, A.C.M.P. 2000. *Caracterização dos Fragmentos Florestais a partir de Estudos de Ecologia da Paisagem para o Município de Ponte Nova, Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. UFV. Viçosa.
- AFONSO, M.C. e MORAIS, J.L. 2002. Estudo de uma “casa subterrânea” na bacia do rio Ribeira de Iguape, São Paulo. In: Schmitz, P.I. Casas subterrâneas nas terras altas do Sul do Brasil. *Pesquisas*. Instituto Anchieta de Pesquisas, pp. 157-164.
- ARANHA, P.R.A. et al. 2005. Utilização do Geo-Radar nos trabalhos de escavação do Sítio Teixeira Lopes, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. In: *IX Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica*. Salvador.
- ARAUJO, A.G.M. 2001-2002. Destruído pelo arado? Arqueologia de superfície e as armadilhas do senso comum. *Revista de Arqueologia*, 14-15:7-28.
- ARAUJO, A.G.M. 2001. *Teoria e método em Arqueologia Regional: um estudo de caso no alto paranapanema, Estado de São Paulo*. Doutorado em Arqueologia, MAEA-USP, São Paulo.
- BAETA, A. 2007. Patrimônio arqueológico e licenciamento ambiental em Minas Gerais. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, pp. 147-154.
- BARBOSA, W. A. Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1971.
- BARROS, M.A. et al. 2003. Análise Palinológicas de sedimentos provenientes do sítio arqueológico ZM/SJN1, São João Nepomuceno, MG: ação antrópica, queimadas e inferências In: *IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário*. Recife.
- BARROS, M.A. et al. 2004. Reconstrução ambiental através de análises Palinológica: Sítio Arqueológico Primavera, São João Nepomuceno-MG, Brasil. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (org.), *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: São João Nepomuceno*. Juiz de Fora: Editar, pp. 105-114.
- BELTRÃO, M.C.M.C. (Org.). 1995. *Arqueologia do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- BELTRÃO, M.C.M.C.; LIMA, T.A. 1986. Mumificações naturais na pré-história brasileira: um estudo de caso. *Revista de Arqueologia*, Belém, 3(1):3-39.
- BUARQUE, A. 2001. A presença Tupinambá na Região dos Lagos. *Anais do XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro.
- BURMEISTER, H. 1980. *Viagem ao Brasil*. Edusp, São Paulo.
- BROCHADO, J. P. 1989. A Expansão dos Tupi e da Cerâmica da Tradição Policrômica Amazônica. *Dédalo*, São Paulo, 27:65-82.
- BROCHADO, J. P. 1980. A Tradição Cerâmica Tupiguarani na América do Sul. *Clio – Série Arqueológica*. Recife, UFPE, 3:47-60.

- BROCHADO, J.P. 1973. Migraciones que difundieron la tradición alfarera Tupiguarani. *Gabinete de Arqueologia* 3, Porto Alegre.
- BROCHADO, J.P. 1984. An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America. Ph.D. Thesis, Urbana, University of Illinois.
- BROCHADO, J. P. LA SALVIA, F. 1989. *Cerâmica Guarani*. 2<sup>a</sup>. Edição. Porto Alegre. Posenato Arte e Cultura.
- CASTRO, R.M. et.al. 2004. Flora e vegetação de um sítio arqueológico na Serra dos Núcleos, São João Nepomuceno. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: São João Nepomuceno*. Juiz de Fora: Editar, pp. 115-122.
- CARRARA, A.A. 2003. Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (século XVIII e XIX). Núcleo de História Econômica e Demográfica – Universidade Federal de Ouro Preto. *Série Estudo* 2. (<http://historia-demografia.com/pesquisadores/angelo>).
- CARRARA, ÂA. 1993. *A Zona da Mata Mineira: Diversidade Econômica e Continuidade (1839-1909)*. Dissertação de mestrado: Niterói, UFF.
- CORDEIRO OLIVEIRA, J. 2004. A primeira face da tradição – os Goitacá. Da história e identidade dos que não “deitaram letras”. Rio de Janeiro: Univerisdade Severino Sombra. (Dissertação de Mestrado)
- DEBRET, J.B. 1978. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tomo I, vol.I e II. Edusp, São Paulo.
- DESCOLA, P. 1998. A selvageria culta. In: NOVAES, A. *A outra margem do Ocidente*. SP/Brasília: Cia das Letras/MINC-FUNART, pp. 107-125.
- DIAS, O. 2007. Ocupação do território de Minas Gerais: grupos de horticultores ceramistas. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, pp.91-108.
- DIAS, O. 1994/1995. Considerações a respeito dos modelos de difusão da cerâmica tupiguarani no Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 2/8.
- DIAS, O. 1982. Mapa Arqueológico do Estado de Minas Gerais. *Arquivos do Museu de História Natural*. Belo Horizonte, IV/V:297-309.
- DIAS, O. 1974. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas em Minas Gerais. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do quinto ano 1969-1970*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeld. Publicações Avulsas, 26:105-116.
- DIAS, O. 1975. Pesquisas arqueológicas no Sudeste Brasileiro. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro: Série Especial nº 1.
- DIAS, O. 1972. Síntese da Pré-História do Rio de Janeiro – uma tentativa e periodização. *Histórica*. Rio de Janeiro, 1(2):75-83.
- DIAS, O.; CARVALHO, E. 1980. A Pré-história da serra fluminense e a utilização das grutas do estado do Rio de Janeiro. *Pesquisas, Antropologia*, nº 31. Instituto Anchieta de Pesquisas.
- EHRENREICH, P.M.A. 1886. *Über die Puris Ostbrasilien*. *Zeitschrift für Ethnologie*. Berlin. Verhandlungen der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte. 18:184-188.

- ESCHWEGE, W.L. 2002. *Jornal do Brasil 1811-1817 ou Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais.
- ESTEVES, F. et al. 2007. *Grandes temas em biologia: volume 2*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ.
- FERNANDES, F. 1989. *A organização social Tupinambá*. Instituto Progresso Editorial, São Paulo.
- FERREIRA, L.M. 2001. Um Bando de Idéias Novas na Arqueologia (1870-1877). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, 11:21-33.
- FREIREYSS, G.W. 1982. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- FREYRE, G. 1992. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 28.ed. Rio de Janeiro: Record.
- FUNARI, P.P.A. 2003. Desaparecimento e emergência de grupos subordinados na Arqueologia brasileira. *Horizontes Antropológicos*, n. 18.
- FUNARI, P.P.A. 2000. Como se tornar arqueólogo no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, 44:74-85.
- FUNARI, P.P.A. 1994. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, 1:23-41.
- GEERTZ, C. 1989. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- GUIDON, N.; PESSIS, A. 1995. O Homem no sudeste do Piauí: da Pré-História aos dias atuais. A interação Homem-Meio. *Carta CEPRO*, Teresina, 13:125-143.
- HECKENBERGER, M.J.; NEVES, E.G.; PETERSEN, J.B. 2001. Of Lost Civilizations and Primitive Tribes in Amazonia; a Reply to Meggers. *Latin American Antiquity*. Estados Unidos, 12(3)328-333.
- IBGE. 1981. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. IBGE e Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE.
- JOSÉ, O. 1965. *Indígenas de Minas Gerais*. Belo Horizonte: MP Edições.
- JOSÉ, O. 1958. *Marlière, o Civilizador*. Editora Itatiaia Limitada, Belo Horizonte.
- KAMASE, L.M. 2002. Estudo das "Casas Subterrâneas" e feições doliniformes no alto Paranapanema (SP). In: SCHIMITZ, P.I. (Ed) *Casas subterrâneas nas Terras altas do Sul do Brasil. Pesquisas*. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 58:165-175.
- KNEIP, L.M.; CRANCIO, F. 2000. O sítio cerâmico da Fazenda Vargem Linda – Leopoldina, MG. *Revista de Arqueologia da SAB*. São Paulo, pp. 93-101.
- KNEIP, L.M.; CRANCIO, F. 2001. O sítio cerâmico da Fazenda Vargem Linda – Leopoldina, MG. *Anais do XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro.
- JUNQUEIRA, P.A. 2007. A Arqueologia de contrato no Estado de Minas Gerais. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, pp.155-164.
- LAMAS, F.G. 2006. Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo*. Edição n° 08, <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/colaboradores/>

- LAMAS et al. 2003. A Zona da Mata mineira: subsídios para uma historiografia. *EconPapers*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. <http://econpapers.repec.org/paper/abphe2003/009.htm>
- LÉRY, J. 1980. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- LOUKOTKA, C. 1937. La familia lingüística Coroado. *Journal Soc. Amer. Paris*, 29:157-214.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Ruptura, continuidade e simultaneidade cultural: aportes a respeito da diversidade étnica dos grupos indígenas da Zona da Mata mineira no período Pré-Colonial. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editar, 2006.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Sítios arqueológicos da zona da mata mineira: alguns aportes para o entendimento dos antigos assentamentos na região. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editar, 2006.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. 2005. O problema das identidades genéricas dos grupos Macro-Jê e suas implicações para os estudos arqueológicos da Zona da Mata Mineira. In: *XIII Congresso da SAB*. Campo Grande.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. 2004a. Arqueologia na Zona da Mata mineira: Sítio Arqueológico Primavera - São João Nepomuceno, MG. *CLIO - Série Arqueológica* (UFPE). Recife.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. 2004b. Os indígenas da Zona da Mata Mineira: Contribuições Etnohistóricas, Etnográficas e Arqueológicas. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira*. Juiz de Fora: Editar, pp. 39-54.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. 2004c. Primeiros aportes sobre as Prospecções Arqueológicas no Sítio Primavera, São João Nepomuceno. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (org) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: São João Nepomuceno*. Juiz de Fora: Editar, pp.79-89.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. 2004d. Sítios Arqueológicos da Zona da Mata mineira. In: LOURES OLIVERIA, A.P.P. (org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: São João Nepomuceno*. Juiz de Fora: Editar, pp. 153-168.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. 2003. A etno-história como arcabouço contextual para as pesquisas arqueológicas na Zona da Mata Mineira. *Canindé Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*, 3:245-273.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. et al. 2005a. Os Sítios Teixeira Lopes (ZM-JF-01) e Emílio Barão (ZM-JF-02): um estudo do sistema de assentamento de produtores de Cerâmica Tupiguarani. In: *XIII Congresso da SAB*, Campo Grande.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. et al. 2005b. Teixeira Lopes (ZM-JF-01): Arqueologia de um Sítio destruído. Juiz de Fora - MG In: *X Congresso da Abequa*. Guarapari.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P., CORRÊA, A.A. 2003. Arqueologia na Zona da Mata Mineira: Resultados preliminares da 1ª Campanha Arqueológica no Sítio Primavera em São João Nepomuceno - MG In: *XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. São Paulo.

- LOURES OLIVEIRA, A.P.P., MONTEIRO OLIVEIRA, L. 2001. Patrimônio Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira. *Canindé. Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*, 01:83-100.
- LUFT, V.J. 1999. *Da história à Pré-História: as ocupações das sociedades Puri e Coroado na bacia do alto rio Pomba (o caso da Serra da Piedade)*. Tese de Doutorado. UFRJ.
- MANO, M. 2006. *Os Campos de Araraquara: Um estudo de história indígena no interior paulista*. Tese de Doutorado. Campinas.
- MARTINS, R.P. 2000. O desenvolvimento da ecologia no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 1: 83-86.
- MARTIUS, K.F.P. 1938. *Viagem pelo Brasil, colaboração com John Baptiste von Spix*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Imprensa Nacional, Vol. 1
- MEGGERS, B.J.; EVANS, C. 1973. A Reconstituição da pré-história Amazônica; algumas considerações teóricas. In: *O Museu Goeldi no ano do sesquicentenário*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.
- MERCADANTE, P. 1973. *Os sertões do Leste. Estudo de uma região: a Mata Mineira*. Rio de Janeiro: Zahar.
- METZGER, J.P. 2001. *O que é ecologia de paisagens?* In: [www.biotaneotropica.org.br](http://www.biotaneotropica.org.br)
- MONTEIRO, J.M. 1994. *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MONTEIRO OLIVEIRA, L. 1999. *Produção cerâmica como reafirmação de identidade étnica Maxakali: um estudo etnoarqueológico*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: MAE/FFLCH/USP.
- MONTEIRO OLIVEIRA, L. 2006. *Razão e afetividade: a iconografia Maxakali marcando a vida e colorindo os cantos*. Tese de Doutorado. São Paulo: FEUSP.
- MONTEIRO OLIVEIRA, L. 2006. A trama da política indigenista na contextura do imaginário. In: LOURES DE OLIVEIRA, A.P.P. (org) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editar.
- MORAIS, J.L. 1999. A arqueologia e o fator geo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: USP, 9:3-22.
- MORAIS, J.L. 2000. Tópicos de Arqueologia da Paisagem. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: USP, 10:3-30.
- MORÁN, E.F. 1994. Da ecologia cultural à antropologia ecológica. In: *Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica*. São Paulo: Edusp, pp.65-91.
- MORÁN, E.F. 1990. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes. (Coleção Ecologia & Ecosofia)
- NEVES, W.A. 1996. *Antropologia ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas*. São Paulo: Cortez. (Questões da nossa época, v. 59).
- NEVES, W.A. 1984. O meio ambiente e a definição de padrões de estabelecimento e subsistência de grupos caçadores-coletores: o caso da Bacia do Alto Guareí, SP. *Revista de Pré-História*, 6:175-180.

- NEVES, W.A.; ARAUJO, A.G.M; KIPNIS, R e PILO, L.B. 2007. O projeto “Origem e microevolução do homem na América: uma abordagem paleoantropológica. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, pp.73-90.
- NOELLI, F.S. 1996. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, 39(2)
- NOELLI, F.S. 1993. *Sem tekoha não há tekó. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacui-RS*. Dissertação de Mestrado. PUC/RGS.
- OLIVEIRA, J.E. 2002. *Da pré-história à história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. Tese de doutorado. PUC-RGS.
- OLIVIERA-FILHO, A.T. 2006. *Catálogo de Árvores Nativas de Minas Gerais: mapeamento e inventário da flora nativa e dos reflorestamentos de Minas Gerais*. Lavras: Editora UFLA.
- PARAÍSO, M.H.B. 2006. Guido Pokrane, o imperador do rio Doce. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz*. Londrina:UEL.
- PARAÍSO, M.H.B. 1994. Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanaxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni; povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 4:173-187.
- PAULA, R.Z.A. 2006. Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Heera - Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*. 1(1).
- PEIXOTO, J.L.S. 1995. *A Ocupação Tupiguarani na Borda Oeste do Pantanal Sul-Matrogrossense: Maciço do Urucum*. PUC-RGS. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. pp. 16-17.
- PREZIA, B.A. 2000. Os indígenas do planalto Paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas. São Paulo: Humanitas.
- PROUS, A. 1992. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB.
- PROUS, A. 1977. Editorial. Arquivo do Museu de História Natural. UFMG, Belo Horizonte, vol. II.
- REIS, D.; MONTEIRO OLIVEIRA, L.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. 2003. Relatório final do projeto: *Estudo do legado cultural indígena presente na identidade de populações rurais: Uma abordagem etno-histórica no Município de São João Nepomuceno*. PROPESQ-UFJF.
- RESENDE, M.L.C. 2003. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP.
- RESENDE, M.L.C. 2005. Minas dos Cataguases: Entradas e Bandeiras nos sertões do Eldorado. *Varia História*. Belo Horizonte, 33:186-202.
- RIBEIRO, B. 1997. *O índio na história do Brasil*. São Paulo: Global.
- RIBEIRO, B. 1995. A contribuição dos povos indígenas à cultura brasileira. In: LOPES DA SILVA, A.; GRUPIONI, L.D.B. (orgs) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, pp.197-220.

- ROCHA, C.H.B. 2004. Caracterização ambiental da Zona da Mata Mineira. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: São João Nepomuceno*. Juiz de Fora: Editar, pp.23-132.
- RODRIGUES, A.D. 1986. *Línguas brasileiras*. São Paulo: Loyola.
- RUGENDAS, J.M. 1979. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- SAINT HILAIRES, A. 1938. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- SAINT-HILAIRE, A. 1975. *Viagem pelo distrito de Diamantina e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- SALVADOR, F.V. 1982. *História do Brasil: 1500-1627*. Belo Horizonte.
- SAHLINS, D.M. 2003. *Cultura de razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SEDA, P. 2003. Uma história com muito mais de 500 anos. Um breve panorama do povoamento pré-colonial do Rio de Janeiro. *Anais do Museu Histórico Nacional*. 35:15-44.
- SEDA, P. 2002. Espaço e tempo nas sociedades primitivas: as Tradições Una e Tupiguarani no Rio de Janeiro Pré-colonial. In: Moura, A.M.S. e Lima, C.A.M. Rio de Janeiro: tempo – espaço – trabalho. Rio de Janeiro: Ana Maria Moura, pp.39-86.
- SENA, N. 1938. A distribuição geográfica das tribus indígenas do Brasil: sua ethnogenia. *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Anno XXV, 1937. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, pp.157-176.
- SENA, N. 1926. Os índios do Brasil. Memória Ethnografica. *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Anno XX, 1924. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, pp.145-218.
- SETE Soluções e Tecnologia Ambiental. 2001. *Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico do Futuro Aeroporto Regional da Zona da Mata – Rio Novo e Goianá/MG*. Belo Horizonte, MG (Doc. Int.).
- SETE Soluções e Tecnologia Ambiental. 2002. *Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico do Futuro Aeroporto Regional da Zona da Mata – Rio Novo e Goianá/MG*. Belo Horizonte, MG (Doc. Int.).
- SETE Soluções e Tecnologia Ambiental. 2002. *Projeto de Resgate do Sítio Arqueológico Mata do Bentes*. Belo Horizonte, MG (Doc. Int.).
- SILVA JR, O.F. 2000. Por uma Geografia do Imaginário: percorrendo o labiríntico mundo do imaginário em uma perspectiva geográfica cultural. *Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário*. <http://www.cei.unir.br/artigo31.html>
- SOUZA, A.M. 1997. *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro: Adesa.
- SPIX, J.B.; MARTIUS, K.F.P. 1976. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, vol. I.
- STEWART, J.H. (Ed.) 1946. *Handbook of South American Indians*. Washington: United States Government Printing Office.
- TENORIO, M.C. (org.) 2000. *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- TEIXEIRA, F.C.1992. Modernização Autoritária. IN: Linhares, M.Y. (Org.) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, pp. 252-295.

- URBAN, G. 1992. A História da Cultura Brasileira segundo as línguas nativas. In: M. Carneiro da Cunha (org), *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VALENTE, A.S.M. et al. 2006. Zona da Mata Mineira: Aspectos fitogeográficos e conservacionistas. In: LOURES DE OLIVEIRA, A.P.P. (org) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editar.
- VALVERDE, O. 1958. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, 20(1):1-82.
- VELOSO, H.P., RANGEL FILHO, A.L.R. & LIMA, J.C.A. 1991. Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal. IBGE, Rio de Janeiro.
- VENÂNCIO, R. P. 2000. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*, Belo Horizonte, 21:181-189.
- VENÂNCIO, R. P. 2001. Comércio e fronteira em Minas colonial. In: FURTADO, J. F. (org.) *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- VIVEIROS DE CASTRO, E.B. 1996. Images of nature and society in Amazonian Ethnology. *Annu. Rev. Anthropology*, pp. 179-200.
- VIVEIROS DE CASTRO, E.B. 1996. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *MANA – Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, 2:115-144.
- VILLAESCUSA, R.G. 2006. Una disciplina denominada arqueología del paisaje. *Apuntes de ciência y tecnologia*, 20:28-36.
- WIED-NEUWIED, M. 1958. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. São Paulo: Comp. Editora.

FOTOS 1 - 3  
Santa Rosa (ZM-RN-01)



Fonte: MAEA/UFJF – 2003 / Panorâmica do sítio com o Rio Novo ao fundo



Fonte: MAEA/UFJF – 2003 / Feição doliniforme Fonte: MAEA/UFJF – 2003 / Vista geral

FOTOS 4 - 8

Mata dos Bentes (ZM-RN-02)



Fonte: SETOP/MG – 2002 / Aérea com destaque para a localização do sítio



Fonte: MAEA/UFJF – 2002 – Terraplanaagem no em torno do sítio



Fonte: MAEA/UFJF – 2002 – Foto 6. 7 e 8: Panorâmica do salvamento.



## FOTOS 9 - 13

### Primavera (ZM-JN-01)



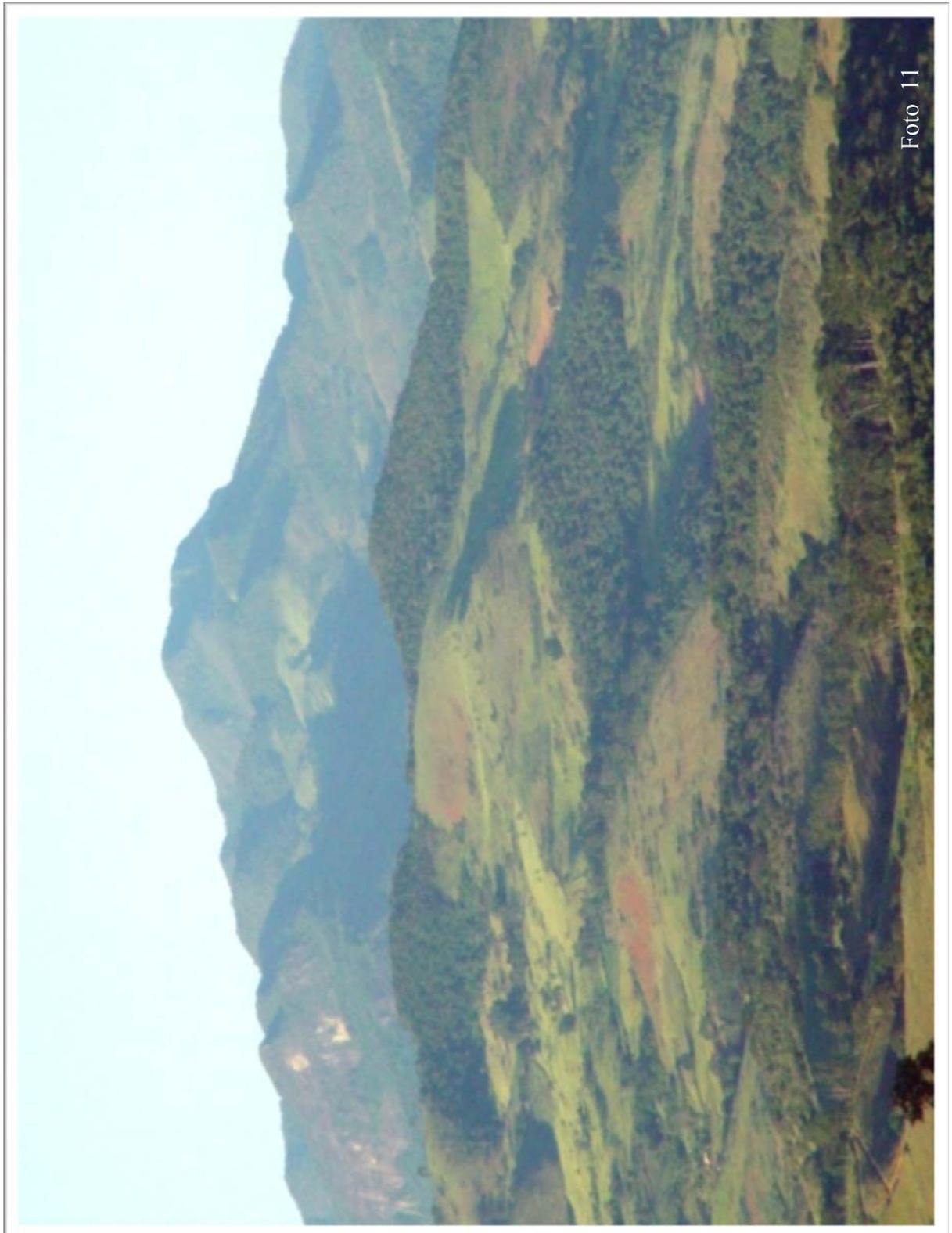
Foto 9

Fonte: MAEA/UFJF – 2002 / Aérea com destaque na área do sítio



Foto 10

Fonte: MAEA/UFJF – 2003 / Indicação do sítio e a Serra dos Núcleos ao fundo.



Fonte: MAEA/UFJF – 2003. / A Serra do Relógio vista do sítio



Foto 12

Fonte: MAEA/UFJF – 2003. / Panorâmica da escavação com cidade São João Nepomuceno ao fundo.



Foto 13

Fonte: MAEA/UFJF – 2003. / Panorâmica da escavação com Serra dos Núcleos ao fundo

FOTOS 14 - 17  
Poca (ZM-JN-02)



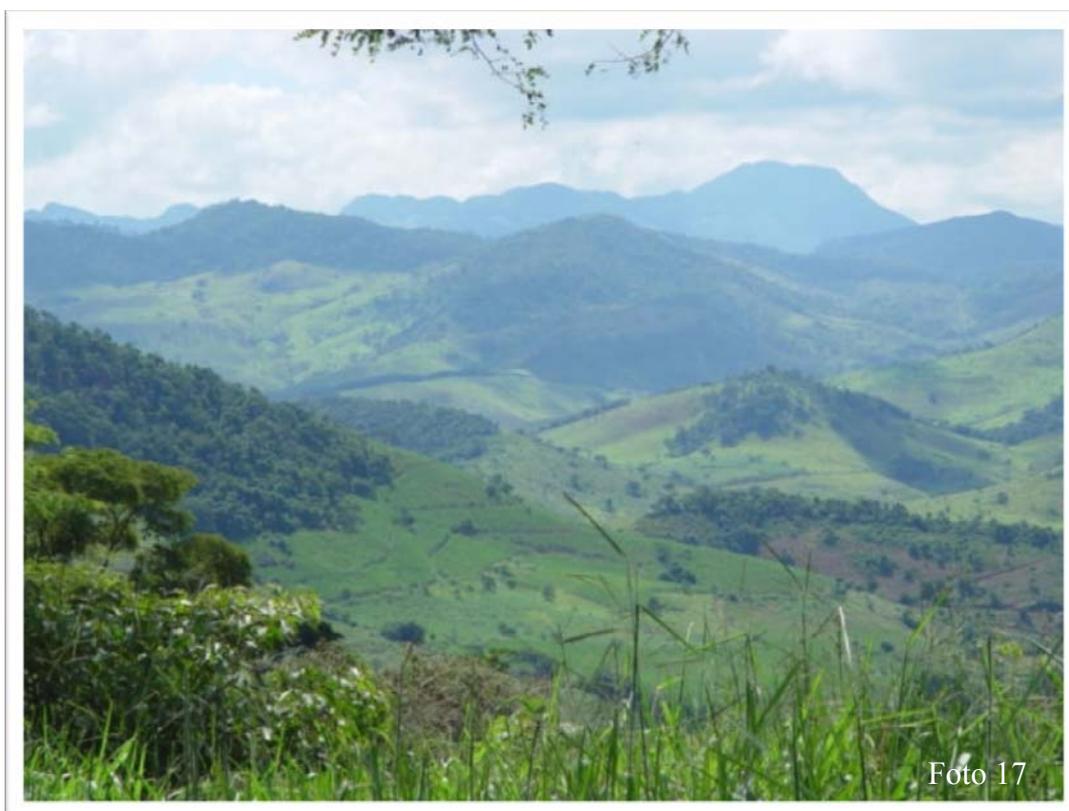
Fonte: MAEA/UFJF – 2003. / Indicação do sítio.



Fonte: MAEA/UFJF – 2003. / Indicação do sítio..



Fonte: MAEA/UFJF – 2003. / Escavação em 2003.



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. / Cadeia de montanhas e fundo do vale vistas do sítio.

FOTOS 18 - 19  
Goiabeiras (ZM-JN-05)



Foto 18

Fonte: MAEA/UFJF – 2004. / Aérea com indicação do sítio.



Foto 19

Fonte: MAEA/UFJF – 2004. / Visão geral do sítio.

FOTOS 20 - 22

Teixeira Lopes (ZM-JF-01)



Fonte: MAEA/UFJF – 2005. Vista geral do sítio com foto da década de 80.



Fonte: MAEA/UFJF – 2004. Pedra da Saudade ao fundo.



Fonte: MAEA/UFJF – 2005. Panorâmica da escavação.

FOTOS 23 - 26

Emilio Barão (ZM-JF-02)



Fonte: MAEA/UFJF – 2006. Aérea com indicação do sítio.



Fonte: MAEA/UFJF – 2006. Vista geral do sítio.



Foto 25

Fonte: MAEA/UFJF – 2006. Panorâmica da escavação.



Foto 26

Fonte: MAEA/UFJF – 2006. Pedra da Saudade ao fundo.

FOTOS 27 - 32

Córrego do Maranhão (ZM-CG-01)



Foto 27

Fonte: MAEA/UFJF – 2006. Aérea com localização do sítio.



Foto 28

Fonte: MAEA/UFJF – 2006. Inselberg “Pedra do Barroso” ao fundo.



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. Inselberg “Pedra do Barroso” ao fundo.



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. Coleta de sedimento.



Foto 31

Fonte: MAEA/UFJF – 2006. Escavação.



Foto 32

Fonte: MAEA/UFJF – 2006. Coleta de superfície e levantamento topográfico com GPS Geodésico.

FOTOS 33 - 35

Córrego de Areia (ZM-ME-01)



Foto 33

Fonte: MAEA/UFJF – 2007. Panorâmica com localização do sítio.



Foto 34



Foto 35

Fonte: MAEA/UFJF – 2007. Foto 34. Inselberg “Pedra da Vovó” ao fundo.

Foto 35. Aérea com indicação da feição doloniforme.

FOTOS 36 - 38

Vista Alegre (ZM-ME-04)



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. Panorâmica com indicação do sítio.



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. Vista geral.



Fonte: MAEA/2007 Rio Cágado no em torno.

FOTOS 39 - 42  
Verônica (ZM-CH-01)



Fonte: MAEA/UFJF – 2006. Vista do em torno do sítio.



Fonte: MAEA/UFJF – 2006. Vista panorâmica.



Foto 41

Fonte: MAEA/UFJF – 2006. Coleta de superfície.



Foto 42

Fonte: MAEA/UFJF – 2006. Vista geral com cadeia de montanhas ao fundo.

FOTOS 43 - 44  
Coqueiros (ZM-LD-01)



Foto 43

Fonte: MAEA/UFJF - 2003. Localização do sítio.



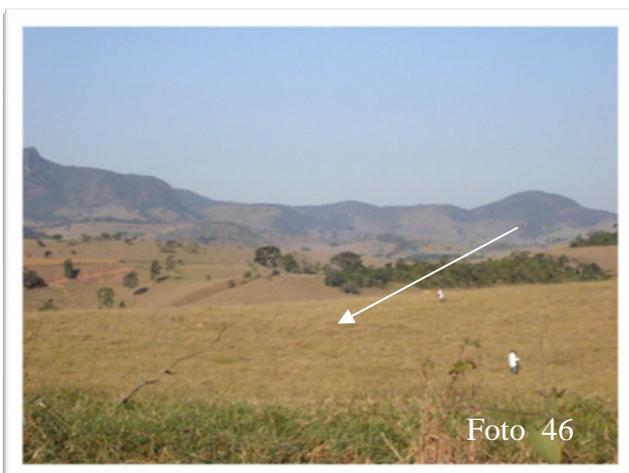
Foto 44

Fonte: MAEA/UFJF - 2003. Vista panorâmica.

FOTOS 45 - 47  
Estiva (ZM-GU-01)



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. O Rio Novo visto de cima do sítio.



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. Vista geral.



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. Serra do Relógio e feição doliniforme em destaque.

FOTOS 48 - 49

Novo Horizonte (ZM-GU-02)



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. A Serra do Relógio vista a partir do sítio.



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. Vista geral.

FOTOS 50 - 52  
Capela (ZM-GU-03)



Foto 50

Fonte: MAEA/UFJF – 2007. Vista da estrada que destuiu parte do sítio.



Foto 51

Fonte: MAEA/UFJF – 2007. Vista parcial

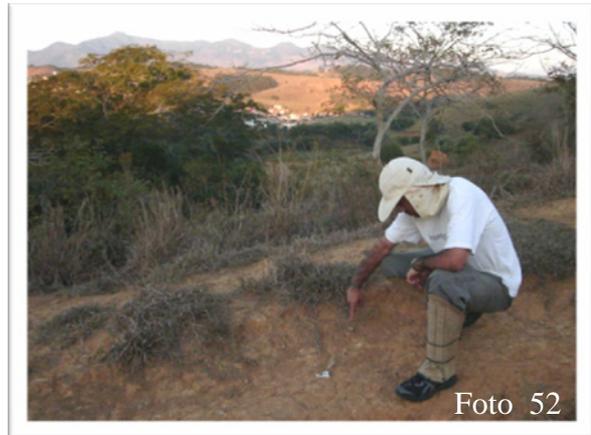


Foto 52

Fonte: MAEA/UFJF – 2007. Serra do Relógio

FOTOS 53 - 56  
Cemitério (ZM-GD-01)



Foto 53

Fonte: MAEA/UFJF – 2007. O Rio Chopotó visto de cima do sítio.



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. O Rio Chopotó visto de cima do sítio.



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. O Rio Chopotó e parte da serra da Onça ao fundo.



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. Levantamento topográfico.

FOTOS 57 - 59

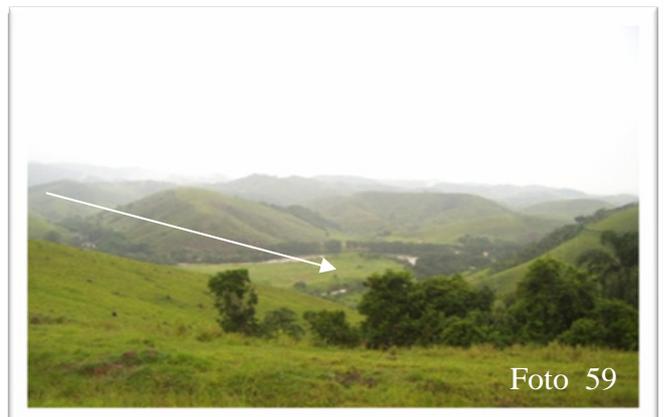
São Felipe (ZM-BB-01)



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. Indicação do sítio e parte da dutovia.



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. Vista aérea.



Fonte: MAEA/UFJF – 2007. O Rio Preto e a pequena ilha ao fundo.

FOTOS 60 - 61

Vargem Linda (ZM-LE-01)

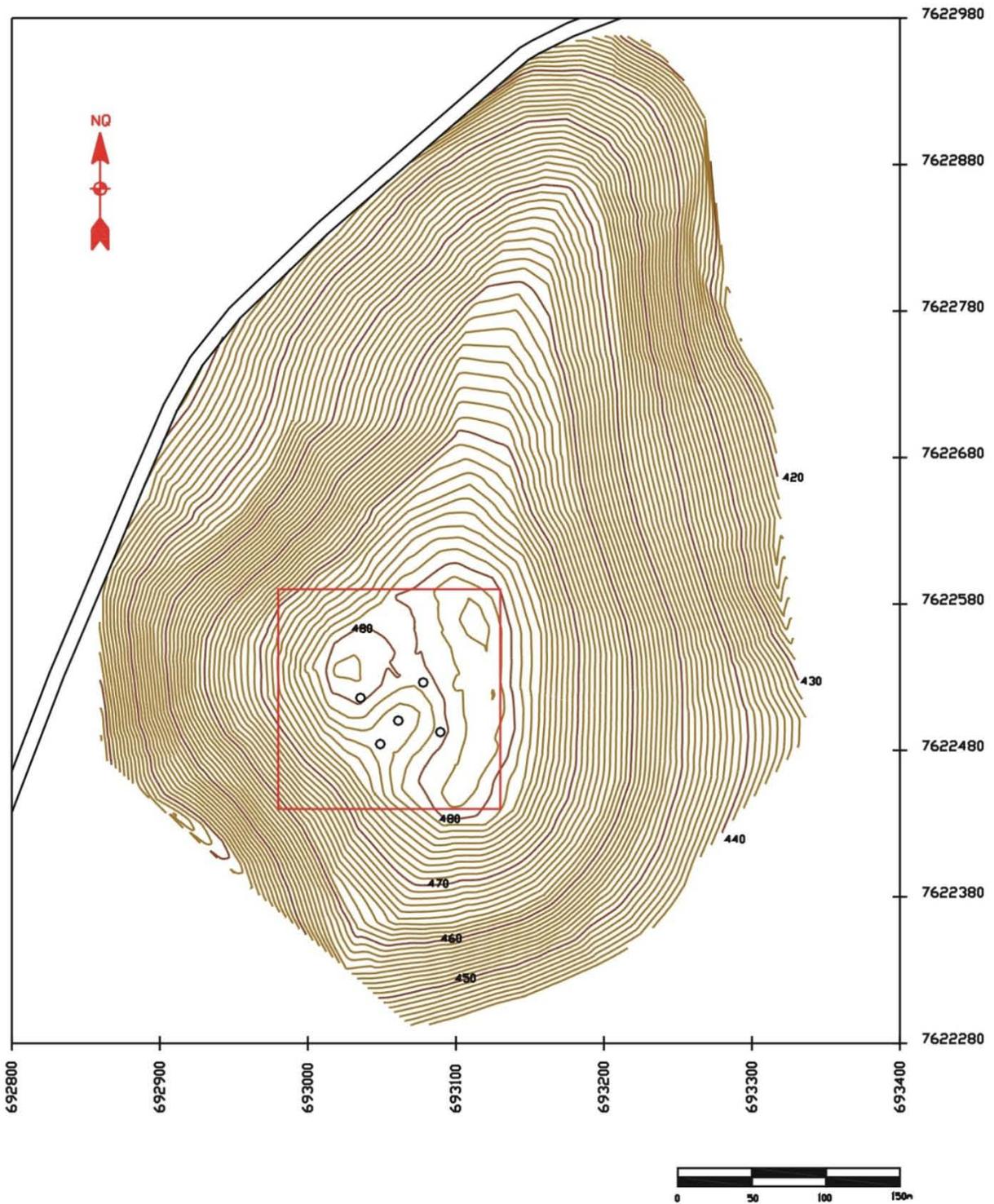


Fonte: (Kneip & Crancio 2001). Vista geral.



Fonte: (Kneip & Crancio 2001). Sítio impactado após terraplanagem.

# Planta 1



## MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA AMERICANA - MAEA

Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira  
 Sítio Arqueológico Santa Rosa (ZM-RN-01) Rio Novo - Minas Gerais

Legenda: ~ Estrada    ○ Sondagem  
 □ Feição doliniforme

Coordenadora: Profª Drª Ana Paula de Paula Loures de Oliveira

Responsáveis: Fabricio Cassaro Furtado de Azevedo  
 Felipe Rodrigues de Souza  
 Wesley de Oliveira Santos

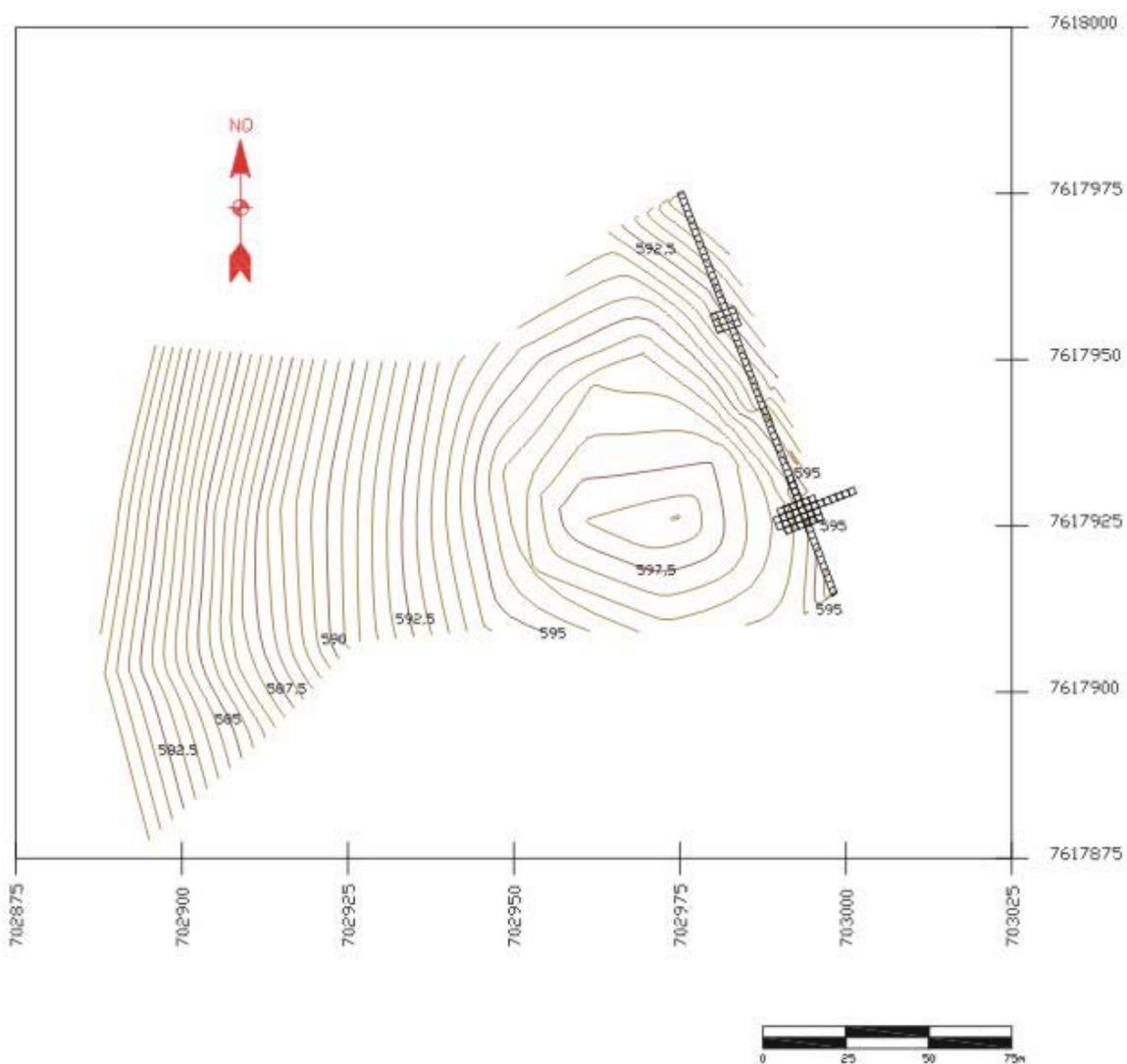
Data: 18/07/07  
 Datum: Córrego Alegre

# Planta 2



	<b>MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA AMERICANA - MAEA</b>	
Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira Sítio Arqueológico Mata dos Bentes (ZM-RN-02) Rio Novo - Minas Gerais		
<b>Legenda:</b> Localização do sítio Implantação do Aeroporto	<b>Coordenadora:</b> Profª Drª Ana Paula de Paula Loures de Oliveira  <b>Responsáveis:</b> Fabrício Cassaro Furtado de Azevedo Felipe Rodrigues de Souza Wesley de Oliveira Santos	<b>Data:</b> 07/2002  <b>Datum:</b> Córrego Alegre

# Planta 3



## MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA AMERICANA - MAEA

Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira  
 Sítio Arqueológico Primavera (ZM-JN-01) São João Nepomuceno - Minas Gerais

Legenda:  Quadriculas

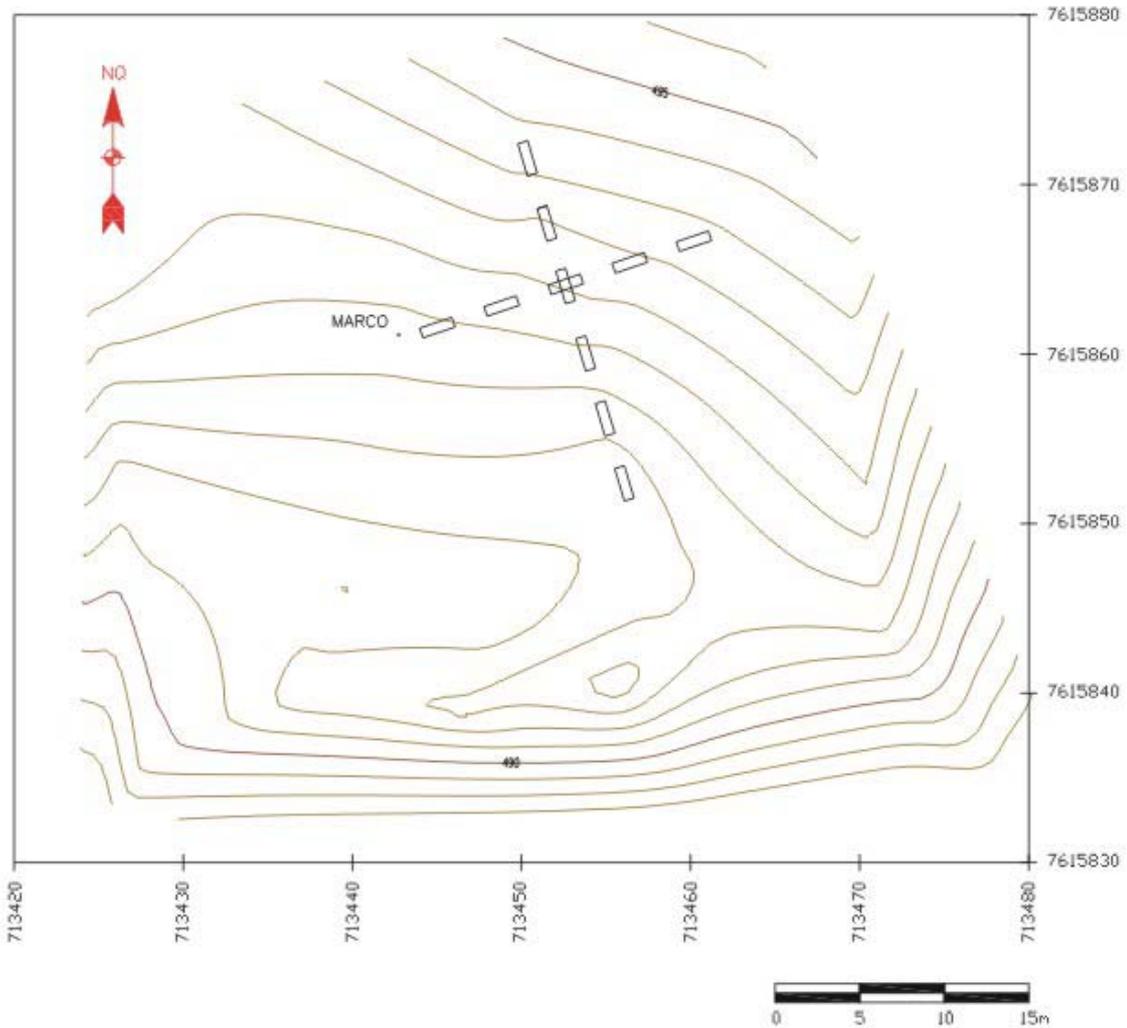
Coordenadora: Profª Drª Ana Paula de Paula Loures de Oliveira

Responsáveis: Fabrício Cassaro Furtado de Azevedo  
 Felipe Rodrigues de Souza  
 Wesley de Oliveira Santos

Data: 02/2003

Datum: Córrego Alegre

# Planta 4



## MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA AMERICANA - MAEA

Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira  
 Sítio Arqueológico Poca (ZM-JN-01) São João Nepomuceno - Minas Gerais

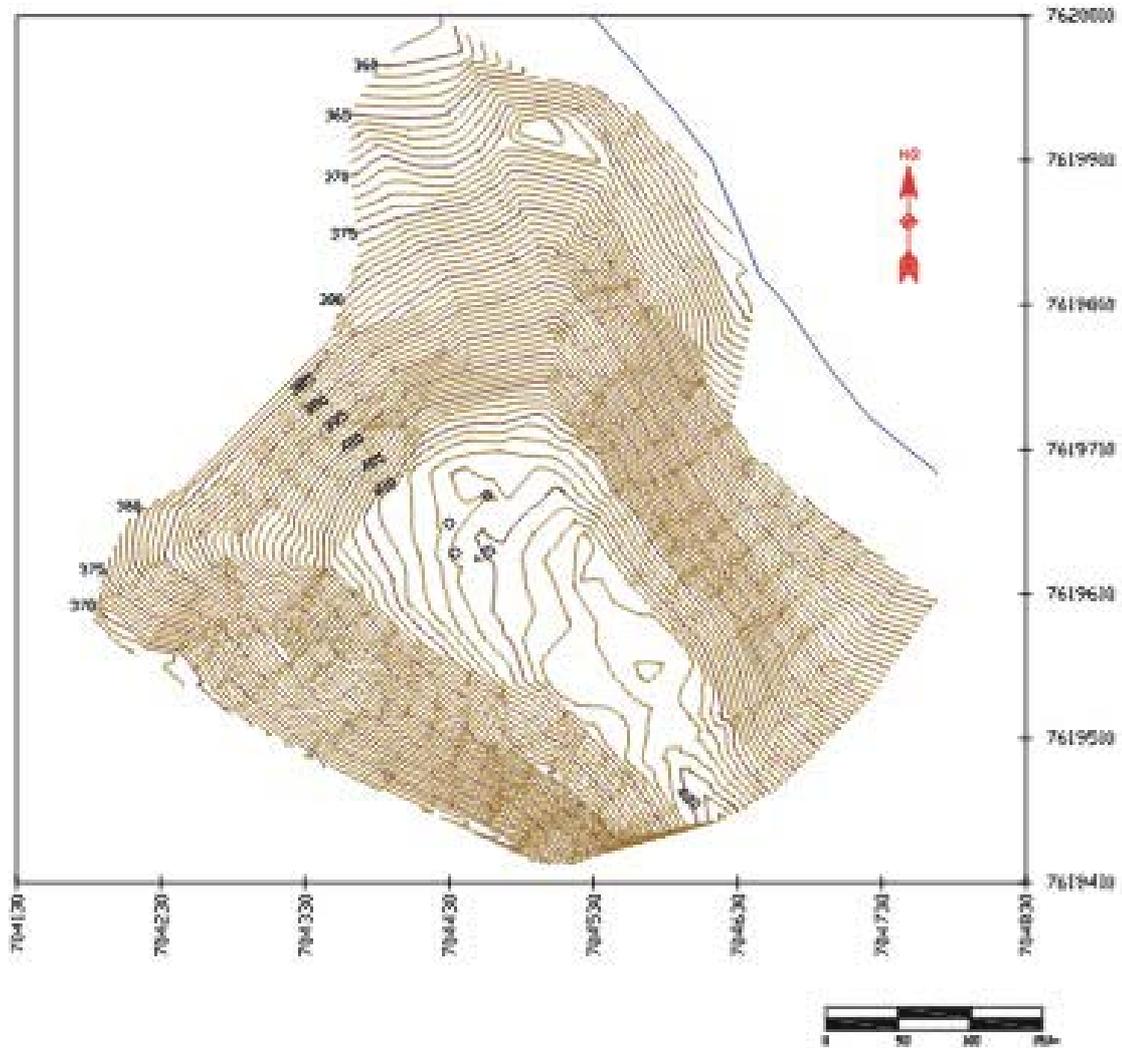
Legenda:  Quadricula

Coordenadora: Profª Drª Ana Paula de Paula Loures de Oliveira

Responsáveis: Fabrício Cassaro Furtado de Azevedo  
 Felipe Rodrigues de Souza  
 Wesley de Oliveira Santos

Data: 04/2004  
 Datum: Córrego Alegre

# Planta 5



## MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA AMERICANA - MAEA

Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira  
 Sítio Arqueológico Gotulheira (ZM-JR-05) São João Nepomaceno - Minas Gerais

Legenda:

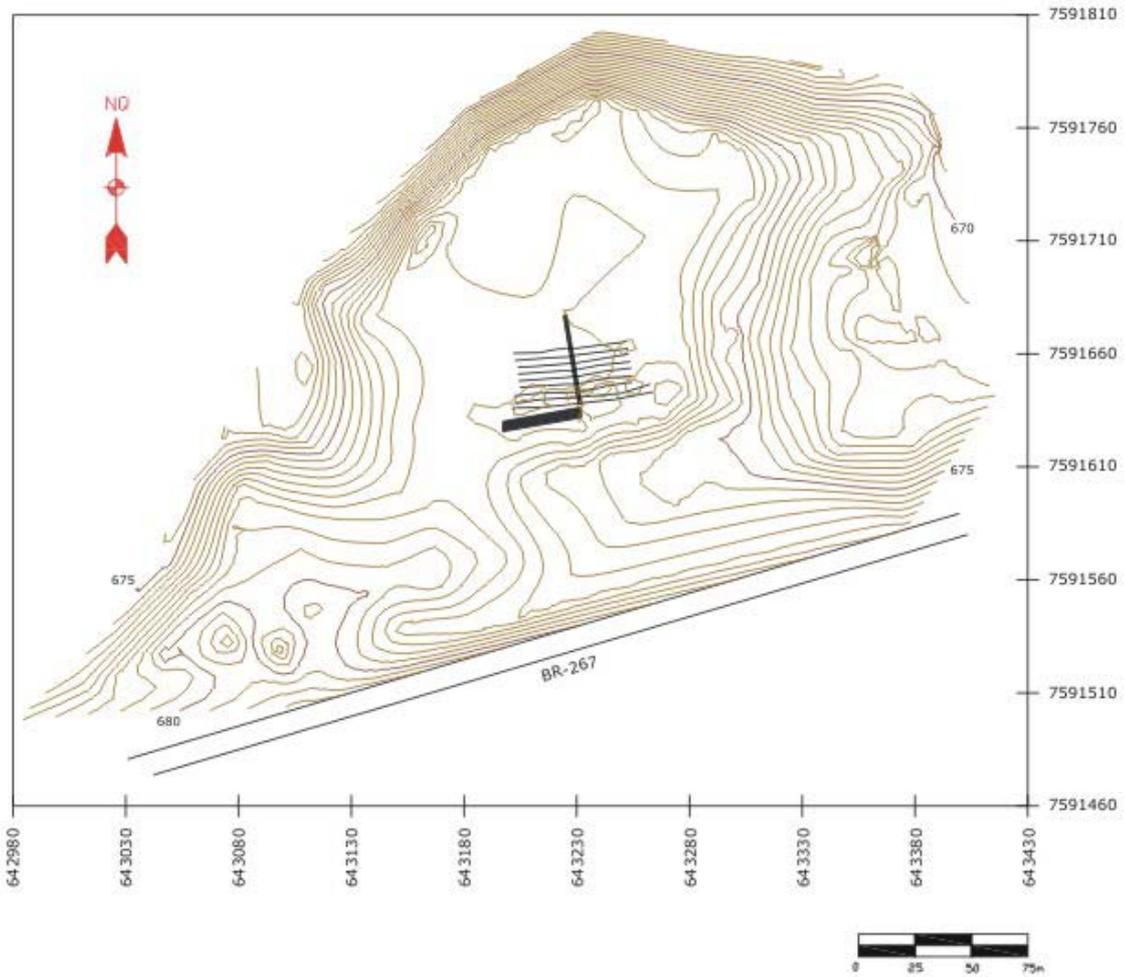
- ~ Contorno
- ⊙ Sondagem

Coordenadora: Profª Drª Ana Paula de Paula Lourenço de Oliveira

Responsáveis: Fabrício Cassaro Furtado de Azevedo  
 Felipe Rodrigues de Souza  
 Wesley de Oliveira Santos

Data: 18/07/07  
 Elaborado: Córrego Alegre

# Planta 6



## MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA AMERICANA - MAEA

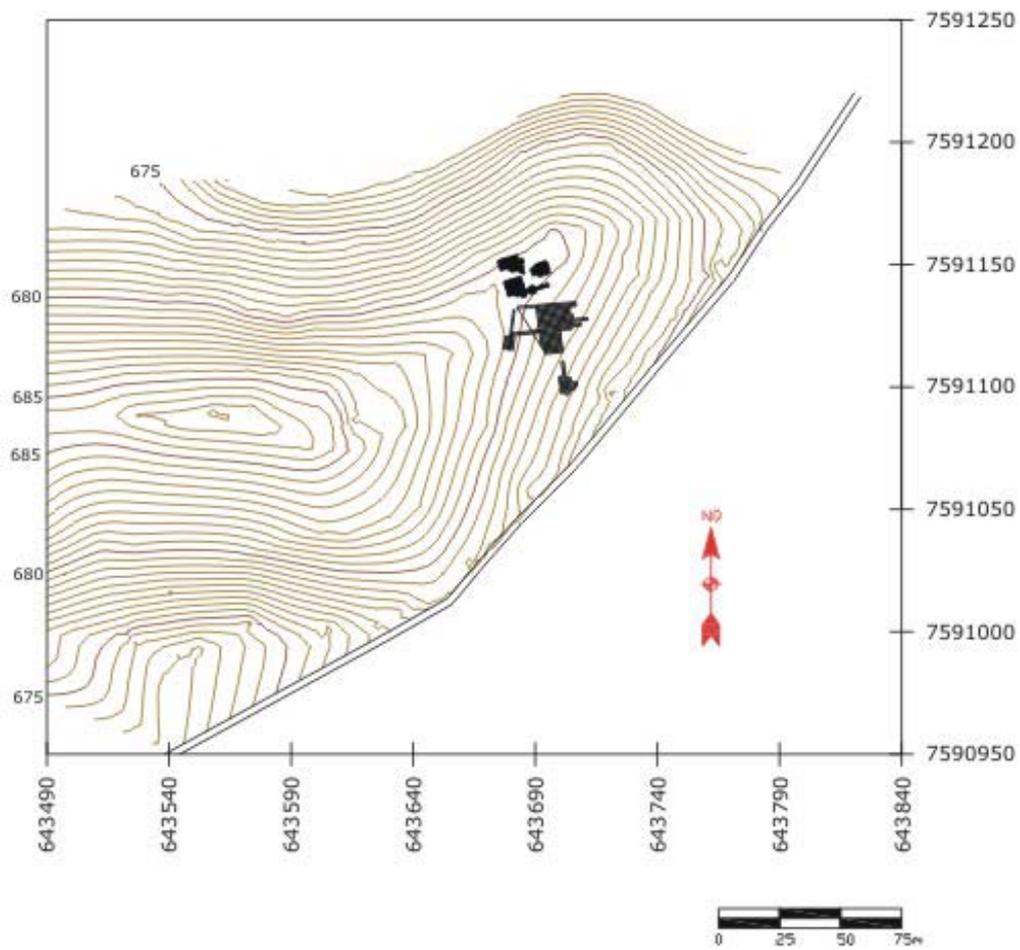
Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira  
 Sítio Arqueológico Teixeira Lopes (ZM-JF-01) Juiz de Fora - Minas Gerais

Legenda:   
 Estrada   
 Quadricula

Coordenadora: Profª Drª Ana Paula de Paula Loures de Oliveira   
 Responsáveis: Fabrício Cassaro Furtado de Azevedo   
 Felipe Rodrigues de Souza   
 Wesley de Oliveira Santos

Data: 11/2004   
 Datum: Córrego Alegre

# Planta 7



## MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA AMERICANA - MAEA

Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira  
 Sítio Arqueológico Emílio Barão (ZM-JF-02) Juiz de Fora - Minas Gerais

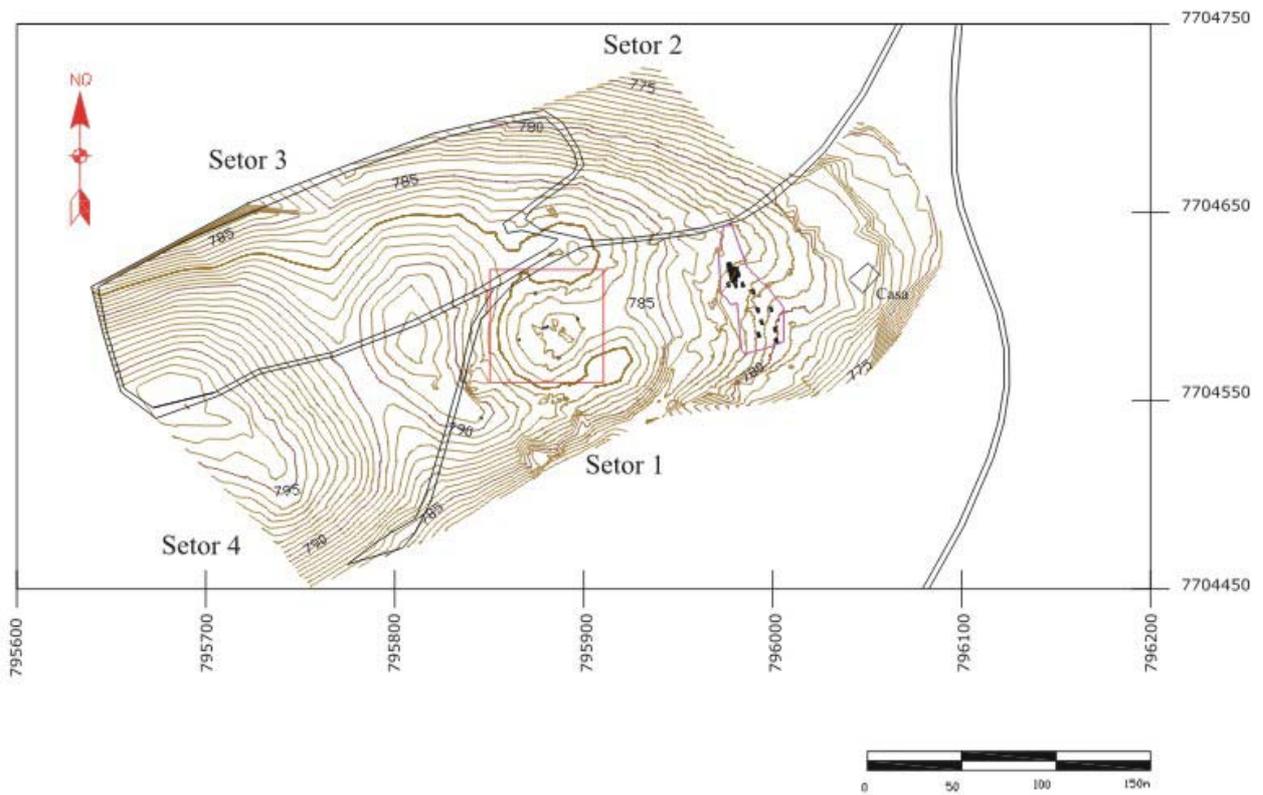
Legenda:  
 Estrada  
 Quadriculas

Coordenadora: Profª Drª Ana Paula de Paula Loures de Oliveira

Responsáveis: Fabrício Cassaro Furtado de Azevedo  
 Felipe Rodrigues de Souza  
 Wesley de Oliveira Santos

Data: 07/2005  
 Datum: Córrego Alegre

# Planta 8



## MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA AMERICANA - MAEA

Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira  
 Sítio Arqueológico Córrego do Maranhão (ZM-CG-01) Carangola - Minas Gerais

Legenda:

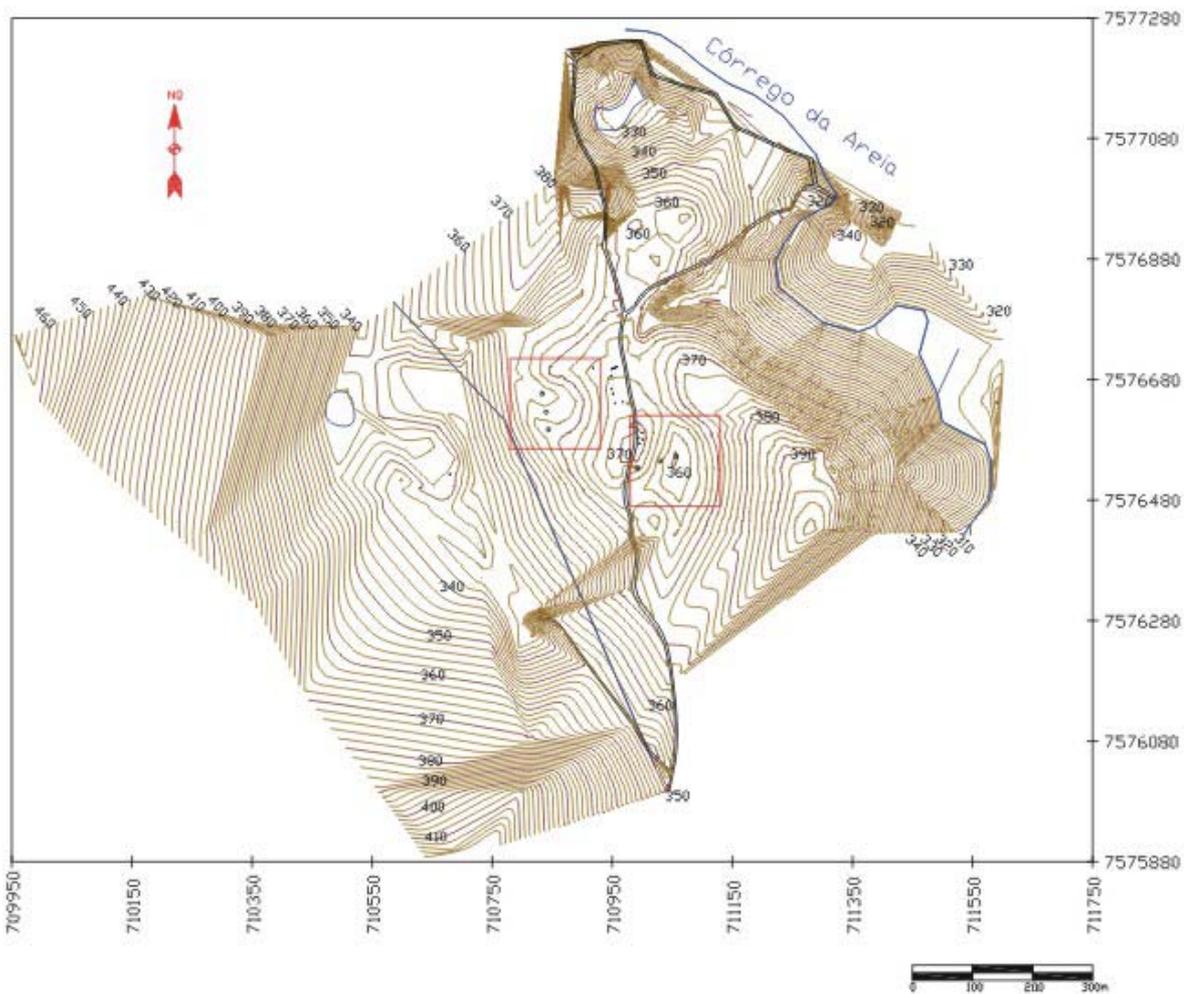
- Escavação
- Estrada
- Feição doliniforme
- Sondagem
- Quadriculas

Coordenadora: Profª Drª Ana Paula de Paula Loures de Oliveira

Responsáveis: Fabricio Cassaro Furtado de Azevedo  
 Felipe Rodrigues de Souza  
 Wesley de Oliveira Santos

Data: 08/2006  
 Datum: Córrego Alegre

# Planta 9



## MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA AMERICANA - MAEA

Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira  
Sítio Arqueológico Córrego de Areia (ZM-ME-01) Mar de Espanha - Minas Gerais

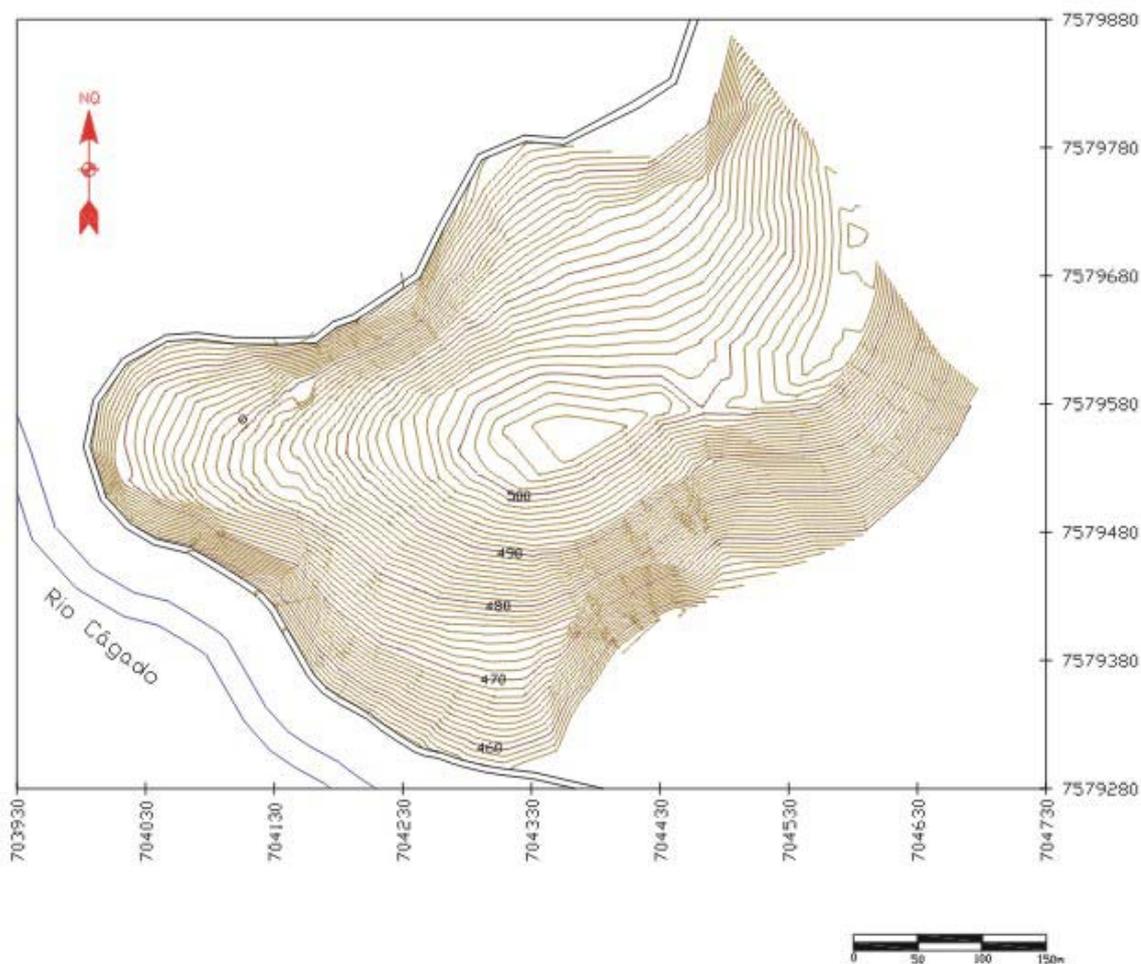
Legenda: ~ Córrego    ○ Sondagem    □ Quadricula  
 □ Feição doliniforme    ~ Estrada    ○ Corpos de água

Coordenadora: Profª Drª Ana Paula de Paula Loures de Oliveira

Responsáveis: Fabrício Cassaro Furtado de Azevedo  
 Felipe Rodrigues de Souza  
 Wesley de Oliveira Santos

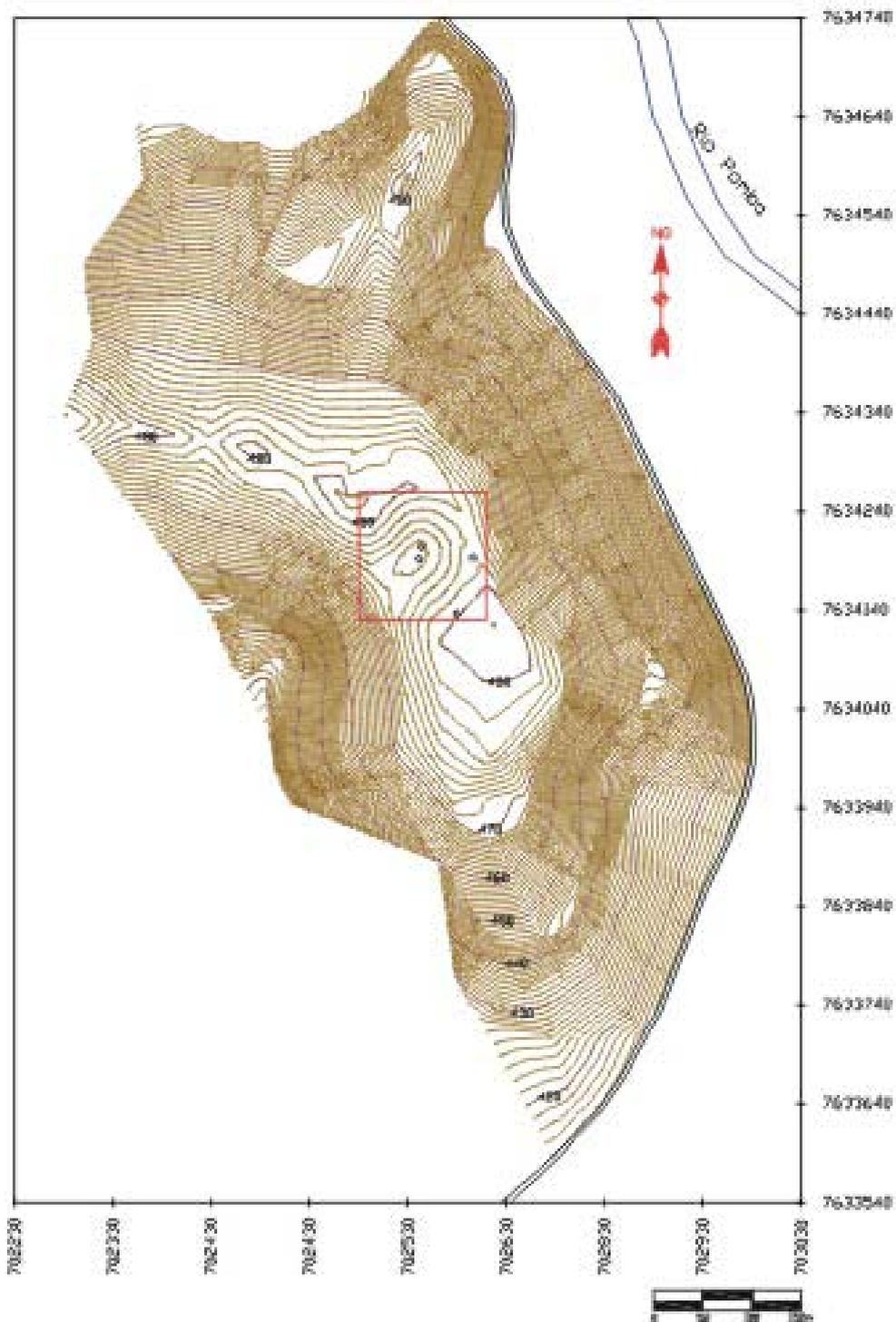
Data: 04/2007  
 Datum: Córrego Alegre

# Planta 10



	<b>MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA AMERICANA - MAEA</b> Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira Sítio Arqueológico Vista Alegre (ZM-ME-04) Mar de Espanha - Minas Gerais		
	Legenda:	~ Rio ~ Estrada	○ Sondagem
			Data: 19/07/07 Datum: Córrego Alegre

# Planta 11



## MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA AMERICANA - MAEA

Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira.  
Sítio Arqueológico Estiva (ZM-GU-01) Guarani - Minas Gerais

### Legenda

▭ Fação dolíformis

~ Rio

↔ Estrada

⊙ Sondagem

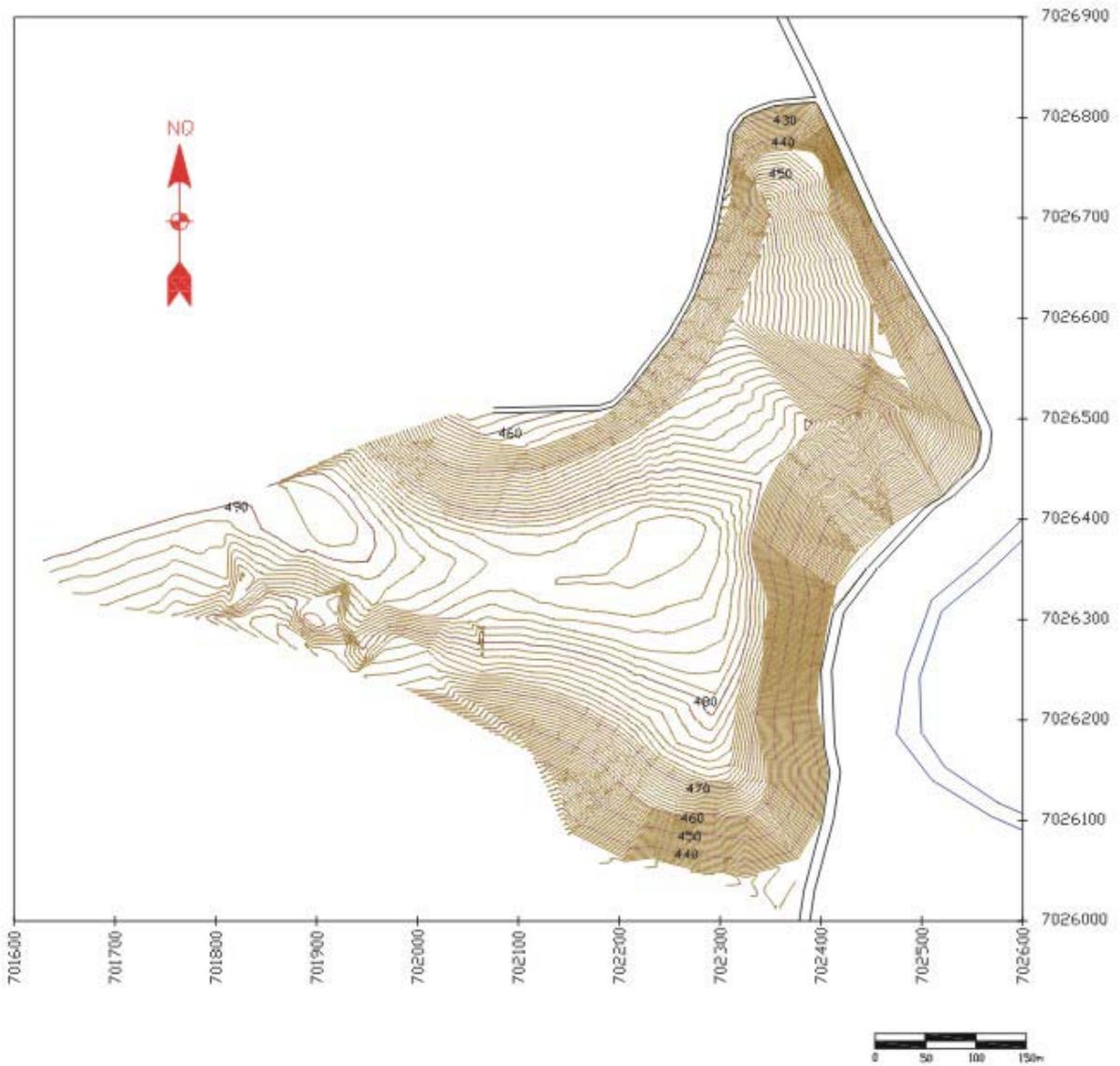
Coordenadora: Profª Drª Ana Paula de Paula Lourenço de Oliveira

Responsáveis: Fabrício Cassaro Furtado de Azevedo  
Felipe Rodrigues de Souza  
Wesley de Oliveira Santos

Data: 16/07/07

Desenho: Córrego Negro

# Planta 12



## MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA AMERICANA - MAEA

Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira  
 Sítio Arqueológico Novo Horizonte (ZM-GU-02) Guarani - Minas Gerais

Legenda:

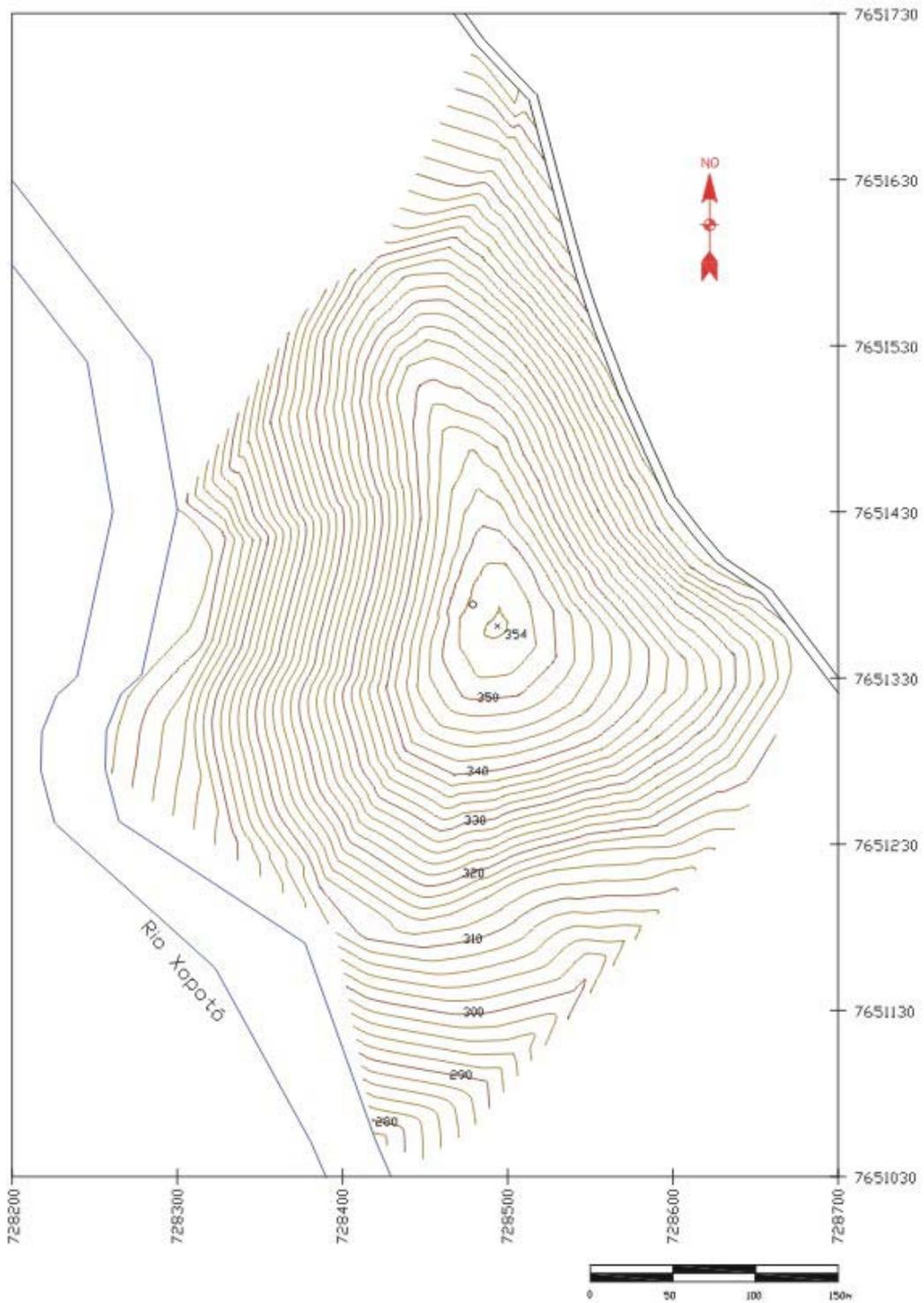
- Rio
- Estrada

Coordenadora: Profª Drª Ana Paula de Paula Loures de Oliveira

Responsáveis: Fabricio Cassaro Furtado de Azevedo  
 Felipe Rodrigues de Souza  
 Wesley de Oliveira Santos

Data: 15/07/07  
 Datum: Córrego Alegre

# Planta 13



## MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA AMERICANA - MAEA

Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira  
 Sítio Arqueológico Cemitério (ZM-GD-01) Guidoal - Minas Gerais

Legenda:

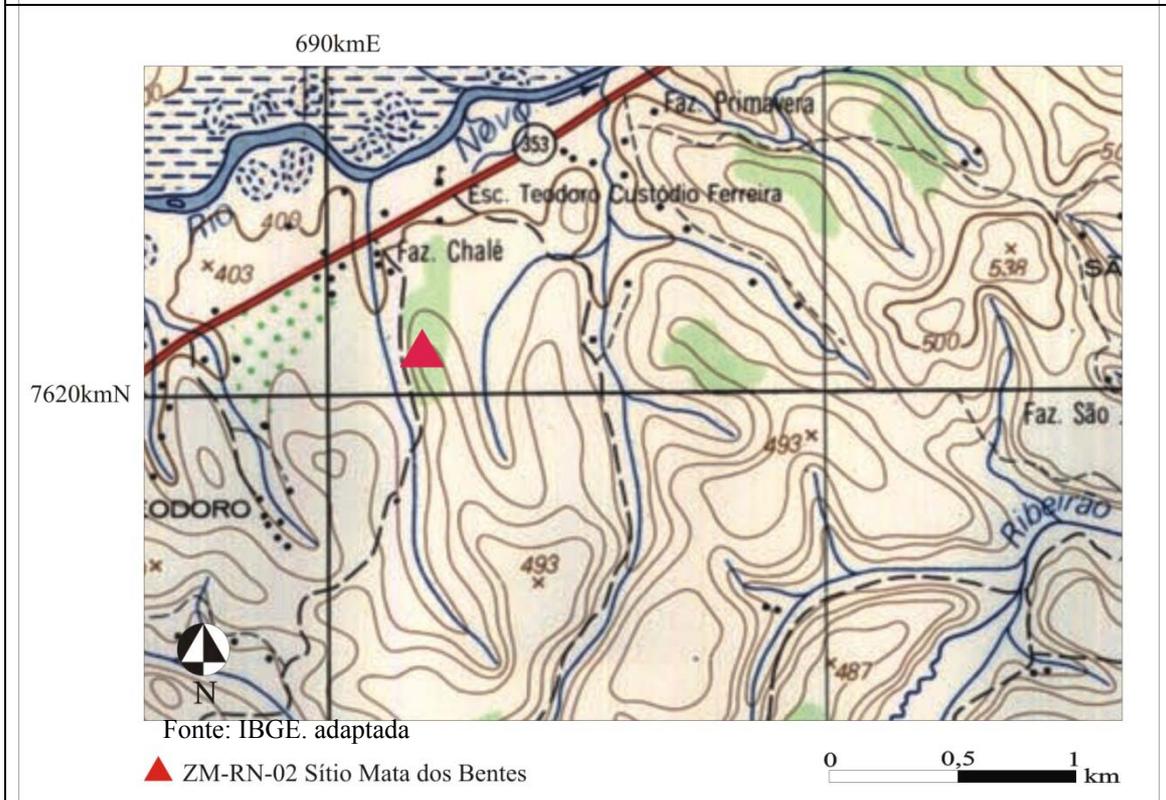
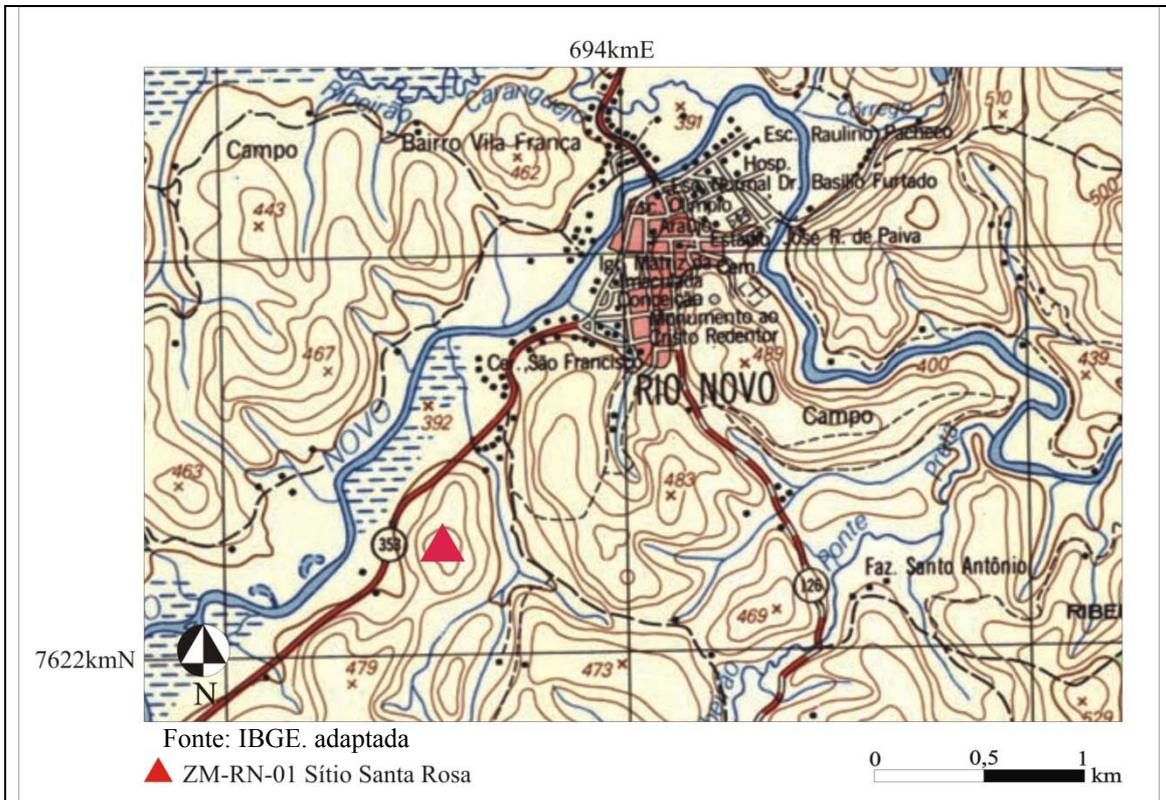
- Rio
- Estrada
- Sondagem

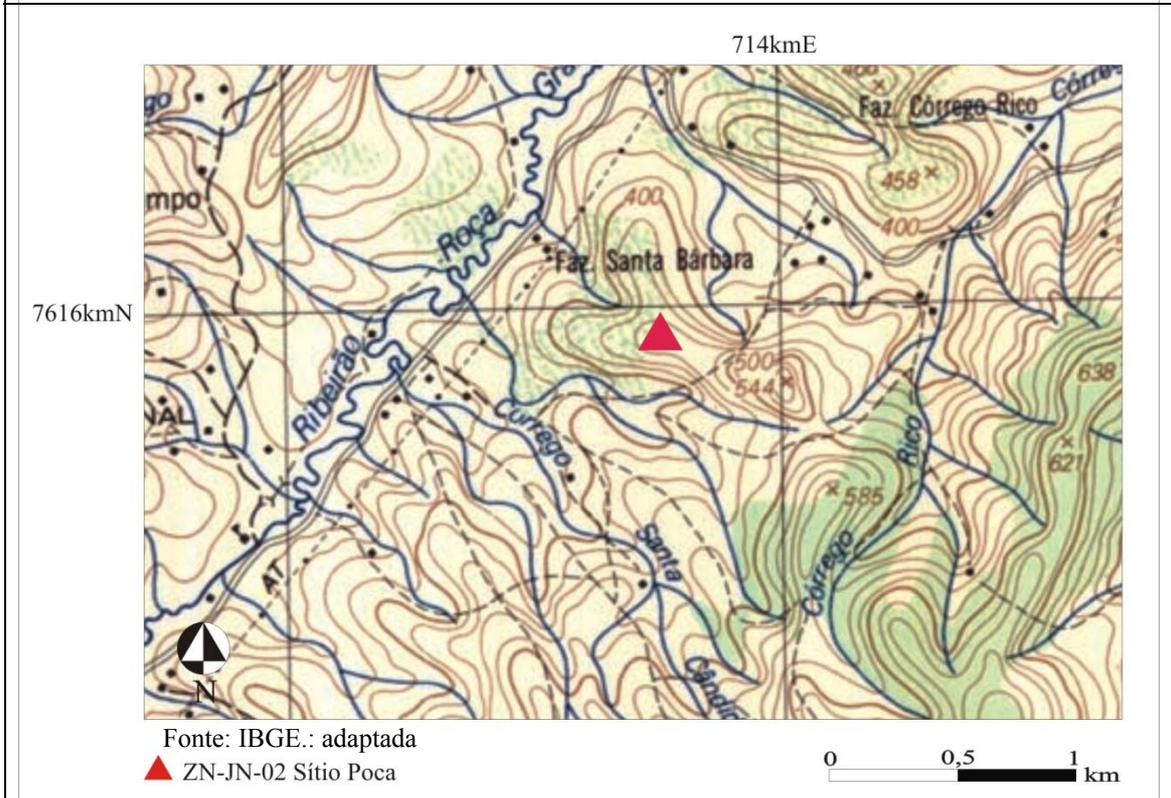
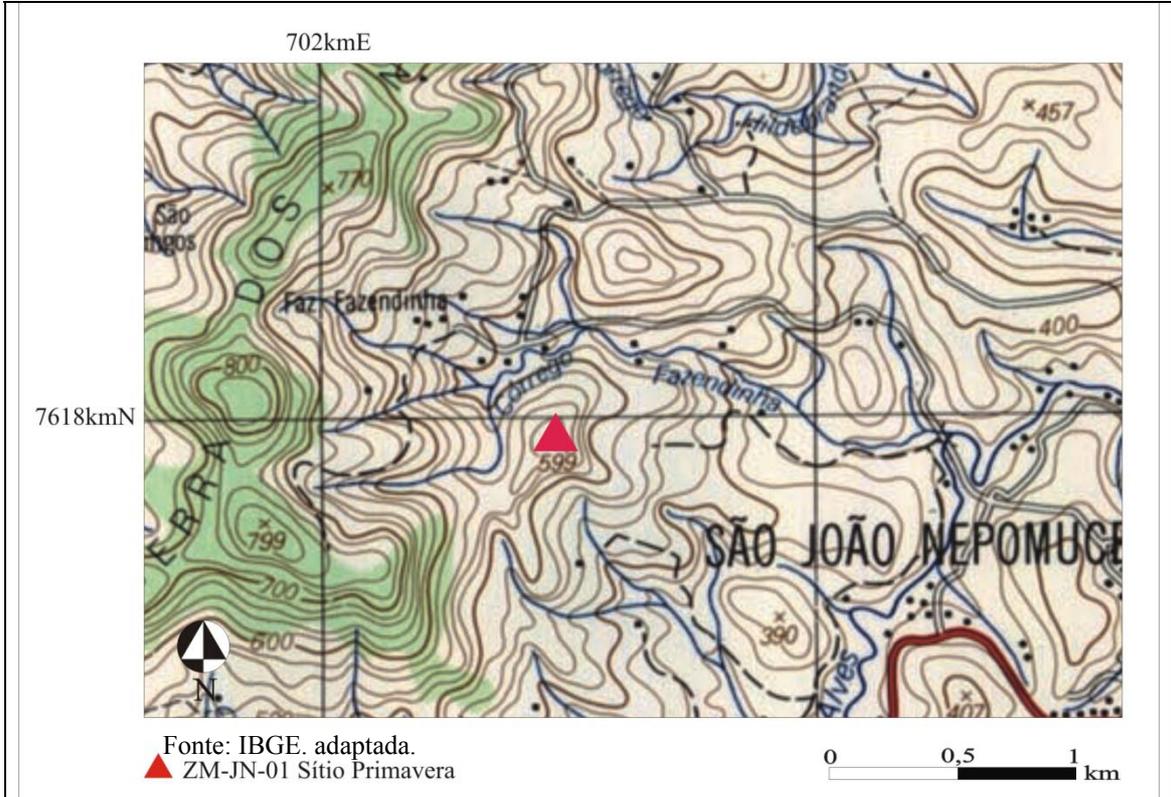
Coordenadora: Profª Drª Ana Paula de Paula Loures de Oliveira

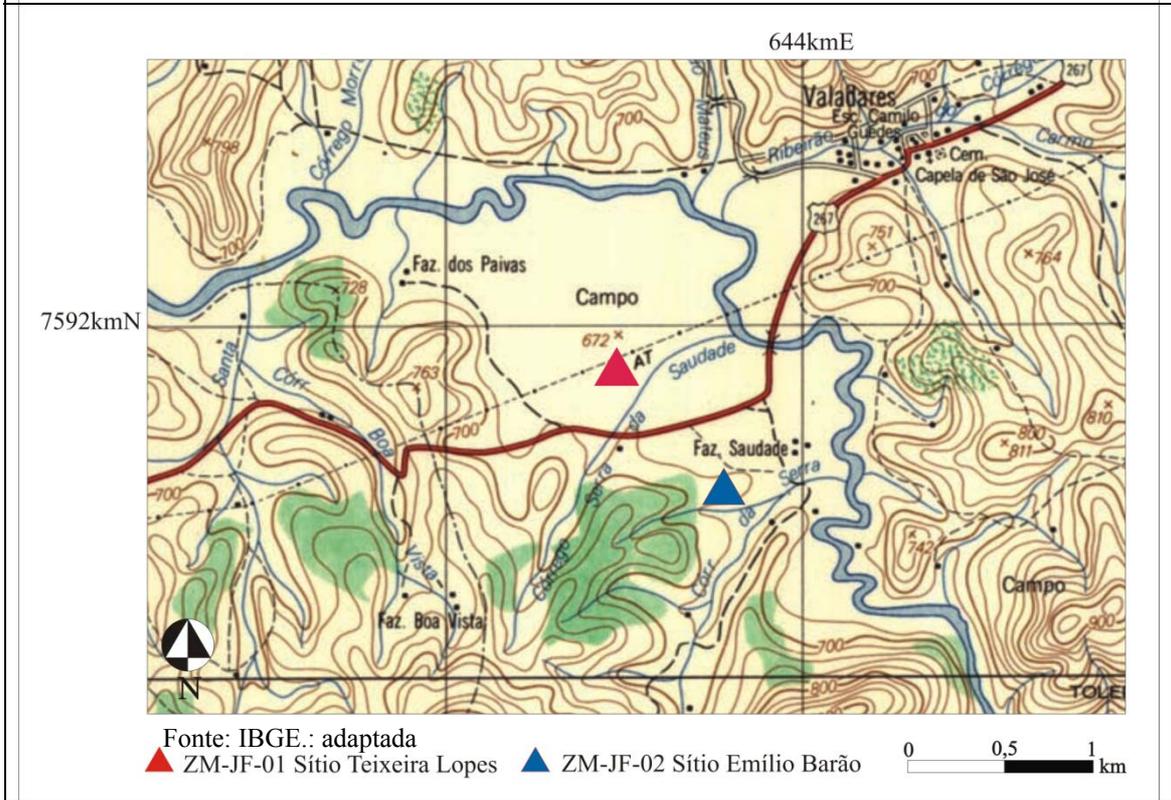
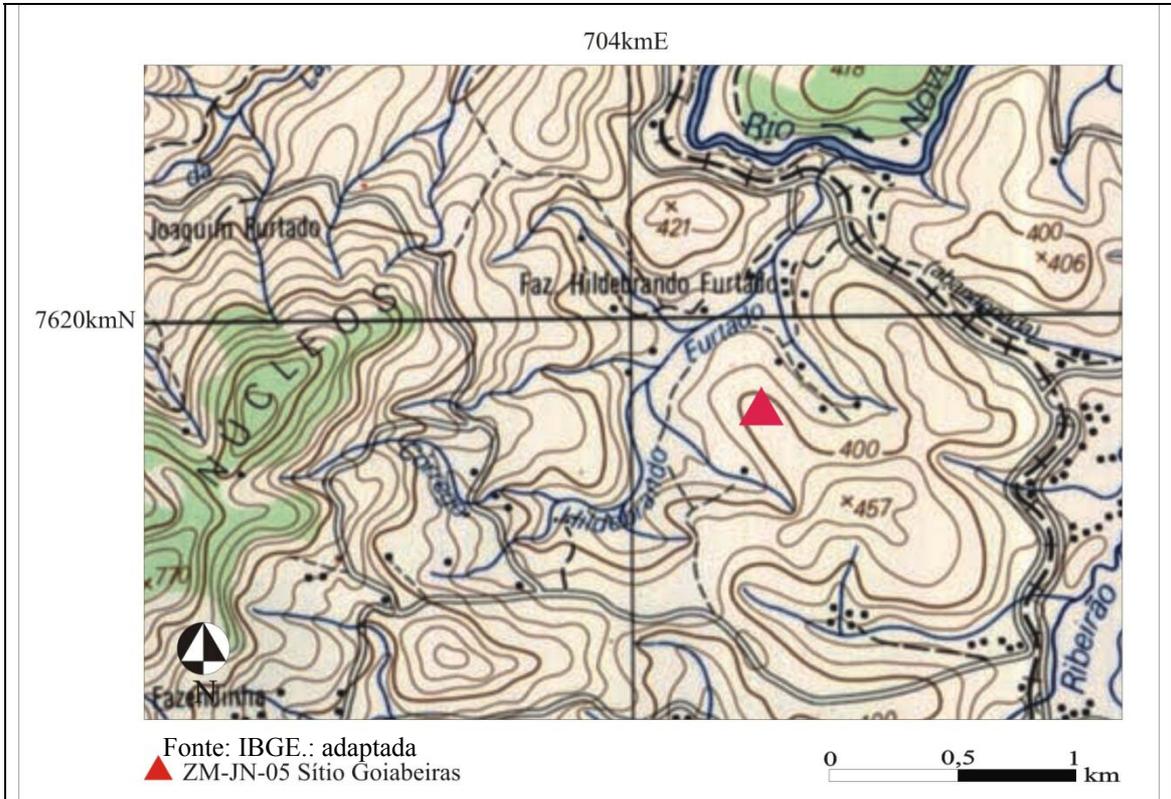
Responsáveis: Fabrício Cassaro Furtado de Azevedo  
 Felipe Rodrigues de Souza  
 Wesley de Oliveira Santos

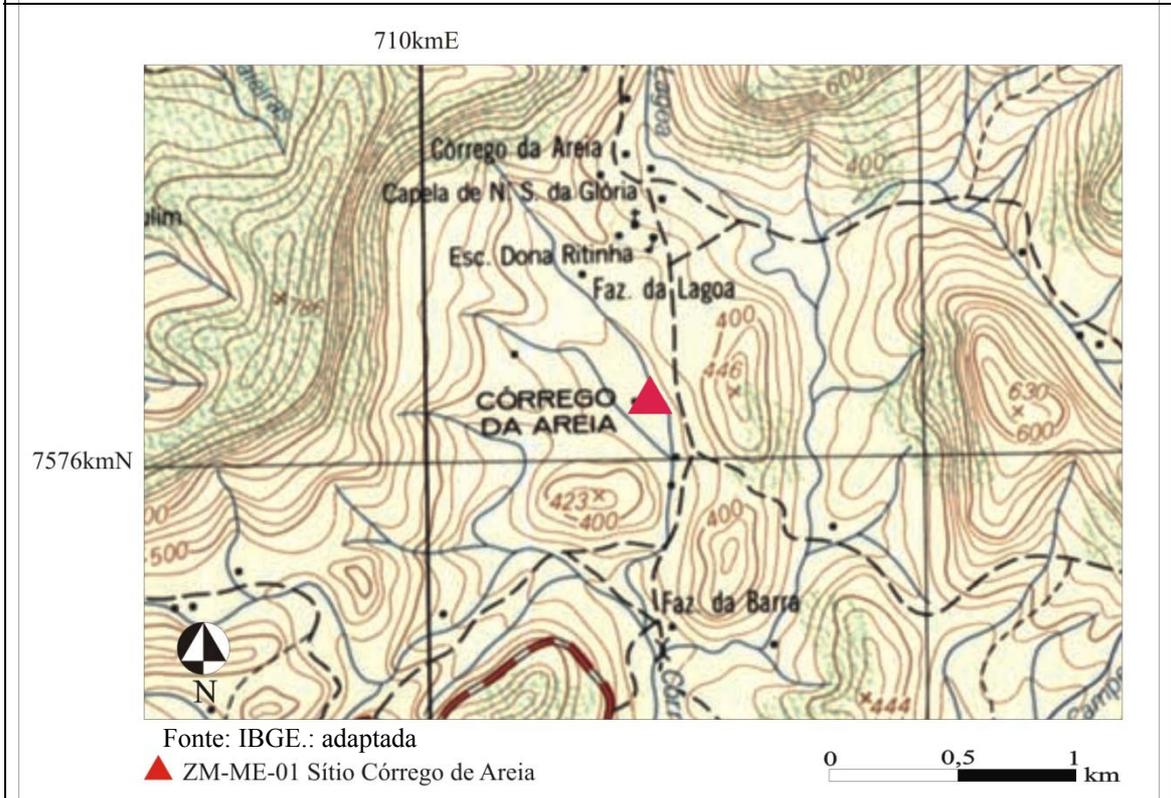
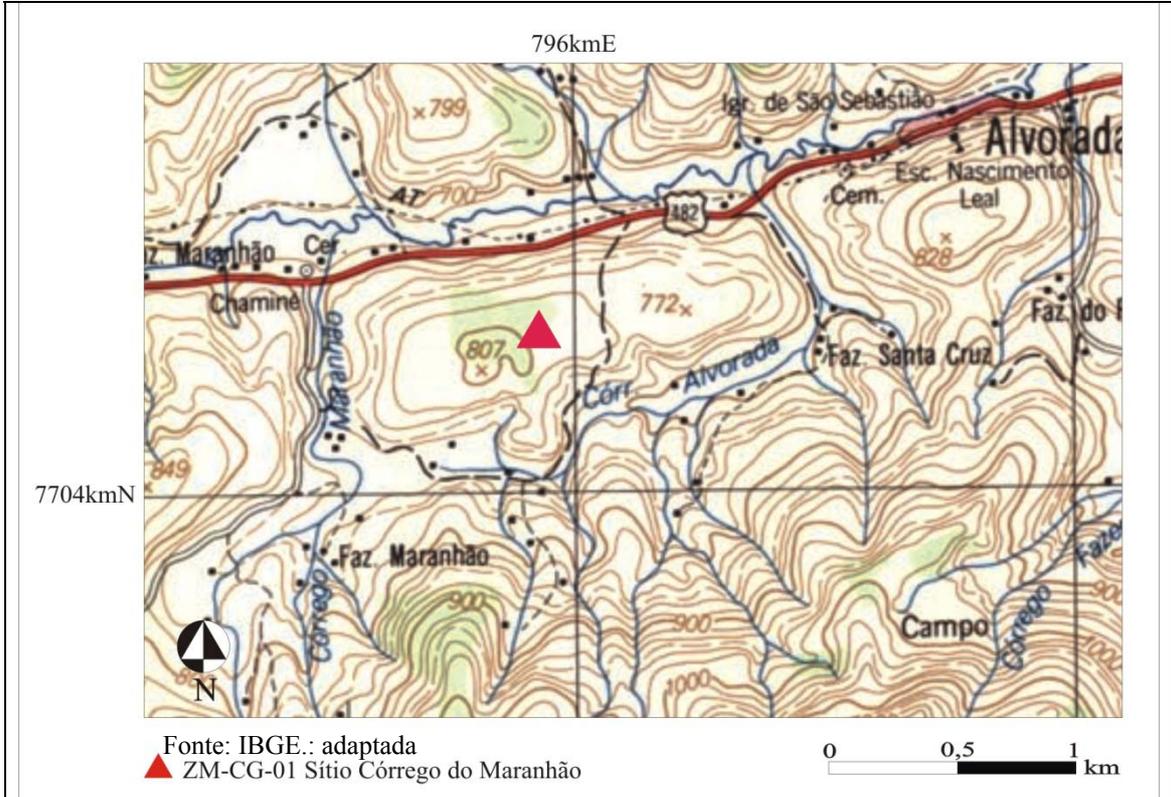
Data: 14/07/07  
 Datum: Córrego Alegre

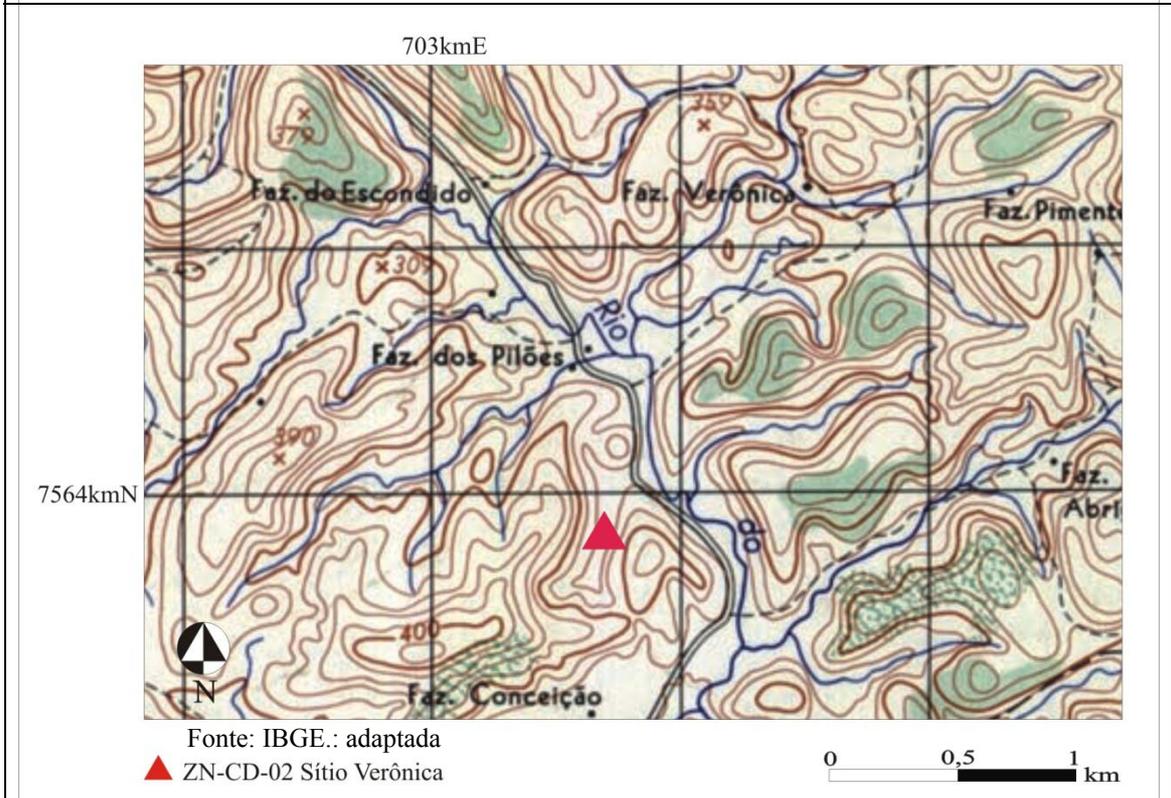
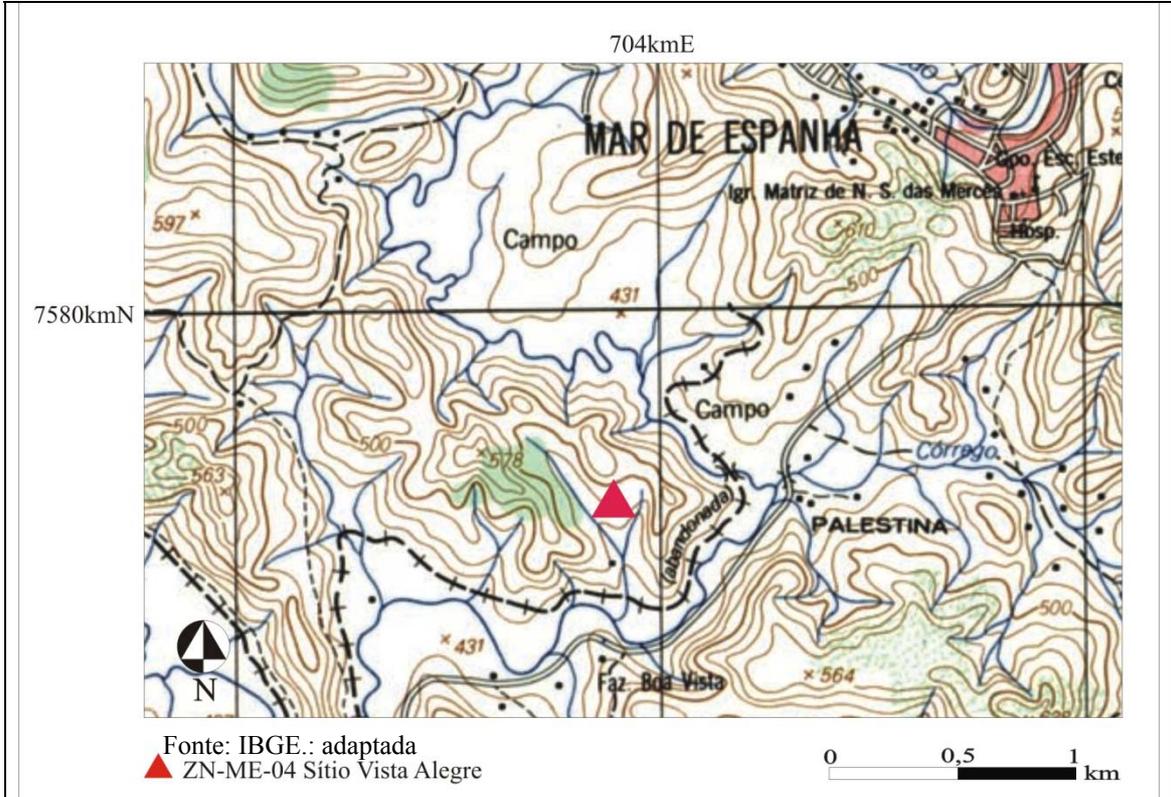
# Cartas Topográficas

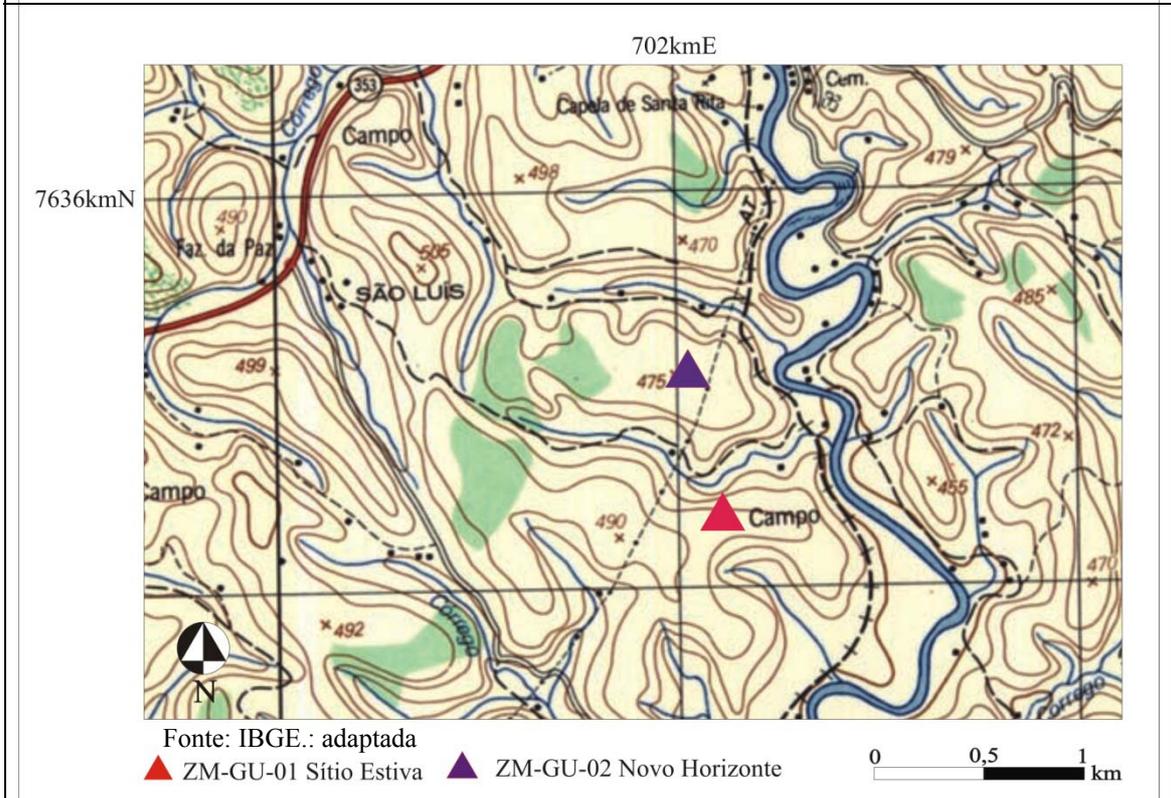
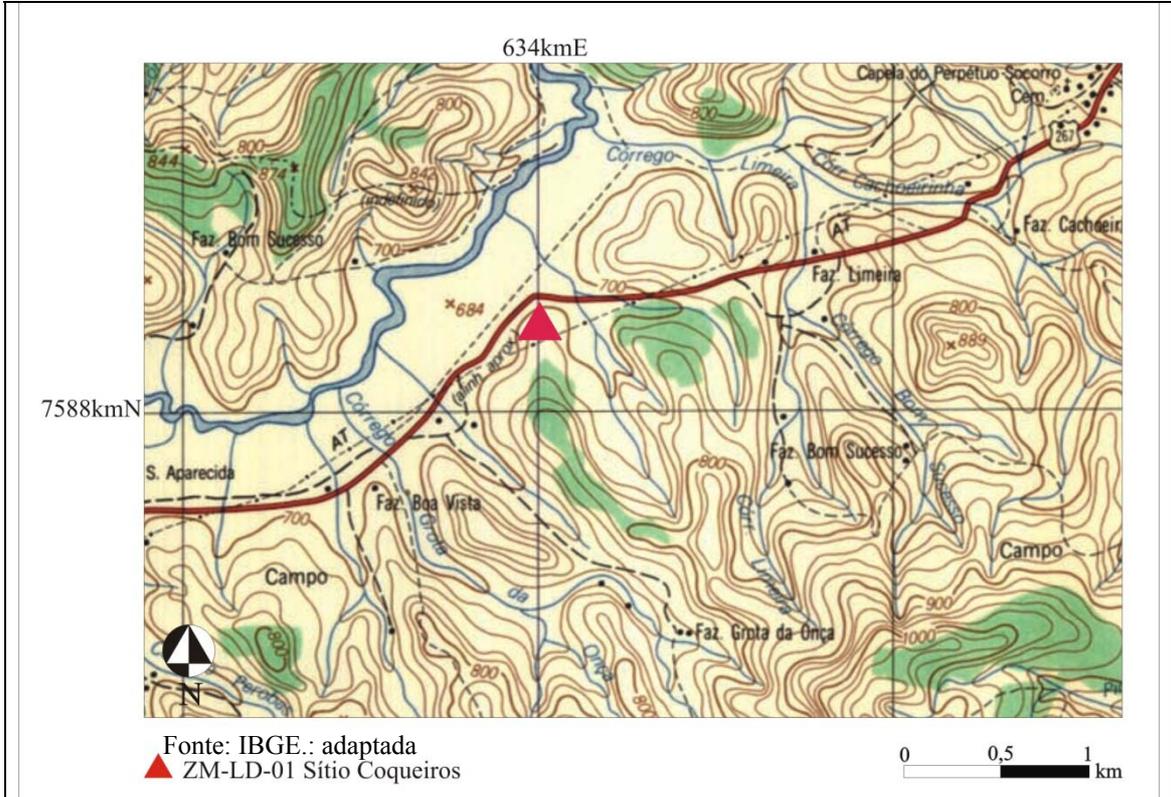


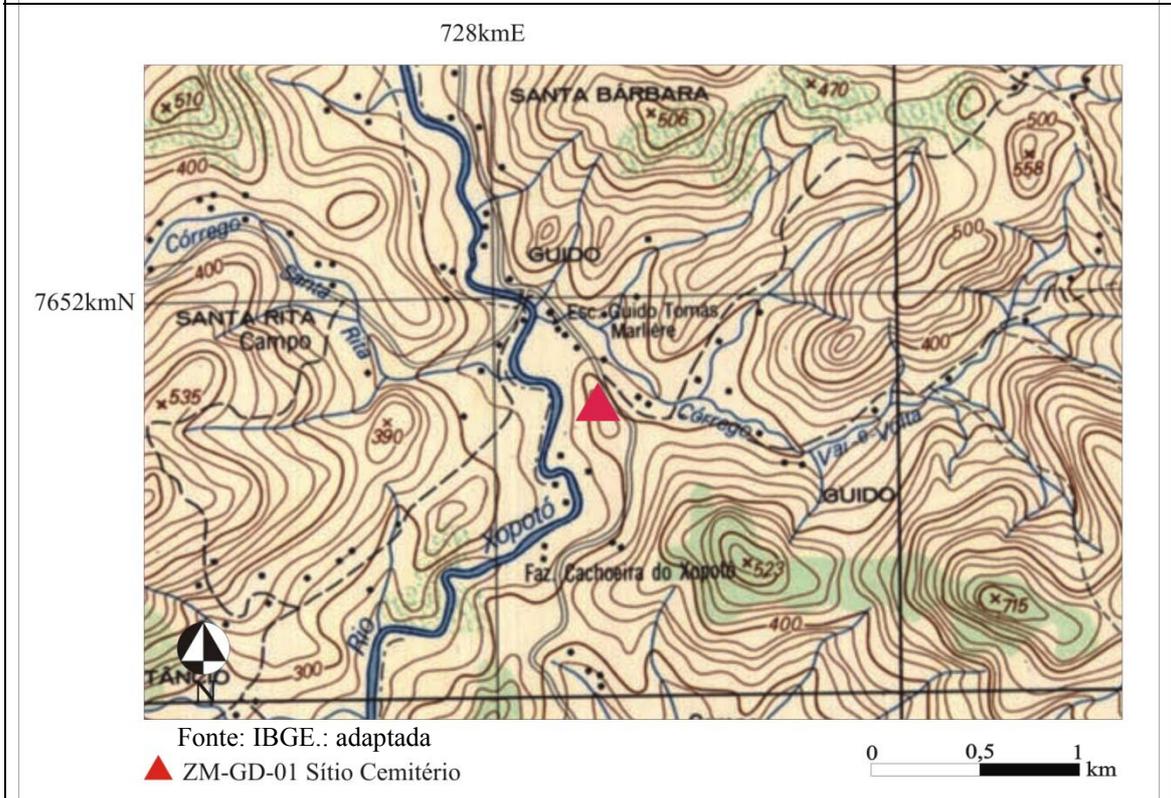
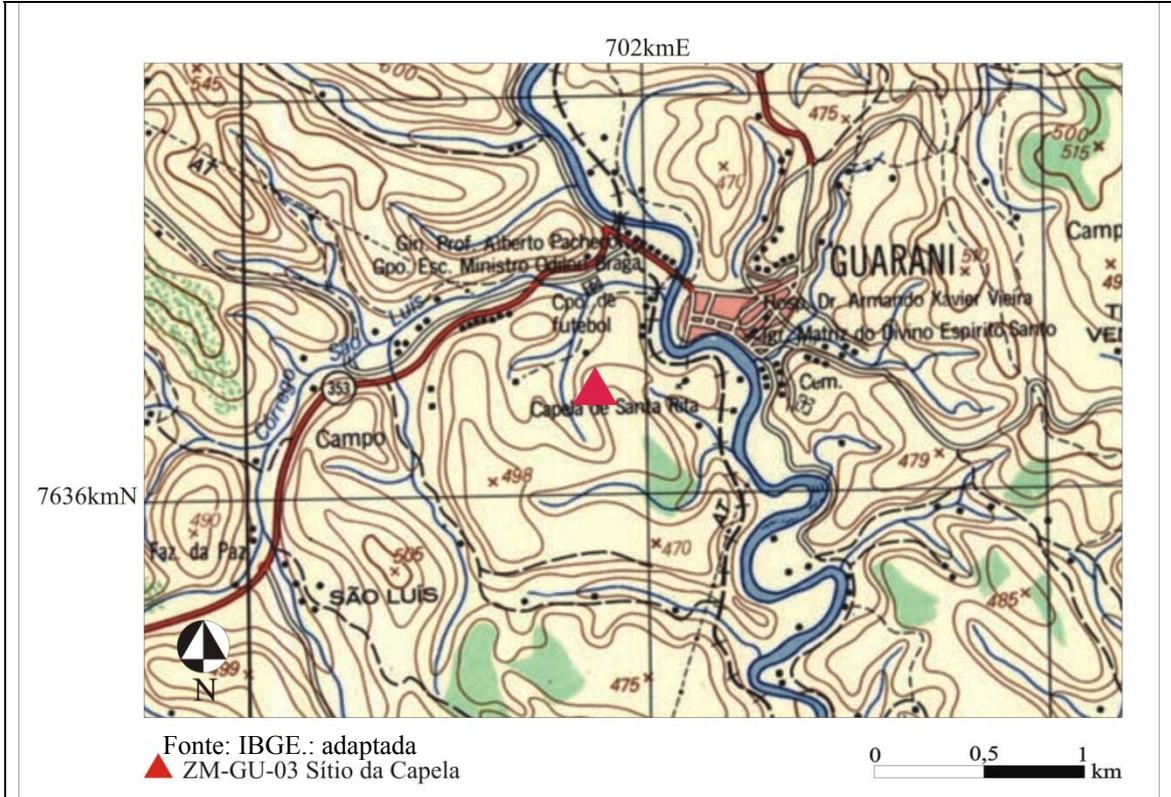






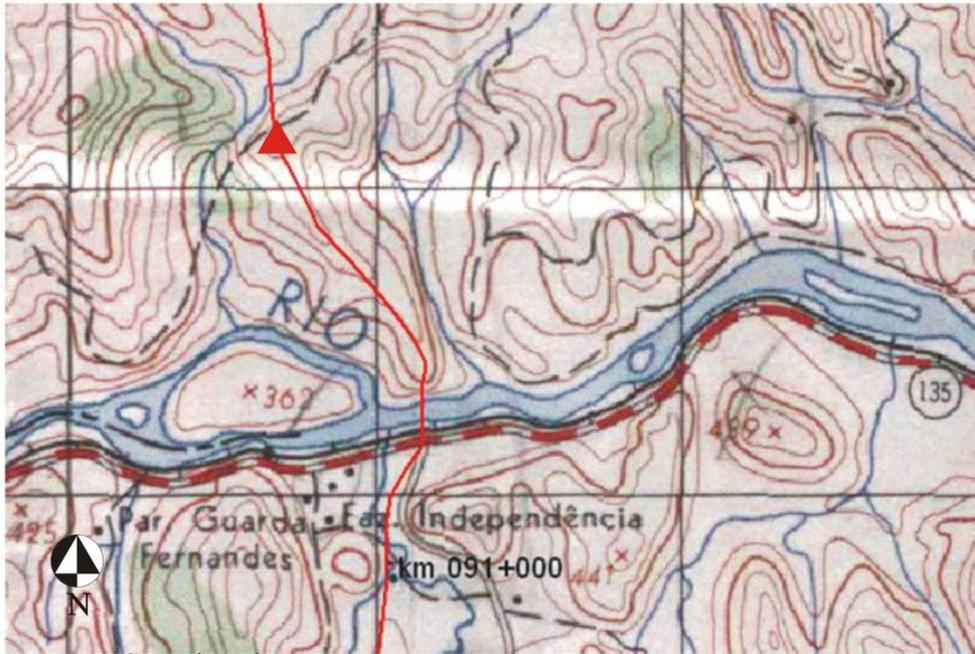






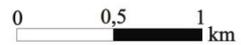
656kmE

7558kmN



Fonte: IBGE.: adaptada

▲ ZM-BB-01 Sítio São Felipe



736kmE

7624kmN



Fonte: IBGE.: adaptada

▲ AM-LE-01 Sítio Vargem Linda

